

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO

ELIANA MOURGUES COGOY

**MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS: OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DA
PROTEÇÃO SOCIAL NA ZONA RURAL DE PELOTAS/RS E NA ZONA URBANA DE PORTO
ALEGRE/RS**

Porto Alegre
2025

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ELIANA MOURGUES COGOY

**MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS: OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO
PÚBLICA E DA PROTEÇÃO SOCIAL NA ZONA RURAL DE PELOTAS/RS E NA
ZONA URBANA DE PORTO ALEGRE/RS**

Tese apresentada como requisito para a
obtenção do grau de Doutora pelo
Programa de Pós- Graduação em Serviço
Social da Escola de Humanidades da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande doSul.

Orientadora: Professora. Dra. Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre
2025

Ficha Catalográfica

C676m Cogoy, Eliana Mourgues

MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS : os desafios da comunicação pública e da proteção social na zona rural de Pelotas/RS e na zona urbana de Porto Alegre/RS / Eliana Mourgues Cogoy. – 2025.

172.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi.

1. Mulheres negras quilombolas. 2. Comunicação pública. 3. Proteção social. 4. Serviço Social. I. Grossi, Patrícia Krieger. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

ELIANA MOURGUES COGOY

**MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS: OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO
PÚBLICA E DA PROTEÇÃO SOCIAL NA ZONA RURAL DE PELOTAS/RS E NA
ZONA URBANA DE PORTO ALEGRE/RS**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora pelo
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: _____/_____/_____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi – PPGSS/PUCRS
Orientadora

Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini – PPGSS/PUCRS

Profa. Dra. Magali da Silva Almeida – PPGSS/UFBA

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo – PPGPS/UNB

Porto Alegre

2025

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese é fruto de escutas e caminhadas partilhadas ao longo de quatro anos. No percurso, encontrei acolhimento, força, coragem e inspiração em muitas pessoas e instituições, e é com gratidão profunda que registro aqui meus agradecimentos.

A Deus, pela sua infinita generosidade em se fazer presente em cada ser humano que encontrei neste percurso de pesquisa.

Aos meus pais, por serem a base do meu mundo. Pela educação, pelo exemplo, pela presença constante e pelo amor incondicional. Cada passo dado nesta trajetória foi sustentado pelo chão firme que construíram sob meus pés.

À minha família, por ser abrigo, raiz e impulso. Aos amigos e amigas que estiveram comigo em tantos momentos desta jornada, oferecendo presença, cuidado, escuta e alegria — muito obrigada por fazerem parte desta travessia.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Patrícia Krieger Grossi, pela generosa partilha de saberes, pela escuta cuidadosa e pela firmeza ética com que conduz o ofício de formar pesquisadoras comprometidas com a transformação social.

Às professoras que compuseram a banca examinadora — prof.^a Dr.^a Maria Isabel Barros Bellini (PPGSS/PUCRS), prof.^a Dr.^a Magali da Silva Almeida (PPGSS/UFBA) e prof.^a Dr.^a Kênia Augusta Figueiredo (PPGPS/UnB) — minha gratidão pela leitura cuidadosa, pelas contribuições potentes e por acolherem esta pesquisa com escuta crítica e sensível.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), por oferecer um espaço de formação que estimula o pensamento crítico e ético. Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência (NEPEVI), pelo diálogo permanente, pelo apoio coletivo e pela construção de saberes comprometidos com os direitos humanos e com a justiça social.

À Universidade Federal de Santa Maria, pela possibilidade do afastamento integral ao doutorado ao longo dos últimos quatro anos. E, de modo especial, às colegas e aos colegas do Departamento de Serviço Social da UFSM, pela parceria, compreensão e incentivo contínuo.

Às comunidades quilombolas que acolheram esta pesquisa com generosidade e confiança, e, especialmente, às mulheres quilombolas que compartilharam seus saberes, histórias e lutas. Este trabalho é também um gesto de escuta, reverência e devolutiva. É com elas e por elas que sigo acreditando no poder da palavra, da memória e da presença.

Ao Bóris, meu companheiro de quatro patas, por sua presença silenciosa e constante, pelos olhares atentos nas madrugadas de escrita, e pelo afeto que, sem palavras, me sustentou no decorrer desta tese.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

A presente tese aborda debates ainda pouco explorados nas investigações produzidas pelo Serviço Social: a comunicação pública e as mulheres quilombolas, ambos relacionados ao sistema de proteção social brasileiro. Essa aproximação merece ser investigada no contexto da comunicação qualificada como uma estratégia política para a condução dos direitos de cidadania. Compreender a perspectiva pública da comunicação na sociedade democrática pressupõe elementos como informação e participação, os quais possibilitam o entendimento, a reflexão, a argumentação, o posicionamento e a deliberação por parte dos participantes envolvidos. A importância das mulheres negras quilombolas reside no fato de serem identificadas como mediadoras e facilitadoras do diálogo e da organização comunitária. Suas vozes e ações desempenham um papel essencial na construção de uma gestão mais inclusiva e democrática dentro dos quilombos. Frente a esses apontamentos iniciais, o estudo buscou compreender: como ocorre a comunicação e o acesso à proteção social entre as mulheres quilombolas no interior de Pelotas/RS e na capital do estado do Rio Grande do Sul? As questões norteadoras respondidas neste trabalho envolvem a investigação de: 1) De que forma a comunicação pública tem garantido o acesso às informações relacionadas à proteção social para as mulheres quilombolas em Pelotas/RS e em Porto Alegre/RS? 2) Quais são os principais canais de diálogo com as mulheres quilombolas em Pelotas/RS e em Porto Alegre/RS adotados pelos equipamentos públicos que executam a proteção social nos municípios? 3) A comunicação pública destinada às mulheres quilombolas nos serviços públicos de proteção social leva em consideração as realidades socioculturais dessas comunidades? 4) Como os assistentes sociais que atuam nos sistemas de proteção social avaliam a comunicação pública e o acesso aos direitos sociais das mulheres quilombolas? O objetivo geral do estudo é analisar os processos comunicativos e a proteção social dentro dos territórios quilombolas do estado do RS, a partir da perspectiva das mulheres quilombolas, de assistentes sociais da rede de proteção social e de informantes-chave (pessoas envolvidas com políticas públicas para comunidades quilombolas), com o intuito de analisar as ações relacionadas a esse segmento vulnerabilizado. Os objetivos específicos consistem em: 1) Compreender as relações estabelecidas entre comunicação pública, mulheres quilombolas e a proteção social; 2) Analisar as possibilidades e limites da comunicação pública, no âmbito da proteção social e os discursos e práticas antirracistas, na efetivação dos direitos das mulheres quilombolas; 3) Identificar como as mulheres quilombolas acessam as informações públicas, através dos serviços de proteção social; 4) Analisar de que forma assistentes sociais utilizam-se dos processos comunicativos para fortalecer os discursos e as práticas antirracistas na luta por direitos de cidadania das mulheres quilombolas. O estudo orienta-se pelo método dialético-crítico, que estimula a compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, construída por sujeitos históricos. A escolha desse método se dá pela sua adequação ao estudo da realidade social, em função de seu pressuposto ontológico e da perspectiva da totalidade, que é central para entender a dinâmica contraditória do real. Em relação à sua caracterização, a investigação constitui-se como uma abordagem qualitativa, que privilegia o contato direto da pesquisadora com o ambiente e a situação estudada, por meio do trabalho de campo. O método de análise adotado é a análise crítica do discurso (ACD), fundamentada em Teun A. van Dijk. Os resultados apontam para as diferenças entre quilombos rurais e urbanos do estudo no que diz respeito ao acesso às políticas públicas. Enquanto os quilombos urbanos tendem a ter maior contato com os serviços e as políticas sociais, os quilombos rurais, muitas vezes mais distantes dos centros urbanos, enfrentam dificuldades ainda maiores em termos de mobilidade e acesso à informação. Cabe destacar

que, em Pelotas/RS, a existência do Comitê Gestor Quilombola representa grande avanço em termos de acesso às políticas sociais. Balizada nos princípios fundamentais, como liberdade de expressão, autonomia de pensamento, opinião e participação social, a comunicação pública deveria emergir como uma ferramenta vital para a expressão da identidade quilombola e o engajamento nos espaços de participação. A integração de ferramentas digitais, como o WhatsApp, na tradição oral, não apenas evidencia uma adaptação cultural contemporânea, mas também demonstra a interconexão dinâmica entre práticas ancestrais e formas emergentes de comunicação. Além disso, o estudo aponta para a diversidade das experiências das mulheres quilombolas, considerando a interseção entre gênero, raça, classe social e geração, que frequentemente ampliam as vulnerabilidades dessas mulheres. A conscientização surge como um fator essencial para a transformação social, permitindo que as mulheres quilombolas adquiram maior conhecimento sobre seus direitos e se tornem protagonistas na luta pela igualdade racial e de gênero. A pesquisa também destaca que os assistentes sociais enfrentam desafios significativos ao tentar implementar políticas públicas em comunidades quilombolas, em grande parte devido à falta de recursos humanos e materiais, além da escassez de transporte adequado, o que dificulta o trabalho de campo e a efetivação das ações de proteção social. Em síntese, esta pesquisa evidencia a importância da comunicação pública como uma estratégia política para a promoção dos direitos sociais, especialmente para as mulheres quilombolas, e defende que, para a efetivação de políticas públicas mais inclusivas, sejam consideradas as especificidades culturais e sociais de cada grupo, fundamental para o combate ao racismo estrutural no Brasil.

Palavras-chave: mulheres negras quilombolas; comunicação pública; proteção social; Serviço Social.

ABSTRACT

This thesis deals with debates that are still little explored in Social Work research: public communication and Quilombola women, both related to the Brazilian social protection system. This approach deserves to be investigated in the context of qualified communication as a political strategy for achieving citizenship rights. Understanding the public perspective of communication in a democratic society presupposes elements such as information and participation, which enable understanding, reflection, argumentation, positioning and deliberation on the part of the participants involved. The importance of black Quilombola women lies in the fact that they are identified as mediators and facilitators of dialogue and community organization. Their voices and actions play an essential role in building more inclusive and democratic management within the quilombos. In light of these initial observations, the study sought to understand: how does communication and access to social protection occur among Quilombola women in the interior of Pelotas/RS and in the capital of the state of Rio Grande do Sul? The guiding questions answered in this work involve investigating: 1) How has public communication guaranteed access to information related to social protection for Quilombola women in Pelotas/RS and Porto Alegre/RS? 2) What are the main channels of dialog with Quilombola women in Pelotas/RS and Porto Alegre/RS adopted by the public facilities that provide social protection in the municipalities? 3) Does public communication aimed at Quilombola women in public social protection services take into account the socio-cultural realities of these communities? 4) How do social workers working in social protection systems assess public communication and access to social rights for Quilombola women? The general objective of the study is to analyze communication processes and social protection within Quilombola territories in the state of Rio Grande do Sul, from the perspective of Quilombola women, social workers in the social protection network and key informants (people involved in public policies for Quilombola communities), with the aim of analyzing actions related to this vulnerable segment. The specific objectives are to 1) Understand the relationships established between public communication, quilombola women and social protection; 2) Analyze the possibilities and limits of public communication, within the scope of social protection and anti-racist discourses and practices, in the realization of the rights of quilombola women; 3) Identify how quilombola women access public information, through social protection services; 4) Analyze how social workers use communication processes to strengthen anti-racist discourses and practices in the struggle for citizenship rights for quilombola women. The study is guided by the dialectical-critical method, which encourages an understanding of reality as essentially contradictory and in permanent transformation, constructed by historical subjects. This method was chosen because of its suitability for studying social reality, due to its ontological presupposition and the perspective of totality, which is central to understanding the contradictory dynamics of reality. In terms of its characterization, the research is a qualitative approach, which privileges the researcher's direct contact with the environment and situation studied, through fieldwork. The method of analysis adopted is Critical Discourse Analysis (CDA), based on Teun A. van Dijk. The results point to differences between the rural and urban quilombos in the study in terms of access to public policies. While urban quilombos tend to have greater contact with social services and policies, rural quilombos, often further away from urban centers, face even greater difficulties in terms of mobility and access to information. It is worth noting that in Pelotas/RS, the existence of the Quilombola Steering Committee represents a major step forward in terms of access to social policies. Based on fundamental principles such as freedom of expression, autonomy of thought and opinion and social participation, public communication should emerge as a vital tool for the expression of

Quilombola identity and engagement in spaces of participation. The integration of digital tools such as WhatsApp into the oral tradition not only highlights a contemporary cultural adaptation, but also demonstrates the dynamic interconnection between ancestral practices and emerging forms of communication. In addition, the study points to the diversity of Quilombola women's experiences, considering the intersection between gender, race, social class and generation, which often amplify their vulnerabilities. Awareness-raising emerges as an essential factor for social transformation, allowing Quilombola women to acquire greater knowledge about their rights and become protagonists in the fight for racial and gender equality. The research also highlights that social workers face significant challenges when trying to implement public policies in Quilombola communities, largely due to the lack of human and material resources, as well as the scarcity of adequate transportation, which hinders fieldwork and the implementation of social protection actions. In summary, this research highlights the importance of public communication as a political strategy for promoting social rights, especially for Quilombola women, and argues that, in order to implement more inclusive public policies, the cultural and social specificities of each group should be taken into account, which is fundamental for combating structural racism in Brazil.

Keywords: Quilombola black women; public communication, social protection, Social Work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação de pesquisas desenvolvidas no Nepevi/PUCRS (2015-2024) sobre comunidades quilombolas – coordenação Profa. Patrícia Krieger Grossi.....	22
Quadro 2. Relação de dissertações e teses produzidas que contemplem os termos “racismo”, “raça e/ou etnia”, “negros” ou “quilombos” no PPGSS/PUCRS – 1977 a 2024	25
Quadro 3. Comunidades remanescentes de quilombos certificadas de Pelotas	45
Quadro 4. Matérias referentes ao Quilombo Vó Elvira.....	62
Quadro 5. Comunidades remanescentes de quilombos certificadas de Porto Alegre	65
Quadro 6. Matérias referentes ao Quilombo Areal da Baronesa.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Dia em que foi assinado o Decreto 6.715/2023, que institui o Comitê Gestor Quilombola em Pelotas 04/05/2023	46
Figura 2. Reunião do Comitê Gestor Quilombola (2024)	47
Figura 3. Reunião Pública com Lideranças Quilombolas do RS	49
Figura 4. Atores Sociais construindo a Política de Assistência Social.....	51
Figura 5. Mural do Quilombo – Quilombo Urbano Família Silva (Porto Alegre/RS).....	53
Figura 6. Quilombolas na espera das cestas básicas, do Programa Supera Estiagem - Quilombo do Algodão	54
Figura 7. Comunidade quilombola com Vó Elvira sentada ao centro.....	61
Figura 8. Mapa do Areal da Baronesa, Porto Alegre – 1906.....	69
Figura 9. Associação Comunitária e Cultural Quilombo da Baronesa.....	71
Figura 10. Card de convite para atividades do CRAS.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População quilombola por região.....	38
Gráfico 2. Número de quilombolas por Estado	39

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ACD	Análise Crítica do Discurso
CadÚnico	Cadastro Único
CAPA	Centro de Apoio ao Agricultor
CEDH-RS	Conselho Estadual de Direitos Humanos
CERLAC	Centre for Research on Latin America and the Caribbean
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGQ	Comitê Gestor Quilombola
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODENE	Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra
CONAQ-RS	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Rio Grande do Sul
CONEN	Coordenação Nacional de Entidades Negras
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EMATER/RS-ASCAR	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
FACQ/RS	Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul
FAPERS	Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
GAAA	Grupo de Ações Afirmativas
IACOREQ-RS	Instituto de Assessoria as Comunidades Remanescentes de Quilombos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
NEPEVI	Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência

NEPMQS	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGSS/PUCRS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEAPDR	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
YU	York University

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 APROXIMAÇÃO COM O TEMA DA TESE	17
1.2 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA	26
1.3 O LÓCUS E OS PARTICIPANTES DO PROCESSO INVESTIGATIVO	34
1.3.1 Quilombo Vó Elvira – Pelotas/RS	60
1.3.2 Quilombo Areal da Baronesa – Porto Alegre/RS.....	62
2 A HISTÓRIA BRASILEIRA VESTIDA DE PELE NEGRA	77
2.1 O INVERSO DA HISTÓRIA BRASILEIRA EUROCÊNTRICA	78
2.2 A PROTEÇÃO SOCIAL PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS A PARTIR DOS TERREIROS	83
2.3 O RACISMO ESTRUTURAL E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS	89
3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL E OS DISCURSOS ANTIRRACISTAS	104
3.1 A INDISSOCIABILIDADE ENTRE A CULTURA E A COMUNICAÇÃO	104
3.2 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO FERRAMENTA PARA A PARTICIPAÇÃO	114
3.3 COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ANTIRRACISTA	123
3.4 A POLÍTICA DO “PÉ NO BARRO” E A PROPOSIÇÃO DE UMA COMUNICAÇÃO PÚBLICA PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	127
4 CONCLUSÕES.....	133
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Mulheres Quilombolas	152
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista – Mulheres Quilombolas	154
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Assistentes Sociais.....	156
APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista – Assistentes Sociais	160
APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Informantes-Chave.....	161

APÊNDICE F – Roteiro de Entrevista – Informantes-Chave.....	164
ANEXO A – Carta de Aprovação no CEP	166

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea não pode ser vista desconectadamente do processo histórico que a constituiu, profundamente marcado pelas desigualdades, discriminações, violências provocadas pelo racismo, que repercutem nos modos e condições de vida da população brasileira, especialmente das mulheres negras. Nesse contexto, a presente tese surge da necessidade de investigar sobre comunidades quilombolas, mais precisamente, as mulheres negras quilombolas e sua relação com a comunicação pública e as formas de proteção social. A temática investigada se revela central frente aos desafios e possibilidades que permeiam as mais diversas áreas do conhecimento, entre elas, a área das ciências sociais aplicadas, a exemplo do Serviço Social. Neste capítulo introdutório, apresenta-se o processo de aproximação com o tema escolhido para esta tese, assim como a construção metodológica da pesquisa, o lócus e as/os participantes deste estudo.

1.1 APROXIMAÇÃO COM O TEMA DA TESE

“Somos resistência, *somos* antirracistas. Brancos *estão* antirracistas. Para ser aliado na luta antirracista, é preciso um compromisso ético e político contra a dominação de alguém. Esse compromisso não deve estar dedicado apenas ao apoio da luta antirracista, mas, principalmente, na constante revisão de suas práticas, relações, discursos e privilégios”.
(Accioly, 2021).

O processo de elaboração desta tese me desafiou tanto no lado profissional quanto pessoal, afinal, também fui me reconstruindo a cada nova etapa da produção deste conhecimento. Ao longo de 26 anos de formação em Serviço Social, uma certa bagagem já existia ao chegar neste doutoramento, mas o processo de conhecimento como fonte inesgotável me permitiu e permite revisitar conceitos e refletir sobre o compromisso de minha prática docente na construção de uma sociedade mais humana.

Por volta do ano de 2010, como parte do primeiro corpo docente da recém-criada Universidade Federal do Pampa (Unipampa), inicio meu convívio com colegas da Comunicação Social, e, como parte dos nossos constantes diálogos, foi sendo despertado em mim o interesse na relação entre Serviço Social e Comunicação. Nessa

época, eu precisava alçar novos voos em busca do doutoramento para melhor me qualificar e desempenhar minhas atividades docentes. Através de processo seletivo, ingressei no *Doctorado en Ciencias Sociales*, pertencente à Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso/Argentina). Minha tese consistiu no estudo sobre telenovelas e políticas públicas, tendo como sujeitas de pesquisa, mulheres atendidas por um Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) no município de São Borja (fronteira com Santo Tomé, Argentina), onde também se localizava meu local de trabalho, o curso de Serviço Social da Unipampa. Esse foi o começo da minha história com a Comunicação.

Em 2014, fui redistribuída para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), lotada no Departamento de Serviço Social e, nesse espaço de trabalho, vislumbrei novas possibilidades de construções entre o Serviço Social e a Comunicação. Para agregar às atividades de ensino, pesquisa e extensão, em 2015 criei o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social (NEPMQS), registrado e certificado junto ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). No que se refere ao ensino, construí duas propostas de disciplinas complementares de graduação, a primeira denominada “Serviço Social, Mídia e Questão Social”, e a segunda, “Serviço Social e Comunicação Pública”. No que tange à pesquisa, até 2019 (ano em que realizei a defesa da tese na Flacso), estava vinculada à proposta de tese. Quanto às atividades de extensão, através do NEPMQS, foi criado o programa radiofônico “Social em Questão”, que foi veiculado na Rádio Universidade 800AM e UniFM 107.9 semanalmente de 2015 a 2021. O programa se ocupou de uma diversidade de assuntos que compreendem a transversalidade de temas relacionados à cidadania, com um repertório amplo, prezando pela garantia de direitos e o acesso à informação. Outra atividade de extensão concretizada foi o “Conversa com”, uma modalidade de roda de conversa promovida semestralmente e que teve sua primeira edição em maio de 2017. Também na modalidade extensão, foram realizados os fóruns de mídia e questão social, são eles: I Fórum de Mídia e Questão Social, que tratou sobre “As interfaces da mídia na sociedade contemporânea” (2016), o II Fórum de Mídia e Questão Social, que abordou “As expressões culturais e comunicação” (2017), e o III Fórum de Mídia e Questão Social, cujo tema foi “Fake news: desafios da democratização da informação”, ocorrido em 2018. Ao longo desses anos, diversos foram os trabalhos apresentados em eventos, tais como semanas acadêmicas, congressos

brasileiros e encontros nacionais de pesquisa, todos de acordo com as áreas estudadas.

A aproximação entre Serviço Social e Comunicação me incentivou a compor a gestão do Conselho Regional de Serviço Social – Cress/RS (2017-2020). Ao fazer parte da gestão, fui coordenadora da Comissão de Comunicação e da Comissão de Transparência, além de integrar a Comissão de Formação e Trabalho Profissional e o Conselho Fiscal. Importa ressaltar que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) possui a Política de Comunicação do conjunto CFESS/Cress, já em sua quarta edição, lançada no ano de 2023. Minha participação no Cress/RS me possibilitou participar dos encontros estaduais de comunicação, denominados de Comunicasul, bem como do 5º Seminário Nacional de Comunicação.

Em se tratando de política de comunicação, também integrei a Comissão de Elaboração da Política de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, conforme a Portaria nº. 80.673, de 15 de agosto de 2016, que se configurou como outro momento importante para refletir sobre a comunicação pública no âmbito do meu local de trabalho.

Na docência, nos anos que antecederam meu afastamento para o doutoramento em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), estive responsável pela condução da Disciplina “Exclusão Social e Relações Étnico-Raciais”, do curso de Serviço Social da UFSM. Esse período foi concomitante com minha inserção na gestão do Cress/RS, cuja campanha (conjunto CFESS/Cress, gestão 2017/2020) teve como tema: “Assistentes sociais no combate ao racismo”. Ressalta-se que essa temática está inserida nas recomendações das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss (1996)¹, justamente prevendo a incorporação da questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social.

Em 2018, a Abepss publicou o documento *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*, com o objetivo de construir coletivamente para o aprofundamento do debate étnico-racial com as unidades de formação acadêmica e demais espaços formativos na graduação, pós-graduação e na

¹ A este respeito ver: SILVA, Ana Paula Procópio da. O conhecimento na reflexão e ação críticas sobre a realidade: contribuições da pesquisa para a formação em Serviço Social. In: _____. **O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo!** A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. 2017. 291 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2017. p. 78-105.

perspectiva da educação permanente. O referido material oferece aos profissionais, docentes e discentes, elementos iniciais para a implementação de ações concretas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Conforme o documento,

[...] a utilização de raça como uma categoria social é indispensável para a análise e compreensão das relações sociais de dominação e desigualdade racial, tão fortemente presentes em diversas sociedades, mas, sobretudo, nas que se estruturam sobre os pilares de exploração capitalista. (Abepss, 2018, p. 14-15).

Ainda que embrionárias, essas abordagens nos espaços acadêmicos e profissionais apontam caminhos tanto para a reflexão como para o desenvolvimento de ações estratégicas para o enfrentamento do racismo na sociedade.

A questão racial é também referenciada em três dos onze princípios do Código de Ética do Serviço Social de 1993, a saber:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
 VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
 XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, p. 23).

Ainda que esses princípios assinalem o preconceito e a discriminação, a profissão não caminha no mesmo ritmo de defesa da igualdade racial como ocorre na defesa das crianças e adolescentes, das pessoas idosas, das mulheres, entre outros segmentos que também possuem suas legislações protetivas e garantidoras de direitos. É importante destacar que o Código de Ética Profissional de 1993, juntamente com Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº. 8662/93)² e as Diretrizes Curriculares aprovadas pela Abepss em 1996 se configuram como os três pilares do projeto ético-político profissional, concebido entre as décadas de 1970/80 e consolidado a partir dos anos 1990.

Em entrevista publicada na revista *Serviço Social e Sociedade* (2023), a

² A Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº. 8662/93 auxilia no debate sobre as questões étnico-raciais quando aborda as competências profissionais no Art. 4º: “IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (CFESS, 2012, p. 45).

professora doutora Maria Lucia Barroco abordou a “A atualidade do Código de Ética do/a Assistente Social: 30 anos de construção coletiva”, destacando que

[...] o primeiro Código de Ética a falar dos direitos humanos, a defender os direitos humanos, foi o de 1993. Nenhum código anterior a 1993 tratou dos direitos humanos. Não só dos direitos humanos, mas da não discriminação por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, nacionalidade, orientação sexual, idade, condição física, do empenho na eliminação de toda forma de preconceito, do respeito à diversidade, da participação de grupos socialmente discriminados. A discussão das diferenças também é uma inovação do Código de 1993. Nenhuma dessas questões foi tocada em nenhum código anterior a 1993, nem mesmo no de 1986. (Wanderley et al., 2023, p. 5-6).

Nesse sentido, a entrevistada ressalta o impacto positivo do código de ética de 1993 no que se refere à abordagem de questões como: etnia, orientação sexual, identidade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, a abordagem educativa suscita a importância do constante aprimoramento na efetivação dos princípios éticos e na defesa da diversidade humana. Ela ainda realiza o comparativo com uma bússola orientadora, que aponta para uma direção social ao trabalho profissional, centrada na promoção dos direitos humanos e na defesa da diversidade.

Diante da relevância desses princípios para a atuação profissional, cabe destacar a necessidade de instrumentos que orientem sua aplicação concreta no cotidiano do Serviço Social. Nesse sentido, a produção de notas técnicas pelo CFESS emerge como fundamental para operacionalizar as diretrizes do projeto ético-político profissional. Um exemplo é a Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia, elaborada por Márcia Campos Eurico (2022). Esse documento evidencia como a prática profissional pode incorporar a dimensão étnico-racial como elemento estruturante, reafirmando o compromisso com a equidade e a justiça social no enfrentamento do racismo estrutural.

Compreendo que essas reflexões sobre comunicação, questão racial e trabalho do/a assistente social foram propulsoras do meu ingresso no Doutorado em Serviço Social (PPGSS/PUCRS)³, a fim de aprimorar os estudos na área, com vistas a contribuir para uma sociedade antirracista e me aperfeiçoar como pesquisadora e docente a formar cidadãos/ãs comprometidos/as com uma sociedade mais justa e igualitária, com base

³ O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (PPGSS/PUCRS) iniciou suas atividades como área de qualificação profissional e de produção do conhecimento em 1977, através da oferta do curso de Mestrado em Serviço Social e, posteriormente, de Doutorado, em 1998.

nos princípios da nossa profissão.

A linha de pesquisa do PPGSS/PUCRS com a qual me identifiquei foi “Serviço Social, Direitos Humanos, Desigualdades e Resistências”, coordenada pela Profa. Patricia Krieger Grossi. Meu interesse foi grande, tendo em vista os estudos da professora sobre comunidades quilombolas, desenvolvidos desde o ano de 2015, e o alcance e notoriedade de diversas parcerias devido às investigações que compõem aspectos das interseccionalidades de gênero, raça/etnia, classe social e geração. Como parte da referida linha de pesquisa, insere-se o Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência (Nepevi), certificado pelo CNPq desde a sua origem em 2000 e que tem como objetivo o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre as diferentes expressões de violência (violência de gênero, violência contra a criança e o adolescente, e violência contra o idoso, violência nas escolas, entre outras) e estratégias para sua prevenção. O Nepevi estuda as políticas sociais voltadas aos diferentes segmentos populacionais e ao trabalho de assistente social. As pesquisas desenvolvidas nesse núcleo já obtiveram diversos financiamentos tanto institucionais da PUCRS quanto de importantes órgãos de pesquisa, como Fapers (Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul), CNPq, entre outros. Além disso, também contam com parcerias nacionais e internacionais, a exemplo da Universidade de Toronto e da York University – Canadá.

Dentre as pesquisas desenvolvidas pelo Nepevi relacionadas às comunidades quilombolas, podemos citar:

Quadro 1. Relação de pesquisas desenvolvidas no Nepevi/PUCRS (2015-2024) sobre comunidades quilombolas – coordenação Profa. Patrícia Krieger Grossi

Período	Pesquisa
2015 - 2022	Mulheres Quilombolas e o acesso aos direitos de cidadania: desafios para as políticas públicas
2016 - 2017	A Experiência Social de Mulheres Quilombolas no âmbito da política de educação: interseccionalidades de gênero, raça/etnia, classe social e geração
2017 - 2019	As experiências sociais de mulheres quilombolas no âmbito da política de assistência social

2017 - 2019	Desenvolvimento de um aplicativo ⁴ com guia de políticas públicas para mulheres quilombolas de Porto Alegre e Região Metropolitana para ampliação do acesso aos direitos de cidadania e promoção da equidade de gênero
2018 - 2020	Modo e Condições de Vida de Idosos Quilombolas de Porto Alegre e Região Metropolitana
2019 - 2021	As experiências sociais de mulheres quilombolas no âmbito da política de saúde
2019 - Atual	Desenvolvimento de um Game em Educação em Direitos Humanos para Estudantes de Ensino ⁵
2020 - Atual	Desenvolvimento de um aplicativo voltado para a Saúde da Mulher Quilombola
2021 - Atual	Mulheres Quilombolas, Determinantes Sociais em Saúde e Interseccionalidades
2022 - Atual	Rising Above Anti-Black Racism and Structural Violence: Health Equity for Quilombola Women in Brazil
2022 - Atual	State Capacity and Health Equity in a Post-Slavery Context: The case of the Quilombolas in Brazil
2023 - Atual	Diagnóstico da saúde bucal na população quilombola no Rio Grande do Sul: Um estudo epidemiológico

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A relação de pesquisas desenvolvidas se expande nas produções de livros, capítulos de livros, artigos em revistas, eventos, e são constantemente socializadas com as/os participantes quilombolas envolvidos/as através de eventos, encontros, palestras e demais atividades desenvolvidas tanto no âmbito acadêmico como na comunidade em geral. Frente à riqueza e diversidade acadêmica existente, esta tese de doutorado busca contribuir de maneira significativa na reflexão sobre a comunicação pública e proteção social, com ênfase nas mulheres quilombolas. A comunicação pública está diretamente associada aos princípios da liberdade de expressão, da autonomia do pensamento, da opinião e da participação social, e seu objetivo consiste em diminuir as distâncias sociais, reduzindo as desigualdades entre as/os cidadãs/os. Frente a isto, o campo da proteção social torna-se propício para desvendar essa realidade no âmbito do Rio Grande do Sul, mais precisamente, nos quilombos no interior do município de Pelotas/RS e em quilombos urbanos de Porto Alegre/RS, podendo oferecer elementos para novas proposições que reforcem a comunicação pública com as mulheres quilombolas, no sentido de desenvolver políticas públicas assertivas para o fomento da

⁴ Link para acesso do App Quilombola:

https://play.google.com/store/apps/details?id=com.pucrs.nepevi.appquilombola&hl=pt_PT&gl=US&pli=1. Acesso em: 15 jun. 2021.

⁵ Link para acesso ao Game Afro: <https://ofroes.itch.io/pga>. Acesso em: 04 abr. 2025.

democracia e do exercício da cidadania. Uma vez alcançada esta perspectiva, as abordagens e o entendimento a respeito da luta antirracista também poderão ser fortalecidos.

No que tange aos interesses coletivos na esfera da comunicação, identifica-se a comunicação pública como um importante meio para a viabilização dos direitos sociais, visto que ela tem por objetivo a informação, o diálogo e a expressão. Segundo Figueiredo (2018), um campo que tem demandado reflexão sobre a comunicação pública é o das políticas públicas sociais, visto que, quando encaradas de forma correta, possibilitam a realização da democracia e reverenciam os direitos dos/as trabalhadores/as e usuários/as, rompendo com as ações clientelistas que fazem sucumbir qualquer construção de cidadania.

Para Costa (2016), as políticas públicas, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, habitação, trabalho ou assistência social, quase sempre excluem os grupos tradicionais. A exclusão ocorre, inclusive, por não se considerar as particularidades socioculturais que conferem tradição a tais coletividades.

O referido tema foi pesquisado nas bases de dados: Scopus, Lilacs, Web of Science - Coleção Principal, Web of Science - Coleção SciELO Citation Index e Embase. As palavras-chave utilizadas foram: title-abs-key “quilombola” or “quilombol” or “slave-descendent community” or “quilombol community” and title-abs-key “women” or “woman” or “black woman” and title-abs-key “social protection” or “social support” or “Public Policy” and title-abs-key “communication” or “anti-racism” or “Racism”. Tomou-se por base publicações a partir de 2004 – ano em que foi lançado o Programa Brasil Quilombola. Os critérios de inclusão foram: a) artigos, b) em português ou inglês, c) com acesso gratuito, d) nos últimos 20 anos - 2004 a 2024, e) similaridade com a temática. Já os critérios de exclusão foram: a) artigos voltados para áreas que não possuem relação direta com a pesquisa, b) artigos repetidos, c) ausência de similaridade temática, d) recorte temporal anterior ao ano de 2004 e e) acesso mediante pagamento. Ao total foram identificados 12 trabalhos: 02 estudos na Scopus (Marques et al., 2022; Riscado; Oliveira; Brito, 2010), 03 estudos na Lilacs (Urpia, 2024; Minuzzo, 2017; Damasceno et al., 2024) e 07 estudos na Embase (Almeida et al., 2018; Alves et al., 2022; Bonfim et al., 2024; de Beltrão et al., 2021; Pauli et al., 2019; Pereira; Magalhães, 2023; Quaresma et al., 2022).

Em nenhum momento a pesquisa realizada nas bases de dados localizou estudos

que contemplassem as três palavras-chave desta tese de forma integrada, ou seja: mulheres quilombolas, proteção e comunicação pública. Os resultados obtidos sobre o tema apontam que as discussões sobre mulheres quilombolas nos últimos 20 anos enfocam as particularidades de gênero, geração, classe e raça/etnia dessas mulheres, suas relações desenvolvidas e suas participações junto às suas comunidades.

A relevância do tema proposto para esta tese é ainda maior quando consideramos o levantamento realizado sobre as produções de dissertações e teses produzidas entre os anos de 1977 e 2024 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Apesar da riqueza e diversidade de dissertações e teses produzidas, existe uma lacuna significativa na abordagem específica do compromisso ético-político no que se refere a produções na luta antirracista. Ao longo de 47 anos, foram realizadas 685 pesquisas entre 483 dissertações e 202 teses sobre os mais diversos temas. No entanto, quanto a estudos que contemplem os indexadores “racismo”, “raça e/ou etnia”, “negros” ou “quilombos”, foi identificada apenas a relação a seguir:

Quadro 2. Relação de dissertações e teses produzidas que contemplem os termos “racismo”, “raça e/ou etnia”, “negros” ou “quilombos” no PPGSS/PUCRS – 1977 a 2024

Dissertações	
Ano	Título/Autoria
2005	“Questão Étnico-Racial: um desafio para o Serviço Social” - Andréa da Silva Costa.
2018	“Guerra às drogas e a manutenção da posição racial” - Daniela Ferrugem.
2022	“Proteção social para mulheres venezuelanas em solo brasileiro: acolhimento e/ou racismo?” - Cristiane Matiazzi Posser.
Total	03 dissertações
Teses	
2010	“A igualdade formal e sua aplicabilidade prática: os descaminhos da dignidade atribuída ao negro brasileiro” - Flávio Cruz Prates.
2012	“Comunidades quilombolas: as lutas pelo reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira” - Simone Ritta dos Santos.
2019	“Sob o fio da navalha: a saúde mental das mulheres a partir da perspectiva de classe social, gênero e raça e/ou etnia” - Liana de Menezes Bolzan.
2022	“Discursos e práticas antirracistas na PNAS: uma abordagem decolonial sobre as expressões de resistência negra” - Caroline Fernanda Santos da Silva.
2022	“A racialização como estruturante da questão social: entre silêncios e insurgências na produção de conhecimento em serviço social” - Daniela Ferrugem.

Total	05 teses
-------	----------

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações disponibilizadas via secretaria do PPGSS/PUCRS (2025).

Conforme o Quadro 2, é possível constatar que a produção sobre os indexadores mencionados tem seu início em 2005, quase 30 anos após o início do Mestrado e doze anos após o início do Doutorado, e somam 03 dissertações e 05 teses, totalizando 1,17% em relação ao número total de produções. Esses dados possibilitam levantar o questionamento sobre a priorização de temas na pesquisa acadêmica em Serviço Social a partir de uma importante e referente instituição acadêmica na área do Serviço Social gaúcho; afinal, em se tratando de pós-graduação na área, a PUCRS é única no estado do Rio Grande do Sul a oferecer Doutorado em Serviço Social. Essa reflexão crítica incita a necessidade de fortalecimento de produções acadêmicas, principalmente pelo que elas podem reverberar na prática, ou seja, na inspiração de ações e políticas antirracistas mais eficazes e inclusivas.

Nesse sentido, o objetivo geral desta tese consiste em analisar os processos comunicativos e a proteção social dentro dos territórios quilombolas do estado do RS, a partir da perspectiva das mulheres quilombolas, de assistentes sociais da rede de proteção social e de informantes-chave, a fim de avaliar, analisar e qualificar as ações relacionadas a esse segmento vulnerabilizado.

Como docente e parte constituinte de uma parcela branca privilegiada, esse caminhar tem me feito pensar que me reconheço e jamais poderei falar sobre como uma pessoa negra se sente frente às atitudes racistas na sociedade em que vivemos, simplesmente porque nunca vivi a experiência de quem sofre discriminação racial. Conforme Carvalho (2020), não é possível que uma pessoa vivencie a experiência de outra,

Assim, mesmo os sujeitos que experimentam situações parecidas de opressão, eles e elas não são capazes de fazer com que outro vivencie a sua própria experiência, uma vez que a experiência, a vivência em si, é algo incomensurável e intransmissível. O que é possível, mesmo nesse caso, é explicá-las, **é fazer com que o outro compreenda determinada vivência**, mas nunca fazer com que esse outro também a vivencie. (Carvalho, 2020, p. 9, grifos meus).

Tomo como ponto de partida essas reflexões em consonância com a citação de Accioly (2021) utilizada nos momentos iniciais deste capítulo: me sinto convocada a me

engajar na desconstrução das estruturas de dominação, tornando-me aliada na luta antirracista. Que esta tese possa multiplicar saberes e propiciar ações transformadoras da realidade social que se apresenta.

1.2 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Ao considerar os diversos fatores que estão relacionados a esta tese, em especial, a interseccionalidade⁶ entre gênero, raça, classe social e geração, compreende-se que a estratégia metodológica crítica é a que mais se adequa ao conhecimento da realidade investigada.

Nessa perspectiva, as obras de Karl Marx e seus seguidores propiciam o estudo da realidade social, em função de seu pressuposto ontológico e da perspectiva da totalidade, que, por sua vez, é central para se compreender a dinâmica contraditória do real. Na abordagem marxista, como observa Gadotti (2003), o materialismo dialético não considera a matéria e o pensamento como princípios isolados, sem vinculações, mas como aspectos de uma mesma natureza que é indivisível.

O materialismo dialético tem um duplo objetivo: 1º) como dialética, estuda as leis mais gerais do universo, leis comuns de todos os aspectos da realidade, desde a natureza física até o pensamento, passando pela natureza viva e pela sociedade; 2º) como materialismo, é uma concepção científica que pressupõe que o mundo é uma realidade material (natureza e sociedade), na qual o homem está presente e pode conhecê-la e transformá-la. (Gadotti, 2003, p. 23).

O materialismo dialético, além de não gerar a dicotomia entre a teoria e a prática, abarca os conceitos de pessoa e sociedade, na perspectiva do movimento e das

⁶ Numa perspectiva de reconhecimento internacional, o termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, professora de direito e ativista dos direitos civis nos Estados Unidos, na década de 1980. Ela argumentou que as análises tradicionais sobre discriminação muitas vezes negligenciavam as experiências das mulheres negras, pois focavam apenas no gênero ou na raça, ignorando as formas únicas de discriminação que surgiam da interseção dessas identidades. Já Patrícia Hill Collins (2022) compreende a interseccionalidade como teoria social crítica, “[...] uma teoria que seja tanto capaz de criticar a ordem social existente quanto servir como ferramenta para impulsionar a mudança social” (Collins, 2022, p. 18). Neste sentido, a abordagem interseccional configura-se como um método analítico que examina as desigualdades sociais a partir da consideração de que categorias tais como raça, gênero, classe, sexualidade, nacionalidade e geração estão intrinsecamente inter-relacionadas e se influenciam mutuamente. Em vez de tratar de forma isolada os problemas sociais oriundos de estruturas como racismo, sexismo, capitalismo, colonialismo, nacionalismo e etarismo, essa perspectiva propõe uma análise integrada, reconhecendo a complexa teia de relações que perpetuam processos de exclusão e opressão.

contradições de uma dada realidade, ou seja:

[...] a possibilidade existente no movimento das coisas quer dizer a possibilidade do novo, daquilo que ainda não é mas pode ser, imanente naquilo que é. E ao abraçar toda a realidade, esse novo possível, concebido de modo dialético, se inscreve ao mesmo tempo no homem e nas relações que este mantém com o mundo e com os outros homens. (Cury, 2000, p. 31).

Na sociedade contemporânea, se observa uma série de transformações que configuram uma realidade social distinta do contexto sócio-histórico do século XIX, que Marx vivenciou e estudou. A teoria sobre o capital se originou a partir do desenvolvimento do processo de industrialização e da relação entre a acumulação de capital e a exploração da força de trabalho. Estava centrada na produção, e o principal movimento de mudança era da classe operária. Na atualidade, configura-se uma sociedade pós-industrial, em que as transformações são múltiplas e diferentes: convive-se com relações globais, desregulação de mercado, desemprego estrutural e outros.

A teoria marxista fundamenta-se na análise das relações antagônicas entre capital e trabalho, que resultam na divisão social do trabalho, exploração e alienação. Gadotti (2003) explica que, em todo processo de desenvolvimento de um objeto específico, há uma contradição principal, cuja existência determina a presença de outras. A partir do conflito entre capital e trabalho, emerge uma série de problemas sociais, políticos e econômicos que dão origem à questão social.

A análise de qualquer processo das relações sociais, seja associado à miséria, fome, desemprego, violência ou outros, pressupõe a apropriação dos cenários que antecederam essa realidade, através do resgate histórico das transformações que compõem o processo produtivo capitalista e suas conseqüentes crises. O método de investigação dialético crítico possibilita a compreensão dos novos problemas que se apresentam na sociedade contemporânea, decorrentes de questões da atualidade como: a revolução tecnológica, globalização e outras.

A postura dialética estimula a compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, construída por sujeitos históricos. Como afirma Kosik (1976), o indivíduo conhece a realidade à medida que a cria e se comporta, antes de mais nada, como ser prático.

A partir da perspectiva do materialismo dialético, três conceitos básicos foram indispensáveis para a compreensão do método dialético crítico, elementos que “[...] dão

conta de certa realidade da forma mais extensa possível. Essa expressão não é neutra e se revela comprometida com uma determinada visão de mundo” (Cury, 2000, p. 26). As categorias mencionadas são: contradição, totalidade e historicidade, e auxiliaram na reflexão e compreensão de aspectos importantes da tese e suas conexões com a realidade estudada.

A categoria de contradição desempenha um papel fundamental na compreensão das relações sociais. Sua omissão pode levar a uma abordagem conservadora no estudo, limitando a possibilidade do desenvolvimento de estratégias de mudança: “A contradição não é apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria, existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade” (Cury, 2000, p. 30).

Ao desejar compreender o desenvolvimento da realidade, é necessário reconhecer que, na perspectiva dialética, a contradição é o princípio básico do movimento da existência dos seres. É justamente pelo movimento de suas contradições que a sociedade capitalista se mantém. Porém, jamais se poderá compreendê-la sem situá-la na sua totalidade, considerando que “[...] a totalidade não é um todo já feito, determinado e determinante das partes, não é uma harmonia simples, pois não existe uma totalidade acabada, mas um processo de totalização a partir das relações de produção e de suas contradições” (Cury, 2000, p. 35).

Na dialética marxista, a atividade humana é compreendida como um processo de totalização, uma mirada de conjunto que nunca poderá ser encarada como algo definitivo e acabado, porque a realidade está sempre em processo de transformação social. Segundo Cury (2000, p. 36), “[...] a totalidade implica uma complexidade em que cada particularidade só pode vir a ser compreendido como um momento definido em relação a si e em relação a outros fenômenos”.

A dialética considera que cada caso ou fenômeno é dotado de conexões e conflitos, que não pode ser compreendido de maneira isolada. Pode-se, segundo Lefebvre (1983, p. 238): “Isolar um fato, um fenômeno, e depois conservá-lo pelo entendimento nesse isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo. É imobilizá-lo artificialmente, matá-lo”.

Nesse contexto, um fenômeno deve ser compreendido no conjunto de suas relações e estar vinculado aos aspectos e manifestações da realidade apresentada, na

qual o indivíduo se manifesta como sujeito criador da história:

[...] é o homem, como sujeito histórico real, que no processo social de produção e reprodução cria a base da superestrutura, forma a realidade social como totalidade de relações sociais, instituições e ideias; e nesta criação da realidade social objetiva cria ao mesmo tempo a si próprio, como ser histórico e social, dotado de sentidos e potencialidades humanas, e realiza o infinito processo da “humanização do homem”. (Kosik, 1976, p. 51).

Assim, homens e mulheres, como sujeitos histórico-sociais, criam fatos novos a partir dos já existentes. Geram conhecimento que se articula com o movimento da realidade, garantindo o avanço da história humana. A categoria historicidade engloba o princípio de que a história só é possível quando o indivíduo nem sempre recomeça desde o início, mas está ligada ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações anteriores (Kosik, 1976).

Essas três categorias explicativas da realidade orientam a compreensão deste estudo, com base na ciência crítica, que reconhece na ação da pesquisadora a necessidade de despojar-se de qualquer pensamento fragmentado e acabado do mundo e dos pensamentos. Além disso, auxiliam no entendimento da realidade, das relações e contradições nos existentes, no lugar e no tempo presente e fazem parte de um todo que está inter-relacionado: uma sociedade política, econômica e cultural.

Nesse sentido, o enfoque qualitativo deste projeto respeita as exigências de um trabalho científico, possibilitando à pesquisadora uma ampla liberdade teórico-metodológica. Para a coleta de dados foram utilizadas as seguintes técnicas: observação e entrevistas: a *observação*, para verificar e acompanhar a eficiência dos trabalhos desenvolvidos. “A observação é uma das técnicas de coleta de dados imprescindível em toda a pesquisa científica. Observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso” (Barros; Lehfeld, 1990, p. 53).

Nessa ótica, quanto à participação da pesquisadora, foi realizada a observação participante, em que, segundo os autores acima citados, a observadora se incorpora natural ou artificialmente ao grupo ou comunidade pesquisada. Conforme Peruzzo,

Na observação participante o pesquisador acompanha o cotidiano do grupo social, interage com seus membros, vive e partilha as experiências, mas não envolve o grupo nas etapas de análise dos dados e de interpretação das informações colhidas” (Peruzzo, 2017, p. 168).

Neste sentido, a presença do pesquisador se dá de forma sistemática e contínua, com o intuito de construir um olhar de dentro sobre os fenômenos investigados. Embora haja envolvimento com o cotidiano do grupo, os/as sujeitos/as pesquisados/as não participam ativamente das etapas de análise ou interpretação dos dados, sendo mantida uma certa distância epistemológica entre observador e observado/a. Trata-se, portanto, de um esforço de aproximação empática, sem que isso implique, necessariamente, em coautoria no processo investigativo.

Outro instrumento básico para a coleta de dados foi a *entrevista*, cuja grande vantagem está na possibilidade da captação imediata e corrente da informação desejada. Praticamente, ela permite acesso a qualquer tipo de informante, permitindo, também, abordar os mais variados tópicos, além de propiciar o contato direto com as pessoas informantes. Para tanto, seu processo de realização consiste numa conversa a dois com propósitos bem definidos, sendo considerada como o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através da entrevista, a pesquisadora busca obter informes contidos na fala dos “atores sociais” (Minayo, 1999). A entrevista é extremamente importante no desenvolvimento do processo de pesquisa, porque aproxima pesquisadores/as dos/as participantes da pesquisa e, desta forma, permite uma melhor compreensão dos fatos estudados.

Nesta tese, foram entrevistadas mulheres quilombolas da zona rural e da zona urbana, assim como assistentes sociais do sistema de proteção social destinado às comunidades quilombolas do RS pesquisadas e, dada a necessidade de aprimorar o estudo, também foram entrevistadas pessoas diretamente relacionadas com essas comunidades quilombolas, como lideranças e articuladores de organizações envolvidas com o tema em questão. As entrevistas ocorreram seguindo um roteiro elaborado pela entrevistadora, e as entrevistadas tiveram seus depoimentos gravados e posteriormente analisados.

Foram utilizados critérios de inclusão para selecionar a amostra da pesquisa: 1) nas entrevistas com assistentes sociais e profissionais que atuam na área de proteção social: a) estar trabalhando em algum dos serviços de proteção social que atendam as comunidades quilombolas pesquisadas; b) ter o tempo de no mínimo 12 meses de trabalho no serviço de proteção social que atende as comunidades quilombolas pesquisadas; 2) nas entrevistas com as mulheres quilombolas: a) ser mulher quilombola

pertencente a uma das comunidades pesquisadas; b) ser reconhecida como liderança na comunidade pelos moradores locais; c) fazer uso dos serviços de proteção social destinados à comunidade quilombola a que pertence; 3) nas entrevistas com informantes-chave: a) estar diretamente envolvido/a com políticas públicas para comunidades quilombolas no RS; b) fazer parte de alguma organização como: Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul (Facq/RS), Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (Codene), Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq/RS), Grupo de Ações Afirmativas Afrodescendentes (GAAA), Associação Cultural Sawabona Shikoba, Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH/RS), do Instituto de Assessoria as Comunidades Remanescentes de Quilombos (Iacoreq/RS) e Emater. A seguir, apresento uma breve descrição de cada uma dessas organizações:

- **Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul - Facq/RS:** entidade representativa que congrega as associações das comunidades quilombolas no estado do Rio Grande do Sul. Seu objetivo principal é articular e defender os direitos e interesses dessas comunidades, promovendo sua visibilidade e inclusão social (Silva, 2021);
- **Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra – Codene:** instituição normativa, paritária, deliberativa e fiscalizadora criada em maio de 1988 por meio do Decreto nº 32.813. Sua principal atribuição é desenvolver estudos e propor medidas e políticas voltadas para a comunidade negra, visando a eliminar discriminações e promover sua plena integração na vida social, econômica, política e cultural (Rio Grande do Sul, [20--?]a);
- **Coordenação Nacional de Entidades Negras – Conen:** instância nacional e espaço de construção da unidade na ação das centenas de entidades negras presentes em todo o território nacional, que acompanham a sua orientação, respeitando a visão política de cada uma delas, as diferenças regionais e a realidade de vida da população negra onde estão localizadas;
- **Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq/RS):** por meio de sua representação no Rio Grande do Sul, tem desempenhado papel estratégico na articulação política das comunidades quilombolas do estado, promovendo a defesa dos direitos

territoriais, o acesso a políticas públicas e o fortalecimento da identidade cultural. Com atuação em mais de 170 comunidades no estado, a entidade busca assegurar a efetivação de direitos fundamentais e a superação das desigualdades históricas enfrentadas pelas populações quilombolas (Conaq, c2024; León, 2024);

- **Grupo de Ações Afirmativas Afrodescendentes – GAAA:** instituição não governamental existente desde 2009 reconhecida por proporcionar espaços de luta e mobilização pela inclusão social e valorização cultural de afrodescendentes em condições de vulnerabilidade social;
- **Associação Cultural Sawabona Shikoba:** organização que atua com foco em práticas de educação, cultura, ancestralidade, espiritualidade e cuidado coletivo, geralmente inspiradas em valores de origem africana e indígena;
- **Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH/RS:** no contexto do estado do Rio Grande do Sul, o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-RS) configura-se como instância máxima de deliberação e articulação das políticas públicas voltadas à promoção e à proteção dos direitos humanos. Com base na Lei Estadual nº 14.481/2014, o CEDH/RS exerce funções normativas, consultivas e fiscalizadoras, sendo composto por representantes do poder público e da sociedade civil, o que assegura sua atuação pautada na participação democrática e no controle social. Trata-se, portanto, de um espaço institucional estratégico para a consolidação de políticas intersetoriais que visem à equidade, à justiça social e à universalização dos direitos fundamentais (CEDH/RS, [201-?]);
- **Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos – IACOREQ/RS:** com sede no Rio Grande do Sul, desempenha um papel estratégico na defesa dos direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas. Atuando como uma organização da sociedade civil, o instituto presta assessoria técnica e política, especialmente no que tange aos processos de regularização fundiária, fortalecimento da autonomia comunitária e articulação de políticas públicas. Sua ação tem contribuído significativamente para a visibilidade e o protagonismo dos povos quilombolas no cenário político e jurídico do estado (Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos, c2025);

- **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul**
– **Emater/RS-Ascar**: vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, exerce papel estratégico na implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. Por meio da oferta de assistência técnica, educação agropecuária e extensão social, a entidade contribui de maneira decisiva para o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção da segurança alimentar e o apoio às comunidades tradicionais, incluindo povos indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (Rio Grande do Sul, [20--?]b).

Uma vez realizada essa breve apresentação sobre as organizações com as quais os informantes-chave desta tese se relacionam, compreendo também relevante – ainda que não tenha sido um dos objetivos apresentados – trazer a caracterização dessas/es entrevistadas/os. Foram quinze entrevistas realizadas no decorrer dos anos de 2023 a 2025; desses/as quinze entrevistados, oito eram quilombolas, sendo seis mulheres e dois homens. Quanto ao gênero, foram 10 mulheres (66,67%) e 5 homens (33,33%). Dessas pessoas, entre assistentes sociais e informantes-chaves, 70% se declararam negras e 30% brancas. Considerando que, a partir da análise crítica de discurso de van Dijk, faz parte da análise a compreensão da dimensão sociocognitiva (o tripé sociedade, cognição e discurso), atentar para a questão não só de gênero, mas também raça, classe e geração, muito acrescenta para entender como esses discursos oriundos dessas/desses representantes carregam suas concepções e histórias de vida.

Para atender as diretrizes éticas de pesquisa, a identidade das pessoas entrevistadas foi preservada da seguinte maneira: para as mulheres negras quilombolas, foram adotados nomes de mulheres negras que fizeram parte de quilombos brasileiros e foram fundamentais em algum momento para a comunidade negra; no caso das assistentes sociais entrevistadas⁷, foram adotadas as siglas AS01, AS02, AS03 e AS04; as/os informantes-chave foram denominados como INF01, INF02, INF03, INF04, INF05 e INF06.

Quanto ao processo analítico, utilizou-se a análise crítica do discurso (ACD), que “[...] objetiva propor um ‘modo’ ou uma ‘perspectiva’ diferente de teorização,

⁷ Uma das assistentes sociais entrevistadas é mulher negra quilombola e atua no território ao qual pertence.

análise e aplicação ao longo dos campos” (van Dijk, 2015, p. 114). Conforme Guimarães e Paula (2022, p. 167) “[...] van Dijk traz para a sua teoria a dimensão sociocognitiva, formando o tripé sociedade, cognição e discurso”. Logo, a sociedade faz referência à comunicação tanto no contexto amplo (sistema social e econômico) quanto no micro (relações interpessoais de comunicação). A cognição está relacionada aos mecanismos cognitivos que constituem as crenças, representações e valores. O discurso, por sua vez, pode ser qualquer forma de comunicação que se estabelece na sociedade.

Logo, o conjunto das técnicas mencionadas proporcionaram a obtenção dos elementos necessários para a compreensão deste estudo, comprometendo-me com a devolução e a socialização dos resultados obtidos a todas as pessoas envolvidas.

1.3 O LÓCUS E OS PARTICIPANTES DO PROCESSO INVESTIGATIVO

A história brasileira é marcada pela escravização, relações de poder, aprisionamento, privações e explorações que até hoje demarcam consequências nas diversas expressões da questão social. Essa história precisa ser contada para além da condição de *submissão* desse grupo social, o que significa dizer que também houve formas de *resistência* à escravização, que foram manifestadas através de fugas, revoltas, assassinatos de senhores, abortos e, de maneira mais materializada, a constituição de quilombos. “Esta resistência ocorreu em espaços diversos, inclusive nas senzalas, mas os quilombos foram, sem dúvida, um território importante para suas elaborações. Sem a oposição e resistência à escravidão não haveria o que chamamos de cultura afro-brasileira” (Soares, 2020, p. 58).

Os quilombos eram um lugar secreto, lá permaneciam as pessoas que fugiam das fazendas, minas ou casas de família onde eram escravizadas. Geralmente, os quilombos eram encobertos ou escondidos em meio ao mato. O termo *kilombo* é parte do idioma dos povos Bantu, originários de Angola, e carrega o significado de local de pouso ou acampamento: “[...] o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos” (Munanga, 2001, p. 63).

Ao estabelecer a relação entre quilombos brasileiros e africanos, o autor assegura a condição de oposição à estrutura escravocrata, fortalecendo a importância da formação de resistência às formas de opressão e de exploração.

Nessa perspectiva, mais que um refúgio para os negros, os quilombos foram reunião de homens e mulheres que se negaram a viver sob o regime de escravidão e que desenvolviam laços de solidariedade e fraternidade na reconquista de sua dignidade. Assim, a ênfase na definição deve, então, ser posta sobre o binômio resistência e autonomia, e não sobre o ato da fuga. (Silva; Nascimento, 2012, p. 27).

Para as autoras, as formações dos quilombos revelam que, onde houve trabalho escravizado, houve também rebeldia corporificada sob a forma de quilombos, sejam estes pequenos, grandes, próximos às cidades ou bem distantes delas, apresentando uma variedade de formas de organização e de origens. Quilombos são expressões de liberdade e de reconquista da dignidade (Silva; Nascimento, 2012). Entretanto, as autoras também explicam que, embora todos os quilombos brasileiros representem resistência ao sistema escravista, nem todos foram constituídos pela reunião de escravizados fugitivos. Outras situações que deram origem aos quilombos são:

- A partir do abandono, pelo fazendeiro, dos escravos⁸ nas terras que cultivavam, principalmente em momentos de crise econômica do produto cultivado;
- Por herança. Há muitos casos em que fazendeiros deixaram pedaços de terra para escravos de sua confiança, ou em que viúvas solitárias as deixaram para seus escravos, ou ainda os casos em que o herdeiro é um filho bastardo do fazendeiro;
- Terras doadas a Santos muitas vezes foram ocupadas por comunidades negras;
- Terras ocupadas pacificamente depois de abandonadas pelos senhores em momentos de crise econômica;
- Compra de terras por parte dos escravos alforriados;
- Ocupação de terras devolutas, antes e depois da abolição da escravidão, pois mesmo após esta, a marginalização dos negros fez com que muitos migrassem em busca de terras mais distantes e ainda não ocupadas, ou abandonadas;
- Recebimento de terras por serviços prestados ao Estado;
- E, é claro reunião de escravos fugitivos. (Silva; Nascimento, 2012, p. 28).

Essa diversidade de situações conduz ao entendimento de que não há uma única tradição quilombola; os quilombos se originaram e se organizaram de diversas formas.

⁸ No decorrer deste trabalho, apenas utilizaremos o termo “escravo” em respeito à transcrição literal das obras. Entretanto, compreende-se que a maneira adequada está em adotar o termo “escravizado”, tendo em vista que se refere a uma condição imposta pelo sistema.

Mesmo constituídos de diversas origens culturais, identificam-se os traços gerais da cultura africana, a exemplo do tradicional culto aos orixás, e também do catolicismo, e até mesmo traços de influência cultural indígena, como a culinária. A compreensão dessa diversidade foi fundamental para contextualizar as comunidades quilombolas, principalmente a partir da imersão da pesquisadora nos territórios escolhidos para o estudo, enriquecendo os conhecimentos teóricos com as práticas e conhecimentos empíricos, propiciando a realização da práxis. No entanto, para compreender integralmente essas comunidades, não basta apenas uma análise cultural, mas também uma compreensão demográfica abrangente. Nesse sentido, uma importante contribuição sobre dados de uma população ou área de território, são os censos demográficos, tendo em vista que são pesquisas que permitem dimensionar e mapear a distribuição espacial de uma população, analisar seu desenvolvimento com o passar do tempo, traçar seu perfil e conhecer importantes aspectos socioeconômicos de um território. No Brasil, o órgão responsável pela realização do censo demográfico é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza visitas a todos os domicílios do país, aplicando questionários aos moradores a cada década. O último censo brasileiro foi realizado em 2022 e, de forma inédita, após 150 anos de pesquisa, realizou o recenseamento da população quilombola como grupo étnico populacional.

A consolidação do Censo Demográfico em localidades quilombolas se deu a partir da demanda da CONAQ junto ao Estado Brasileiro por meio do IBGE com a mediação do Fundo de Populações da Nações Unidas (UNFPA/Brasil), atendendo aos critérios da Consulta Prévia, Livre e Informada da Convenção 169 da OIT. (Pela primeira vez..., 2022).

A partir dos dados do censo demográfico, a elaboração de políticas públicas, distribuição de verbas federais e implementação de medidas de desenvolvimento social e econômico têm a possibilidade de ser mais adequadas à realidade no país e nas especificidades dos seus habitantes e territórios. A seguir, alguns dados resultantes do último censo brasileiro:

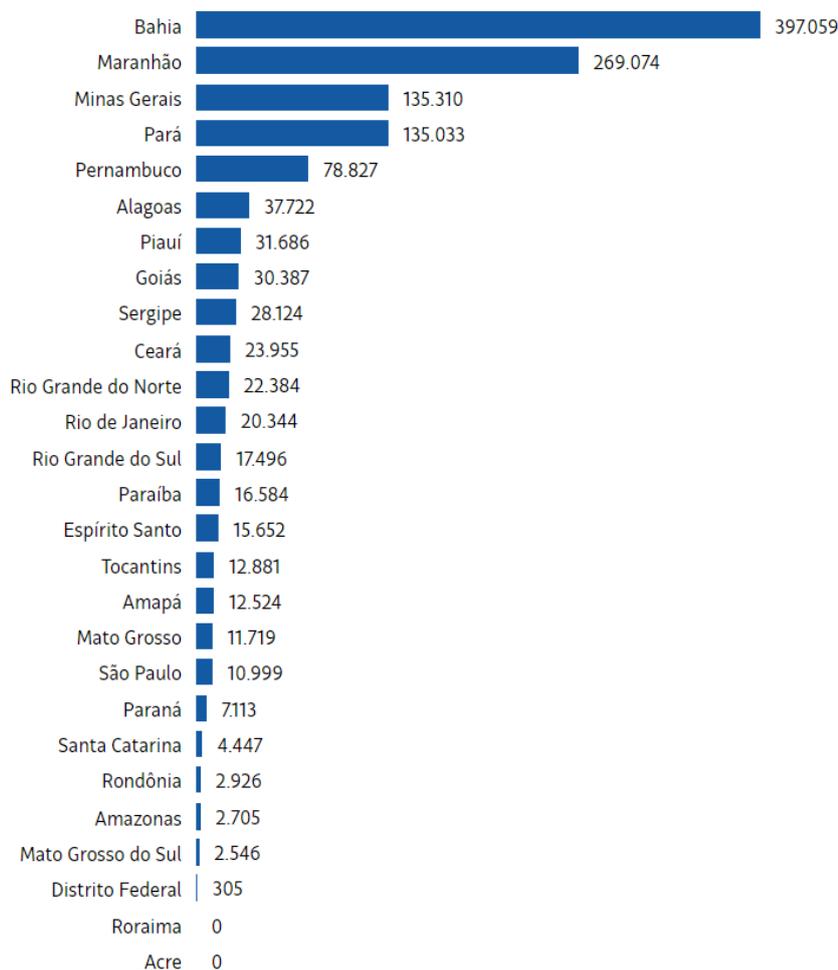


Fonte: Censo quilombola (IBGE, 2023).

As comunidades quilombolas do Nordeste constituem a maioria das concentrações de quilombolas por região e preservam uma rica tradição devido à existência histórica de quilombos notáveis, a exemplo do Quilombo de Palmares⁹. Na Bahia, algumas comunidades quilombolas enfrentam desafios relacionados à violência perpetrada por grileiros e fazendeiros, mas atualmente contam com o amparo do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e participam de projetos de revitalização cultural.

⁹ Quilombo dos Palmares é como ficou conhecido o maior quilombo que existiu na história da colonização do Brasil pelos portugueses. Foi também o maior quilombo de toda a América Latina e, no seu auge, concentrou a população de cerca de 20 mil pessoas. Resistiu às investidas holandesas e portuguesas durante todo o século XVII e acabou sendo destruído em 1694. Tornou-se um símbolo da luta e da resistência dos escravizados. Não se pode perder de vista que, na história quilombola do Brasil, merecem destaque algumas figuras femininas emblemáticas, tais como: Aqualtune, Dandara dos Palmares, Luiza Mahin, Mariana Crioula e Tereza de Benguela.

Gráfico 2. Número de quilombolas por Estado



Fonte: Censo quilombola (IBGE, 2023).

Com exceção do Acre e Roraima, todos os estados brasileiros abrigam comunidades quilombolas. Destaca-se que os estados brasileiros com o maior número de comunidades remanescentes de quilombos são a Bahia, com 229 quilombos cadastrados; Maranhão, contando com 112; Minas Gerais, totalizando 89; e Pará, que registra 81 comunidades quilombolas cadastradas.

Na Região Sul do Brasil, composta por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, identifica-se que este último tem a maior presença de quilombolas, ou seja, mais da metade dos 29.056 quilombolas da região vivem no RS. O Paraná tem 7.113 habitantes quilombolas, e Santa Catarina, 4.447. O Rio Grande do Sul tem a 13ª população quilombola do país em números absolutos.

Grossi e Bitencourt (2017) realizaram processo investigativo que teve como objetivo geral compreender as experiências sociais de comunidades remanescentes de

quilombos urbanos e rurais no estado do RS no âmbito da política de assistência social. Por meio dessa pesquisa, constataram que, apesar de as mulheres quilombolas estarem cadastradas no CadÚnico da assistência social, muitas desconhecem os programas e serviços específicos a elas destinados. A falta de informação, aliada à burocracia, constitui-se em entraves para o exercício da cidadania.

Outro estudo sobre mulheres quilombolas e acesso aos direitos de cidadania (Grossi; Oliveira; Oliveira, 2018) evidenciou parte da realidade das mulheres quilombolas do Rio Grande do Sul, em que se destacaram as condições de vida precárias e o reduzido ou nulo acesso às políticas públicas.

No que se refere à comunicação pública e à política de assistência social, a tese de Figueiredo (2016) analisou as características, as práticas, as ações, os planos e as estratégias de comunicação desenvolvidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A pesquisa empírica foi realizada nos CRAS de cinco municípios: Belo Horizonte/MG, Santarém/PA, São Gabriel/RS, Tobias Barreto/SE e Rubiataba/GO, nas cinco regiões do país. Dentre as conclusões desse estudo, verificou-se que a presença de equipamentos multimídia nos CRAS não garante a oferta de informações numa linguagem ajustada ao público usuário, e tampouco os assuntos disponibilizados na TV aberta são compatíveis com uma cultura emancipadora. É preciso refletir sobre a importância de se pesquisar a comunicação pública para que ela privilegie o exercício do direito ao diálogo, à informação e expressão de forma incorporada ao cotidiano dos serviços prestados no espaço público, ampliando a perspectiva cidadã de minorias como mulheres, pessoas negras, povos indígenas e outros (Figueiredo, 2018).

Tendo em vista a perspectiva cidadã de minorias, é crucial compreender o percurso de luta pelos direitos das comunidades quilombolas. Ao explorarmos a história do Rio Grande do Sul, podemos aprofundar nossa compreensão sobre como os princípios de diálogo e expressão se entrelaçam com a identidade cultural e a luta por direitos desses grupos no contexto gaúcho, evidenciando a resistência contra a opressão dessas comunidades. No território gaúcho, exemplos como o Quilombo da Vó Elvira, na zona rural de Pelotas, e o Quilombo do Areal, na zona urbana de Porto Alegre, materializam a luta pela autonomia e preservação cultural dessas comunidades, lócus deste estudo. Para uma das mulheres quilombolas entrevistadas em 13 de dezembro de 2023, o entendimento sobre a distinção entre um quilombo rural e um quilombo urbano assim se manifesta:

*“O quilombo é um espaço de resistência que se difere muito de um quilombo rural porque o quilombo rural ele tem outras características, outras especificidades porque o quilombo rural ele tem terra, em muitos casos eles traz uma tradição mais acirrada, mais contínua dos seus antepassados e muitos mesmo que ainda levam essas tradições. O quilombo urbano se difere disso porque ele está dentro do perímetro urbano da cidade, ele tem essa ancestralidade, dos seus antepassados, mas a forma de preservar é diferente porque em primeiro lugar não se tem espaço, nós não temos um espaço, uma área enorme rural, não tem”. (Dandara, *Quilombo do Areal*, 2023).*

Nessa fala, vários elementos aparecem de forma expressiva. Entre eles está o fato de que, sejam rurais ou urbanos, os quilombos são espaços de resistência, muito embora suas características variem. Enquanto o quilombo rural tem acesso à terra e tradições mais consolidadas, o urbano enfrenta desafios devido à limitação de espaço. Além disso, ambos preservam a ancestralidade, mas os quilombos urbanos precisam encontrar maneiras mais adaptativas de manter as suas tradições em um contexto urbano. Essa distinção, com base na teoria de van Dijk, nos possibilita analisar que, no aspecto de sociedade, a fala demonstra que a territorialidade não consiste apenas de espaço físico, mas de elementos históricos, sociais, políticos e econômicos. No âmbito cognitivo, a entrevistada demonstra as representações sociais do significado de quilombo através de um discurso que valoriza a memória coletiva, por meio da continuidade histórica e da preservação cultural. O discurso em si se direciona para uma leitura crítica, que situa os quilombos como “espaço de resistência”.

Conforme já mencionado, para este processo investigativo, foram escolhidas duas comunidades quilombolas: **em Pelotas, o Quilombo Vó Elvira, e em Porto Alegre, o Quilombo Areal da Baronesa**. A seguir, traz-se a descrição de suas cidades e a caracterização desses quilombos. Cumpre ressaltar que este trabalho se utilizou de elementos visuais para ilustrar e enriquecer os tópicos abordados. Tais recursos visuais serão cuidadosamente referenciados ao longo do texto, aprimorando a compreensão e expressividade das ideias apresentadas.

O município de Pelotas localiza-se na região sul do estado do Rio Grande do Sul, sendo considerada a quarta cidade mais populosa do estado; de acordo com o IBGE (2023), a população alcança 325.689 habitantes. A principal imigração na região foi de portugueses, que influíram profundamente na cultura do município, principalmente na arquitetura e na culinária. Também a imigração de alemães é considerável,

principalmente na zona rural do município. Para além destas, há a predominância de africanos, que foram escravizados pelo Império Português. Em uma escala menor, tem-se a imigração de italianos, poloneses, franceses, judeus, árabes libaneses etc.

A história de Pelotas, fortemente marcada pela escravatura, é retratada na escrita do historiador pelotense Adão Fernando Moquelat. Em seu livro *Pelotas dos Excluídos*, o autor é bastante provocativo ao mencionar, nas primeiras páginas, que “Pelotas é a cidade mais negra do estado, quiçá do país”, sendo necessário o exame da história “[...] para encontrar o que a história tradicional não quis ver ou ocultou e que sempre esteve à altura dos olhos por debaixo do longo e rodado vestido de festa da Princesa do Sul” (Moquelat, 2014, p.07) A metáfora sugere que, por trás da imagem festiva e glamourosa, a cidade carrega uma história mais profunda e omitida sobre a presença da população negra no município.

De acordo com Buchweitz et al. (2010), no início do século XVIII, os primeiros africanos escravizados chegaram ao Rio Grande do Sul, especialmente nas cidades em crescimento, como Pelotas e Rio Pardo, que se tornaram centros charqueadores relevantes. Até 1780, a maioria dos escravizados trabalhava nas fazendas agrícolas, mas, com o desenvolvimento da indústria salarial, principalmente com o surgimento da primeira charqueada em Pelotas, houve uma intensificação do uso em larga escala de escravizados. As charqueadas, inicialmente improvisadas, tornaram-se centros industriais inovadores após a retomada portuguesa do Rio Grande dos espanhóis.

Os grandes proprietários de terras no Rio Grande do Sul utilizaram a mão de obra escrava para diversos propósitos, além de servir de status. Os escravos trabalhavam em atividades urbanas, como carregadores, pedreiros, pintores e em serviços domésticos, todos sendo movidos pelo sonho de comprar a sua liberdade. Nas atividades pastoris, o uso do escravo também era constante, produzindo cereais, plantando para seus senhores, construindo muros com pedras, conhecidas como taipas. Foi na charqueada, porém, que a escravidão criou fortes raízes, pois foi na busca da solução do problema de carregar o gado até as minas, de exportar a carne, que salgar a carne de gado tornou-se uma saída lucrativa, ativando o setor mercantilista. Pelotas surgiu como uma das principais cidades produtoras de charque. (Ramos; Smaniotto, 2014, p. 2018).

A mão de obra escravizada no Rio Grande do Sul servia para ser empregada em diversas atividades urbanas e pastoris. Contudo, ganha ênfase a influência das charqueadas, especialmente em Pelotas, onde a escravização se consolida devido à produção lucrativa de carne salgada.

As charqueadas eram bastante insalubres, reunindo grande quantidade de sangue, vísceras e carcaças bovinas nos seus terrenos. Relatos da época descrevem nuvens de urubus pairando sobre os locais. A manipulação e a inalação constante do sal também causavam danos à saúde dos cativos, e a exigência de um ritmo acelerado nos galpões provocava desavenças com os capatazes. (Vargas; Moreira, 2018, p. 160).

Jamais as condições apresentadas poderiam ser um atrativo para algum trabalhador livre, então contar com a mão de obra escravizada para atender a produção em larga escala e para destinar longas horas de trabalho, era uma excelente solução para os senhores de escravizados aumentarem os lucros na economia colonial, com base em muita violência e imposição disciplinar para a garantia do trabalho.

“[...] não tinha lugar na sociedade para os homens negros. Eles foram durante todo o período dos 300 e poucos anos de escravização, mantidos cativos pela cachaça. Criaram vícios para os nossos homens negros [...] incluíram esses vícios lá na senzala, para os nossos ancestrais. Então, a bebida hoje ela é uma doença? É, mas ela é uma herança colonizadora. Passavam o dia inteiro trabalhando. Para não sentir dor, davam uma garrafa de cachaça ‘toma aí e vai dormir, porque amanhã tens que estar inteiro’. E assim era”. (INF02, 2024).

O relato do entrevistado aborda a marginalização histórica das pessoas negras na sociedade brasileira. Não bastasse o trabalho opressor e violento, havia estratégias de controle, como a “cachaça”, como forma de dominação. A construção cognitiva desse discurso espelha os efeitos da escravização a partir de uma memória coletiva que passou de geração a geração. Há no relato o posicionamento identitário e coletivo – “nossos homens negros” e “nossos ancestrais” – que articula passado e presente na reflexão crítica sobre as relações e estruturas da sociedade.

Diante de toda a violência a que eram submetidos, os escravizados organizaram-se de diferentes maneiras contra a escravização, e existiram revoltas violentas que resultaram nos assassinatos de senhores e feitores, nas fugas coletivas ou individuais, nas recusas em realizar o trabalho imposto. Como válvula de escape da intensa violência da escravização nas senzalas, os quilombos eram considerados pontos centrais de oposição ao modelo escravagista, os quais resistiram a diversos confrontos com aqueles que se afirmavam superiores, os senhores de engenho. Ao longo dos séculos de escravização, a resistência foi uma constante. Mesmo após a promulgação da Lei Áurea, em 1888, a escravização perdurou por um longo período. Os quilombos, por

consequente, tornaram-se refúgios para muitas pessoas negras livres que, de diversas maneiras, buscaram preservar sua cultura.

Conforme apontado por Miranda et al. (2021), a herança do passado escravista resultou na exclusão dos povos negros e quilombolas dos processos participativos e decisórios em nosso país, sujeitando-os a diversas vulnerabilidades, incluindo a persistente limitação em participar de espaços sociopolíticos que possibilitariam a expressão de suas demandas por direitos. Na contramão dessa perspectiva, as comunidades quilombolas reconhecidas¹⁰ pertencentes ao município de Pelotas/RS (Algodão, Cerrito, Alto do Caixão, Vó Elvira e Ramos). Conforme o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, no art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, uma comunidade quilombola reconhecida já alcançou quatro etapas do processo de titulação, mas ainda restam outras duas. As etapas são as seguintes:

- 1) autodefinição quilombola, que envolve uma certificação da Fundação Cultural Palmares;
- 2) elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), com um estudo e delimitação da área, feitos por técnicos do Incra;
- 3) publicação do RTID, que é o documento do RTID finalizado e aprovado pelo Incra;
- 4) portaria de reconhecimento, que é o reconhecimento oficial assinado pela presidência do Incra reconhecendo o território como sendo um quilombo;
- 5) decreto de desapropriação, que garante que invasores sejam retirados do local;
- e
- 6) titulação, documento expedido com as informações oficiais do quilombo.

Na condição de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, as comunidades quilombolas de Pelotas criaram um novo espaço coletivo, que agrega a efetiva participação de quilombolas, denominado Comitê Gestor Quilombola (CGQ), há aproximadamente dez anos atrás.

De acordo com Loeck (2020), em maio de 2015, durante o Encontro Políticas

¹⁰ Comunidades quilombolas reconhecidas encontram-se na etapa nº 4 para o processo de titulação.

Públicas para Comunidades Quilombolas e Direito Humano à Alimentação Adequada, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e Emater/RS-Ascar, foi apresentado um relatório de pesquisa que revelou uma elevada prevalência de insegurança alimentar e condições socioeconômicas adversas nas famílias nas comunidades do estado, em especial no Quilombo do Algodão. Como enfrentamento de tal situação, foi sugerida a implementação de políticas públicas e o acesso a bens e serviços básicos. Logo, impulsionados por essa constatação, os participantes do encontro decidiram enfrentar as questões pertinentes, principalmente diante da existência de outros quilombos reconhecidos pela Fundação Palmares em Pelotas. Conforme os dados disponíveis na Fundação Cultural Palmares, até o momento, os quilombos certificados pertencentes ao município de Pelotas são:

Quadro 3. Comunidades remanescentes de quilombos certificadas de Pelotas

Comunidade	Etapa Atual do Processo FCP	Etapa do Processo de Titulação
Quilombo Algodão	Certificada	Não titulada
Quilombo Alto do Caixão	Certificada	Não titulada
Quilombo Cerrito Alegre	Certificada	Não titulada
Quilombo Vó Elvira	Certificada	Processo aberto no INCRA
Quilombo Ramos	Certificada	Não titulada

Fonte: Sistematizado pela autora com base nos dados disponíveis no site da Fundação Cultural Palmares (2022).

Na sequência, sobre a criação do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas, tem-se o registro de que, em maio 2015, o comitê foi estabelecido, reunindo a vice-prefeita, secretarias municipais (Cultura, Educação e Desporto, Desenvolvimento Rural, Justiça Social e Segurança, Qualidade Ambiental e Saúde), Emater/RS-Ascar, Centro de Apoio ao Agricultor (Capa), e representantes quilombolas.

Loeck (2020) aponta que um dos primeiros resultados do referido comitê foi a aprovação e a realização de uma audiência pública na Câmara de Vereadores, o que deu voz, em julho de 2015, a mais de uma centena de quilombolas que se fizeram presentes e expressaram as suas mais prementes vulnerabilidades e necessidades. Ao longo do

tempo, as discussões e as deliberações do comitê resultaram em algumas conquistas e melhorias para as famílias quilombolas, entre elas: o acesso ao Modelo 4 (talão do produtor rural); a qualificação do atendimento no Cadastro Único, devido às especificidades do público quilombola; a realização de mutirões para o (re)cadastro do Bolsa Família nas próprias comunidades; e a realização de reuniões de capacitação ofertadas pela extensão rural e prefeitura municipal.

Em 2017, a 3ª Coordenadoria de Saúde do Rio Grande do Sul se somou ao grupo, tendo sido então elaborado e aprovado o plano de ação que permitiu a utilização dos recursos específicos da saúde quilombola para a reforma ou construção de fontes e redes de água nas comunidades.

No âmbito do incentivo à produção, cabe ressaltar a centralidade do comitê como instância de controle social e definidor de quais comunidades e famílias em situação de extrema pobreza deveriam participar e receber recursos do Programa Fomento Produtivo às Atividades Rurais, provenientes da União. Nele também se deliberou sobre a participação quilombola no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o que resultou na produção de alimentos com qualidade pelas famílias quilombolas do município.

Em 2023, oito anos após seu surgimento, o Comitê Gestor Quilombola se tornou oficializado através do Decreto nº 6.715/2023. O objetivo do comitê consiste em promover a articulação dos órgãos e entidades envolvidos na implementação das ações e políticas públicas relacionadas às comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. E destaca-se que esse foi considerado o primeiro comitê gestor quilombola no Rio Grande do Sul. Abaixo, o registro fotográfico do evento:

Figura 1. Dia em que foi assinado o Decreto 6.715/2023, que institui o Comitê Gestor Quilombola em Pelotas 04/05/2023



Foto: Rodrigo Chagas – Prefeitura Municipal de Pelotas (2023).

Na foto acima, além da prefeita Paula Mascarenhas e do vice-prefeito e secretário de Desenvolvimento Rural, Idemar Barz, estão as quatro representações das comunidades quilombolas de Pelotas, notadamente, todos homens.

“Não sei se abuso de poder, mas tem conflito sim. Já presenciei questões assim. Geralmente todas as lideranças atualmente são homens. Já tiveram mulheres que eram lideranças em alguns quilombos, mas hoje são homens e nisso elas discutem muito com eles. [...] Então são elas que lutam para que as coisas sejam corretas. Então eu percebo quando a gente faz o contato na comunidade, eles discutem muito então daí elas pegam o celular e dizem: ‘não! Tu podes gravar aqui a informação porque eu quero colocar no grupo? [...] Em Pelotas tem 04 comunidades que nós trabalhamos e duas comunidades as mulheres são bem ativas. De outras duas elas não são tanto. A gente percebe isso, quando vai alguma atividade, elas já ficam atrás do companheiro, ficam quietas, não tem tanta participação”. (AS01, política de assistência social de Pelotas, 2024).

Como pesquisadora, tive a oportunidade de assistir a algumas reuniões do Comitê Gestor Quilombola em Pelotas. Constatei que as lideranças são predominantemente homens e que outras representações, tais como secretarias e coordenadoras, geralmente têm como representantes mulheres.

Figura 2. Reunião do Comitê Gestor Quilombola (2024)



Fonte: Grupo de WhatsApp do Comitê Gestor Quilombola (2024).

De acordo com Loeck (2020), o comitê tem se mostrado um espaço de participação sociopolítica, dando voz a quem, até recentemente, estava excluído dos processos participativos e decisórios no município. O avanço do comitê em Pelotas dependerá da persistência do reconhecimento governamental de seu papel legítimo na definição de ações para as comunidades quilombolas. Conforme a fala de uma das

entrevistadas,

“Eu participei de algumas reuniões presenciais e foram bem legais porque as pessoas envolvidas eram diferentes atores sociais, até pessoas políticas e eles escutavam o que os representantes queriam. Então achei legal a parte democrática. Então não eram eles que diziam ‘é melhor isso para vocês’. Então eles levavam as demandas, tipo: ‘com este recurso a gente quer fazer o cano da caixa d’água, a gente quer fazer uma ludoteca para as crianças, a gente quer isso, aquilo...’ Então eles que determinavam o que queriam fazer com cada recurso”. (AS01, Pelotas, 2024).

O destaque para a fala da assistente social remete ao exercício da democracia por meio da participação das representações quilombolas em decisões sobre o destino de recursos, demonstrando a autonomia das comunidades quilombolas nesse processo. Minha participação enquanto pesquisadora no Comitê Gestor Quilombola de Pelotas iniciou em agosto de 2023. Antes disso, eu havia participado de quatro eventos que considerei muito importantes para meu processo de aproximação e análise. O primeiro deles ocorreu em 15/09/2022, quando participei do último dia do Encontro Municipal de Educação Quilombola, evento que contou com a apresentação do trabalho realizado pela Emater/Ascar expondo sobre a construção do Comitê Gestor Quilombola em Pelotas. Na sequência, foi apresentado o documento intitulado *Diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira em Pelotas*. Este último foi apresentado por uma servidora pública ligada à Secretaria de Educação no Município. Nessa ocasião, me chamou a atenção o quanto os professores (predominantemente negros/as) e os quilombolas presentes pareciam incomodados com o resultado do documento. Alguns chegaram a mencionar que ele não havia sido discutido no âmbito da comunidade. Isso me fez lembrar de van Dijk (2015) e sua análise crítica do discurso enquanto perspectiva interessada, essencialmente, na maneira como o poder, a dominação e a desigualdade social são estabelecidos, reproduzidos e combatidos através do discurso, ou seja, como o discurso, principalmente o de domínio público, pode estar a serviço de submeter os interesses de uma classe à outra, o que significa jogos de interesses distintos e até mesmo antagônicos.

Ainda em 2022, participei de outro evento que ocorreu no Centro de Treinamento da Emater/RS-Ascar em Canguçu/RS. Tratou-se da apresentação da pesquisa “Comunidades remanescentes dos quilombos certificadas do Rio Grande do Sul: diagnóstico social, econômico e produtivo”, que foi coordenada pela Secretaria da

Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) e executada pela Emater/RS-Ascar em 32 comunidades, sendo 22 localizadas no meio rural e outras dez em área urbana. Na ocasião, foram apresentados os dados referentes à região de Pelotas. Não muito diferente do que eu já havia observado na reunião anterior, as representações quilombolas presentes questionaram diversos resultados apontados pelo relatório da pesquisa. Dentre eles, a condição de acesso à internet, afinal, o documento aponta que 91% das comunidades, possuem sinal de internet. Quando questionada sobre isso, a equipe que apresentava o relatório informou: “[...] foi solicitada a informação se a comunidade tinha ou não a disponibilidade de sinal, mas não foram demandadas informações sobre o número de domicílios com acesso a estes serviços”. Uma breve análise poderia considerar que essa omissão de dados sobre o número de domicílios com acesso aos serviços de comunicação, ao solicitar informações sobre a disponibilidade de sinal em uma comunidade, reflete uma limitação na coleta de dados. Nesse caso, a análise crítica do discurso de van Dijk (2015) possibilita revelar que essa escolha discursiva pode moldar a percepção da realidade social, destacando a importância de considerar a omissão seletiva e as relações de poder presentes no discurso para uma compreensão mais abrangente.

Em 04/07/2023, foi realizada em Porto Alegre/RS a Reunião Pública com Lideranças Quilombolas do RS, reunindo líderes quilombolas, representantes governamentais e membros da sociedade civil. Um dos destaques foi a presença do secretário Edmilton Cerqueira, da Secretaria de Território e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Na sua apresentação, o secretário sinalizou a existência do interesse institucional no diálogo com as comunidades quilombolas.

Figura 3. Reunião Pública com Lideranças Quilombolas do RS



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

À luz da análise crítica do discurso de van Dijk (2015), é importante observar como as vozes das lideranças quilombolas ecoaram durante o evento, expressando resistência, ancestralidade e reivindicações por reconhecimento e acesso a direitos. José Amaro de Souza Borges, vereador quilombola do município de Mostardas, ressaltou: “Nós resistimos porque este é o espírito do quilombo”, enquanto Ivonete Carvalho, ex-secretária Nacional de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais da Seppir/Presidência da República, enfatizou: “Honrar por respeito aos mais velhos. Só estamos aqui hoje por causa dos nossos antepassados”. Essas afirmações refletem a identidade e a luta histórica das comunidades quilombolas, destacando a importância de preservar a memória e os valores culturais transmitidos ao longo das gerações. No entanto, também foram identificadas barreiras e desafios enfrentados pelas comunidades, como a falta de representatividade em eventos e de linguagem acessível, o que dificulta o acesso a recursos e oportunidades. Segundo umas das mulheres quilombolas presentes: “A linguagem barra o acesso”.

Considera-se que a análise crítica do discurso de van Dijk permite examinar as dinâmicas de poder presentes na interação entre as lideranças quilombolas, representantes governamentais e membros da sociedade civil. A necessidade de fomentar a participação quilombola em eventos e superar obstáculos como a falta de titulação evidencia a persistência de desigualdades estruturais que precisam ser enfrentadas para garantir a efetiva inclusão e reconhecimento das comunidades quilombolas na sociedade brasileira.

Outro evento que gostaria de registrar foi a participação de representantes quilombolas na 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de Pelotas, realizada em 21/07/2023. A presença dessas representações estava prevista para às 10h45min, para a mesa intitulada: “Atores sociais construindo a Política de Assistência Social”, com representantes da Comunidade Quilombola de Pelotas, da Comunidade Indígena, e de Territórios dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Pelotas.

Figura 4. Atores Sociais construindo a Política de Assistência Social



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Devido a um atraso na programação, o tempo destinado foi reduzido para 30 minutos, divididos em 10 minutos para cada representação. Embora não tenha sido algo programado, acredito que a redução do tempo contribuiu para a redução da visibilidade dos atores sociais convidados. Sobre a participação das comunidades quilombolas em eventos como esse, a assistente social do município de Pelotas afirma que:

“[...] são chamadas, às vezes, para a conferência, justamente para terem voz naquele espaço e para tentarem fazer as outras pessoas entenderem que elas existem, que a comunidade existe. Geralmente, a gente utiliza o espaço da conferência para ter lá ‘olha existe a comunidade quilombola, existe a comunidade indígena, existe a pessoa em situação de rua.’ Então, essa seria a ideia, não só as pessoas irem lá sem saber o que estão fazendo lá”. (AS01, Pelotas, 2024).

Através da fala da profissional entrevistada, é possível notar que a participação desses representantes serve como estratégia para mostrar a existência e realidade vivenciadas e que são comunidades que também devem compor esses espaços participativos.

No curto espaço destinado para as explicações, os representantes do Quilombo Vó Elvira realizaram duas afirmações que destaco: a primeira delas proferida por Eder Ribeiro Fonseca, que disse: "o que faz nossa resistência é a terra", e outra realizada pelo líder Antônio Leonel Rodrigues (ao se referir à questão da Constituição Federal de 1988), enfatizando: “Podem ficar lá [fazendo referência ao território], no meio das pedras. E ainda assim... os quilombolas produzem”. Compreende-se a importância da

terra para a identidade quilombola, assim como o ato de resistência simbólica (produzir no meio das pedras), que reforça a resiliência da comunidade.

Durante o período de agosto a novembro de 2023, tive a oportunidade de participar das reuniões mensais do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas. Durante esses encontros, foram abordados temas de extrema relevância para a comunidade quilombola, refletindo as demandas e desafios enfrentados por essa população. Aspectos como a falta de regimento interno, a importância das cestas básicas durante a pandemia e a busca por recursos para saneamento básico, luz e internet foram abordados de forma abrangente e incisiva.

O CGQ eleva consistentemente suas demandas em relação à organização estrutural do município, o que constitui um posicionamento necessário para reiterar a razão de ser de sua existência e para ressaltar o caráter multifacetado de suas demandas, que dizem respeito às desigualdades sociais, à negação de direitos e à resistência histórica. (Cogoy; Murillo; Grossi, 2025, p. 179).

Além disso, questões relacionadas com a luta pela própria sede, problemas de transporte, alcoolismo e a falta de representação adequada por parte das autoridades competentes foram levantadas e debatidas com afinco. A ausência de associação para a comunidade quilombola Vó Elvira, apesar da necessidade de recursos, bem como a preocupação com critérios injustos para vacinação, evidenciam as complexidades e desafios enfrentados pela comunidade. A falta de definição dos representantes e a ausência de uma portaria que oficialize o Comitê Gestor demonstram a necessidade urgente de maior reconhecimento e suporte institucional para as comunidades quilombolas em Pelotas.

Ao final de 2023, minha última participação no ano foi no Encontro Quilombola da Região Sul, ocorrido em 07/12/2023, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social da Pelotas. O encontro foi uma iniciativa do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Pelotas, do Coletivo Antirracista O Melhor de Cada Uma e do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas. O objetivo foi buscar mais conhecimento a respeito dos seus direitos e acesso aos benefícios das políticas públicas federais. A estratégia foi convidar os órgãos gestores de políticas públicas para agricultura familiar e quilombolas para compartilharem suas iniciativas e estabelecerem parcerias para o desenvolvimento econômico dos territórios.

Além disso, o encontro pretendeu avaliar a organização das comunidades quilombolas, identificando estratégias de fortalecimento e definição de formas de financiamento para apoiar a implementação das políticas nos territórios, incluindo o suporte técnico e mobilizadores designados pelas próprias comunidades. Nesse encontro, foi possível verificar as posturas adotadas pelos participantes e o reforço da necessidade de organização por parte das comunidades quilombolas. Nesse sentido, a fala de um dos representantes do Incra ressaltou que o Estado não reconhece a “pessoa quilombola”, mas a “comunidade quilombola”, e por isso sempre é perguntado: “Qual a sua comunidade?”. Isso demonstra o quanto o reconhecimento dos territórios e as suas titulações são imprescindíveis para a inclusão dessas populações na proteção social como um todo.

Também se mostra pertinente mencionar outras situações experimentadas durante o transcorrer desta pesquisa de doutorado. Até o momento presente, tive a oportunidade de visitar três quilombos urbanos em Porto Alegre/RS (Quilombo Areal da Baronesa, Quilombo Fidélix e Quilombo Silva). No que diz respeito aos quilombos rurais de Pelotas/RS, foram visitadas, igualmente, três comunidades (Quilombo do Algodão, Quilombo Vó Elvira e Quilombo do Cerrito). Alguns desses momentos foram capturados por meio de fotografias, documentando assim parte da experiência de campo.

No Quilombo Silva, por exemplo, fiquei entusiasmada quando moradoras do quilombo nos convidaram para conhecer o local e me deparei com um “mural de recados”.

Figura 5. Mural do Quilombo – Quilombo Urbano Família Silva (Porto Alegre/RS)



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Em tempos de WhatsApp, foi interessante identificar esse espaço que simboliza uma forma de comunicação aberta, simples, direta. Além disso, trata-se de uma ferramenta para construir o senso de comunidade, permitindo que os indivíduos se mantenham conectados uns com os outros. Após muita luta, o Quilombo Silva, que está localizado em um dos bairros com o metro quadrado mais caro de Porto Alegre, foi o primeiro quilombo urbano titulado no Brasil (Aguiar; Reinholz, 2022a). Apesar das ameaças da especulação imobiliária e uma intensa luta pelo direito de existir no local, as/os quilombolas resistiram e receberam a titularização em 2009.

Outra experiência relevante foi minha visita ao Quilombo do Algodão, em Pelotas/RS, em 31/08/2023. Fui acompanhar um mestrando de Direito da UFPel na coleta de dados. Nesse dia, também estavam lá assistentes sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social de Pelotas para a distribuição de cestas básicas do programa Supera Estiagem. O referido programa é uma resposta à situação de emergência causada pelo período de seca prolongado. Conforme o pessoal da comunidade, a espera por esse dia já durava vários meses.

Figura 6. Quilombolas na espera das cestas básicas, do Programa Supera Estiagem - Quilombo do Algodão



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

“[...] as ações que nós fazemos elas não são de proteção social básica, acabam sendo ações pontuais e fragmentadas. Daí quando se faz isso, tu não consegues trabalhar sobre o direito, sobre o acesso, então, não se trabalha as pautas do hoje. Não existe um atendimento de proteção social básica. [...] Então, várias pautas poderiam ser trabalhadas se trabalhassem a prevenção. Ainda não conseguimos dar conta do urbano para ir para o rural. Ainda são esquecidos, na parte da prevenção. São medidas paliativas, fragmentadas e pontuais”. (AS01, política de assistência social de Pelotas, 2024).

O relato da assistente social entrevistada demonstra o quanto é difícil trabalhar a prevenção, enfatizada como uma barreira significativa para o acesso a direitos. A equipe parece estar limitada a intervenções após a ocorrência de situações de risco, dificultando a implementação de ações preventivas. Há uma necessidade de abordar diversas questões através de estratégias preventivas. Na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a prevenção refere-se a ações que antecipam e evitam situações de vulnerabilidade social, como, por exemplo: capacitação, fortalecimento de vínculos familiares, acesso a serviços básicos e assistência a grupos vulneráveis. Essas ações estão alinhadas aos princípios da PNAS de universalidade e equidade na busca de uma abordagem abrangente e integrada para construir uma sociedade mais justa (Brasil, 2005a).

Além desses espaços vivenciados junto às comunidades quilombolas, também apresento a experiência obtida no espaço acadêmico. Eu, juntamente, com a minha orientadora, Profa. Patrícia Grossi, fomos convidadas a participar como palestrantes, dia 26/05/2023, na IX Semana Acadêmica do Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, instituição da qual faço parte há mais de 10 anos do corpo docente do Departamento de Serviço Social. A mesa intitulava-se “O Serviço Social na luta antirracista: a importância da pesquisa engajada com as comunidades tradicionais quilombolas”. O convite foi feito para que partilhássemos as experiências com pesquisa engajada envolvendo as comunidades quilombolas, realizadas por meio do Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência (Nepevi), coordenado pela Profa. Patrícia. Na ocasião do convite, foi sugerido pela minha orientadora a participação de Ivonete Carvalho (mulher negra quilombola, comissária de política aposentada e ativista em defesa da criança e do adolescente). No dia do evento, um e-mail foi disparado para todas/os as/os estudantes do curso de Serviço Social, como também para todo o corpo docente do curso de Serviço Social da UFSM. Nele continha o seguinte texto:

Para refletir, de Lélia Gonzáles em "RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA"

I – Cumé que a gente fica?

... Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinado um monte de coisa pro crioulo da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar juto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve uma hora que não deu prá aguentar aquela zoadá toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga... Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora ta queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída”. (Acadêmico de Serviço Social da UFSM via e-mail em 26 maio 2023).

O e-mail pareceu bastante provocativo com relação à participação de duas pesquisadoras brancas na mesa do evento. Constata-se que o texto de Lélia Gonzáles retrata uma situação em que indivíduos negros são convidados para uma festa realizada por pessoas brancas que expressam apoio às suas causas, mas que, na prática, perpetuam a exclusão e a marginalização das pessoas convidadas. A reflexão coloca em pauta as dinâmicas de poder, discriminação e resistência racial presentes na sociedade brasileira, convidando a pensar sobre as estruturas de opressão e as formas de enfrentamento e resistência por parte dos grupos marginalizados. Na ocasião, o estudante que disparou o e-mail não se fez presente no evento. Compreendo que van Dijk (2021) tem muito a contribuir para essa análise crítica discursiva, uma vez que o autor se refere a dois pontos que se revelam em espaços acadêmicos como o mencionado. Para ele, o discurso

público é controlado por elites simbólicas, as quais darão o exemplo a ser seguido. Por discurso público, o autor se refere àquele que alcança grande massa, e, por elites simbólicas, às que darão o exemplo a ser seguido. Os professores fazem parte das elites simbólicas. Uma sociedade é tão racista quanto suas elites; por exemplo, professores, por meio dos seus discursos, exercem seu poder dentro da sociedade, podem influenciar a forma de pensar dos seus estudantes. Logo, enquanto pesquisadoras brancas, temos um papel importante na luta antirracista, sem perder de vista que o protagonismo deve ser das pessoas atingidas pelo racismo. Nesse caso, Ivonete Carvalho ocupou a posição central da mesa, iniciando a fala e exercendo o protagonismo no evento acadêmico, e eu e minha orientadora fomos coadjuvantes no processo. Enquanto a luta antirracista for uma luta somente das pessoas negras, não conseguiremos avançar na garantia de direitos de cidadania para esse segmento populacional. A luta deve ser de toda a sociedade, e nós, enquanto pesquisadoras brancas, temos que reconhecer o nosso privilégio de cor e classe e as oportunidades geradas por esse privilégio. Nesse sentido, a pesquisa engajada busca mostrar uma realidade que muitas vezes é invisibilizada e trazer para o centro do palco, da “festa”, o protagonismo quilombola. A representatividade da pessoa negra e quilombola é central, e, nesse evento, a presença da palestrante quilombola possibilitou a identificação e expressão de outras identidades quilombolas na plateia, até então invisibilizadas. Chamou a atenção o fato de uma estudante quilombola somente se afirmar como quilombola após o contato com Ivonete Carvalho, sendo desconhecida essa identidade até então por parte dos professores. Isso ocorreu principalmente pelo reconhecimento do trabalho realizado pela Ivonete Carvalho na garantia de direitos para a comunidade à qual a aluna pertencia. Entendo que esses relatos realmente são pertinentes ao trabalho de pesquisa que está sendo desenvolvido no decorrer desta tese.

Outro fato marcante ocorreu no encontro virtual de lançamento do livro *Mulheres quilombolas, interseccionalidades e políticas públicas* em 25/11/2021, organizado por Patrícia Grossi e colaboradores. O encontro contou com a presença de lideranças femininas quilombolas, representantes da Federação das Comunidades Quilombolas do RS, da Frente Quilombola do RS, Iacoreq, GAAA, Emater, Conaq, entre outros. A liderança feminina quilombola Maria Rosalina dos Santos – quilombola do Quilombo Tapuio, município de Queimada Nova/PI, agricultora, defensora das causas sociais, membro da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do

Piauí e membro da Executiva da Conaq –expressou que a pesquisa realizada era muito importante porque os pesquisadores têm a função de sistematizar o conhecimento sobre as comunidades para que possam ser conhecidas suas demandas, mas que o conhecimento é das próprias comunidades e permanece com elas. Essa fala foi bem significativa, pois as comunidades quilombolas se ressentem de pesquisas em que são apenas “objeto de estudo”, pesquisas consideradas “extrativistas”, que não dão nenhum retorno às comunidades.

Antes de passar para a descrição das comunidades quilombolas que fazem parte do lócus de estudo desta tese, apresento abaixo um quadro sobre a evolução das legislações e políticas relacionadas às comunidades quilombolas no Brasil (a partir de 1988):

Quadro 4. Legislação e políticas relacionadas às comunidades quilombolas no Brasil (a partir de 1988)

Legislação	Descrição
Constituição Federal de 1988	Reconhece, no artigo 68 do ADCT, o direito à propriedade das terras por remanescentes das comunidades quilombolas.
Convenção 169 da OIT ¹¹	Estabelece o direito à consulta prévia e informada para povos indígenas e tribais, incluindo os quilombolas.
Decreto nº 4.886/2003	Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e dá outras providências.
Decreto nº 4.887/2003	Regulamenta procedimentos para a identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.
Lei nº 10.639/2003	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" .
Medida Provisória nº 111 (convertida na Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003)	Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) para coordenar políticas afirmativas.

¹¹ No Brasil essa Convenção foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e passa a vigorar a partir de 25 de julho de 2003, quando o país envia o instrumento de ratificação ao Diretor Executivo da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Em forma de legislação, a OIT foi promulgada pelo Brasil em 19 de abril de 2004, através do Decreto nº 5.051/2004. Atualmente, a convenção está em vigência no Brasil pelo [Decreto nº 10.088, de 05 de novembro de 2009](#).

Portaria nº 6, de 1 de março de 2004, da Fundação Cultural Palmares	Estabelece que as terras quilombolas devem ser consideradas Território Cultural Afro-Brasileiro.
Decreto nº 6.040/2007:	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Define diretrizes para reconhecimento e promoção dos direitos das comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais.
Decreto nº 6.261/2007	Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.
Lei nº 11.645/2008	Altera a Lei de Diretrizes e Bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"
Lei nº 12.288/2010	Estatuto da Igualdade Racial: define medidas de combate à discriminação racial e promove a igualdade racial, incluindo políticas específicas para os quilombolas.
Lei nº 12.711/2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, estabelecendo a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com recorte específico para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Essa lei constitui uma política afirmativa fundamental para ampliar o acesso de grupos historicamente excluídos ao ensino superior, beneficiando também estudantes quilombolas.
Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012	Política Nacional de Educação Escolar Quilombola: estabelece diretrizes para oferta de educação escolar específica e contextualizada para as comunidades quilombolas.
Lei nº 12.990/2014	Estabelece a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos autodeclarados negros, abrangendo cargos efetivos e empregos públicos na administração pública federal, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União. Essa ação afirmativa visa a promover a equidade racial no acesso ao serviço público, reconhecendo a desigualdade histórica enfrentada pela população negra, inclusive quilombola.
Lei nº 13.043/2014	Isenção de Imposto Territorial sobre a Propriedade Rural (ITR) às terras quilombolas.
Decreto nº 10.252/2020	Define a estrutura do Incra e suas competências na regularização fundiária quilombola.
Decreto nº 10.932/2022	Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental

	Quilombola (PNGTAQ), garantindo a sustentabilidade e proteção dos territórios.
Lei nº 14.532/2023	Altera o Código Penal para tipificar a injúria racial como crime de racismo, aumentando a proteção contra práticas discriminatórias.
Decreto nº 11.447/2023	Institui o Programa Aquilomba Brasil, substituindo e expandindo as ações do Programa Brasil Quilombola.
Portaria Interministerial MDA/MIR/MINC/FCP nº 5 de 17 de novembro de 2023	Institui o Selo Quilombos do Brasil, com a finalidade de identificar produtos de origem étnica e territorial produzidos por comunidades quilombolas.
Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Inclui metas para titulação de terras quilombolas, investimentos em infraestrutura e combate ao racismo estrutural.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Desde 1988, a legislação e as políticas públicas para comunidades quilombolas avançaram significativamente, garantindo o reconhecimento territorial e o acesso aos direitos sociais. No entanto, os desafios persistem, principalmente em relação à implementação eficaz dessas políticas e à resistência de setores que se opõem à titulação das terras quilombolas. Tal cenário revela que, para além dos mecanismos jurídicos e administrativos, está em jogo uma disputa política mais profunda, que envolve diferentes projetos de sociedade e concepções sobre o papel do Estado. Nesse contexto, a teoria de Gramsci (2000) oferece uma chave interpretativa fundamental. Segundo o autor, o Estado deve ser compreendido de forma ampliada, incorporando não apenas o aparato coercitivo, mas também as instituições da sociedade civil, responsáveis por difundir valores e produzir consenso social. Nesse sentido, a luta das comunidades quilombolas pela preservação de seus modos de vida, territórios e saberes pode ser entendida como expressão de uma contra-hegemonia, que contesta a lógica dominante imposta historicamente pelo Estado e pelas elites econômicas. O fortalecimento das políticas direcionadas às comunidades quilombolas depende do compromisso do Estado e da mobilização social para garantir que os direitos sejam efetivados. A seguir, abordarei sobre os quilombos definidos para o processo da pesquisa.

1.3.1 Quilombo Vó Elvira – Pelotas/RS

Para esta tese, na representação de quilombo rural, foi escolhida a comunidade quilombola Vó Elvira, uma zona rural de cinco hectares localizada no Monte Bonito, 9º Distrito de Pelotas/RS. A comunidade que recebe esse nome em homenagem à Dona Elvira Lima Soares – primeira moradora da localidade – abarca aproximadamente 20 famílias.

Conforme Leandra Leal Fonseca¹² (2020), a comunidade recebeu a Certidão de Autodefinição da Fundação Cultural Palmares em 5 de outubro de 2009, em cerimônia organizada pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa) na cidade de Pelotas (RS), junto com várias outras comunidades da Metade Sul do RS. No ano seguinte, as famílias negras do 9º Distrito se organizaram para a formação da Associação Quilombola, e o nome de Elvira Lima Soares foi escolhido em homenagem à sua trajetória de vida, vista como exemplo de luta. Dona Elvira, mesmo com idade avançada, ainda benzia as pessoas da comunidade à qual pertencia.

Figura 7. Comunidade quilombola com Vó Elvira sentada ao centro



Fonte: Buchweitz et al. (2010, p. 22).

No Quilombo Vó Elvira, parte das famílias sobrevivem do cultivo da terra, mas possuem poucas áreas agriculturáveis, logo, também trabalham como safristas e empregadas domésticas. Esse é um dos fatores muito importantes para a comunidade:

¹² Mulher quilombola, neta da Dona Elvira Lima Soares.

ter oportunidades de geração de renda.

Na sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, intitulada *Mulheres quilombolas: trajetórias de luta e identidades em construção*, Leandra Leal Fonseca (2020), mulher quilombola e neta da Dona Elvira, realizou seu estudo com base na pesquisa etnográfica, tendo como objetivo recompor a trajetória de mulheres negras rurais quilombolas de diferentes municípios da região sul do Rio Grande do Sul (Pelotas, Canguçu, Piratini e São Lourenço do Sul). Em sua pesquisa, ela reconhece a importância das políticas de ações afirmativas, especialmente os processos seletivos específicos para ingressos de quilombolas nas universidades públicas, pois sua própria experiência a permitiu levar um pouco da realidade de sua comunidade para dentro desse espaço de produção do conhecimento.

À medida que fui me aproximando do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas, também fui criando vínculos importantes para conhecer as comunidades quilombolas dessa cidade. Constata-se que, tanto nos contextos rurais quanto urbanos, as comunidades remanescentes de quilombos se constituem como manifestações intrínsecas à história e cultura afro-brasileira. Para saber um pouco sobre a visibilidade desta comunidade quilombola na mídia, realizei uma busca sobre matérias divulgadas na mídia, nos últimos dez anos:

Quadro 4. Matérias referentes ao Quilombo Vó Elvira

Data	Título da Matéria	Link de Acesso
03/04/2018	“Terra é poder” traz pesquisa realizada no Quilombo Vó Elvira (Lima, 2018)	https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/terra-e-poder-traz-pesquisa-realizada-no-quilombo-vo-elvira
19/05/2022	Prefeita prestigia ação social no quilombo Vó Elvira (Amaral, 2022)	https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeita-prestigia-acao-social-no-quilombo-vo-elvira
30/09/2022	Comunidade Quilombola Vó Elvira – Museu Afro-Brasil-Sul (MABSul) (2022)	https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/museuafrobrasilsul/mabsul/comunidade-quilombola-vo-elvira/

05/05/2023	Prefeita assina Decreto que institui o Comitê Gestor Quilombola (Dutra, 2023)	https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeita-assina-decreto-que-institui-o-comite-gestor-quilombola
26/10/2023	Mesa temática aborda “A População Negra no Sul do Brasil – O Zumbi dos Pampas” (2023)	https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2023/10/26/mesa-tematica-aborda-a-populacao-negra-no-sul-do-brasil-o-zumbi-dos-pampas/

Fonte: Sistematização da autora (2025).

A análise das matérias referentes ao Quilombo Vó Elvira, publicadas entre 2018 e 2024, evidencia uma presença midiática marcada por ações pontuais vinculadas, sobretudo, ao poder público e à universidade. As publicações destacam iniciativas culturais, como a exposição “Terra é poder” e a participação da comunidade em projetos museológicos e debates sobre a população negra no Sul do Brasil. Também se observam registros sobre ações institucionais recentes, como a criação de Comitê Gestor Quilombola e a distribuição de alimentos em caráter emergencial. Em sua maioria, as matérias partem de fontes institucionais, como a Prefeitura de Pelotas e a UFPel, o que revela um padrão de visibilidade associado mais à institucionalização da pauta do que à voz direta da comunidade. Ainda assim, esses registros cumprem um papel relevante na legitimação pública do quilombo, contribuindo para o reconhecimento de sua identidade, de seus direitos e de sua história no contexto urbano sul-rio-grandense.

Enquanto os quilombos rurais são historicamente reconhecidos por sua resistência contra a opressão e pela preservação de suas tradições, os quilombos urbanos se destacam em um cenário diferente, enfrentando desafios distintos em ambientes metropolitanos, como abordarei a seguir.

1.3.2 Quilombo Areal da Baronesa – Porto Alegre/RS

Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, é formada por uma história caracterizada pela diversidade cultural e étnica. No contexto pós-abolição da escravidão, emergiram quilombos urbanos na cidade, sendo o Quilombo Areal da Baronesa o selecionado para esta pesquisa.

É fundamental destacar a dimensão da desigualdade racial presente em Porto

Alegre, conforme evidenciado por dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2017. Nesse ano, a cidade figurava como a mais desigual do Brasil entre negros e brancos conforme o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com a população negra apresentando um índice de 0,705, e a branca, 0,833. Enquanto a média nacional de diferença era de 14,42%, a discrepância em Porto Alegre atingia expressivos 18,2%. Esses dados revelam uma realidade marcada por profundas desigualdades sociais, econômicas e raciais, refletindo não apenas questões estruturais, mas também a persistência de um contexto histórico de discriminação e exclusão.

Oliveira (2022) estudou sobre os planos de modernização realizados em Porto Alegre entre o final do século XIX e o início do século XX e como eles se relacionam com o apagamento da cultura e da memória dos bairros negros da capital. Em entrevista concedida ao *Brasil de Fato* (22/05/2023), a pesquisadora afirma que, ao analisar os planos, foi possível perceber “[...] um ideal de cidade, que não falava obviamente de raça, mas que, na efetivação do planejamento urbano na prática, existia um componente racial muito claro” (Oliveira, 2023). Para a autora, tratou-se de um recorte racial com vistas a uma “política de limpeza”, que, por trás de um discurso de modernização, tinha a intenção de promover uma higienização racial de espaços que eram centrais e valorizados na cidade.

[...] Porto Alegre, enquanto fruto de um planejamento pensado a partir da modernidade, produziu ao longo da história uma série de apagamentos territoriais segundo uma lógica de hierarquização racial do espaço urbano. A partir de uma lógica colonial, que cria hierarquias de poder a partir de recortes como raça e classe, com especial foco para a primeira categoria, o planejamento urbano configurou a cidade para a sociedade branca porto-alegrense a partir do apagamento de territórios não-brancos – e sua posterior substituição por espaços da branquitude. (Oliveira, 2022, p. 14).

Nesse sentido, a autora ressalta que, além do “apagamento físico”, com a remoção das populações negras para as periferias, esse processo também resultou no apagamento “simbólico” da memória cultural. Corrobora com essa análise a frase proferida por Almeida (2023): "O Brasil, além de racista que a gente sabe que ele é, é um país que não promoveu uma política de memória"¹³. Isso pressupõe, para além de uma questão geográfica que intencionalmente se articula para manter as populações

¹³ Manifestação realizada em palestra no Seminário Internacional 50 anos de Neoliberalismo na América Latina, promovida pelo PPGSS/UERJ, em 6/12/2023. A palestra se intitulava: "Bionecropolítica neoliberal – amefricanidade e as lutas das mulheres negras em defesa da vida".

negras nas zonas mais periféricas da cidade, a existência também da perda das raízes históricas e identitárias, impactando a preservação da memória cultural dessas comunidades. Destaca-se que a falta de reconhecimento e preservação da memória cultural pode influenciar negativamente comunidades que historicamente foram marginalizadas, incluindo aquelas que podem se identificar como quilombos urbanos.

O censo de 2023 revelou que, em Porto Alegre, menos de 25% dos quilombolas vivem em territórios reconhecidos, sendo o Rio Grande do Sul o estado que possui a capital com mais residentes quilombolas: 2.295. Apenas 495, entretanto, vivem nesses territórios. Haja vista que 75% vivem em áreas que ainda não foram oficialmente reconhecidas como territórios quilombolas, sinaliza-se diversos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas em termos de visibilidade, acesso a recursos e garantia de direitos territoriais.

Segundo a Fundação Cultural Palmares, em Porto Alegre, existem dez comunidades remanescentes de quilombos certificadas, conforme informa o Quadro 5:

Quadro 5. Comunidades remanescentes de quilombos certificadas de Porto Alegre

Comunidade	Etapa Atual do Processo FCP	Etapa do Processo de Titulação
Família Silva	Certificada	Titulada FCP ¹⁴
Areal Luiz Guaranha	Certificada	Portaria no DOU ¹⁵
Alpes	Certificada	Decreto no DOU ¹⁶
Família Fidélis	Certificada	RTID ¹⁷

¹⁴ Titulada FCP: Titulada pela Fundação Cultural Palmares. Refere-se a uma comunidade quilombola que teve sua autodefinição reconhecida oficialmente pela Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Esse é o primeiro passo no processo de regularização fundiária das terras quilombolas, conforme previsto no Decreto nº 4.887/2003. A titulação, nesse sentido, é simbólica e identitária, e não se confunde com a titulação fundiária realizada pelo Incra.

¹⁵ Portaria no DOU: portaria publicada no Diário Oficial da União. No contexto quilombola, portarias no DOU costumam tratar do reconhecimento de comunidades, da constituição de grupos de trabalho ou de outros atos formais ligados à política pública de regularização fundiária.

¹⁶ Decreto no DOU: Decreto publicado no Diário Oficial da União. Em matéria de direitos territoriais, o Decreto nº 4.887/2003, por exemplo, regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas.

¹⁷ RTID: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. Trata-se de um documento técnico elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no âmbito do processo de regularização fundiária de territórios quilombolas. O RTID contém informações históricas, antropológicas, fundiárias, cartográficas e jurídicas sobre a comunidade e sua ocupação territorial. A publicação do RTID no DOU representa uma etapa formal e decisiva no processo de titulação do território quilombola.

Família Machado	Certificada	
Família Flores	Certificada	
Família Lemos	Certificada	
Vila Kédi	Certificada	
Família de Ouro Ylê de Oxum	Certificada	
Mocambo	Certificada	

Fonte: Sistematizado pela autora com base nos dados disponíveis no site da Fundação Cultural Palmares (2022).

Das comunidades listadas, apenas uma, a Família Silva, alcançou a etapa final do processo de titulação. Isso infere parte dos desafios enfrentados por comunidades quilombolas no processo de titulação, evidenciando a complexidade na busca pelo reconhecimento formal de suas terras. A morosidade no processo de titulação das terras expõe as comunidades quilombolas a um contexto gravíssimo de vulnerabilidade e de violências de todos os tipos.

Segundo informações do Incra e sistematizadas pela organização de direitos humanos denominada Terra de Direitos¹⁸, entre os governos Lula 1 (2003/2006) e Lula 2 (2007/2010), foram tituladas 16 comunidades quilombolas. Nos Governos Dilma 1 (2011/2014) e Dilma 2 (2015/2016) foram 16 comunidades quilombolas. No Governo Temer foram cinco comunidades quilombolas tituladas. No governo Bolsonaro, seis territórios titulados, e, por fim, no terceiro mandato do presidente Lula (2023-2024), até o momento, foram titulados 21 territórios quilombolas, beneficiando milhares de famílias em diversos estados brasileiros. É possível identificar que há um aumento significativo na atual gestão do governo brasileiro em comparação com a gestão anterior. Não é para menos, afinal, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2017, ao participar de uma palestra no Rio de Janeiro, afirmou que quilombolas e indígenas atrapalhavam a economia brasileira. Em sua fala, amplamente divulgada pela imprensa, ele diz: *“Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas.*

¹⁸ A Terra de Direitos é uma organização de Direitos Humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais. A Terra de Direitos acredita na soberania popular e apoia as lutas coletivas dos movimentos sociais, de povos e comunidades, por reconhecimento e garantia de direitos. Acredita que a democratização do acesso à terra, seja ela urbana ou rural, é indispensável para a garantia da reprodução digna da vida, uma vez que é da terra que retiramos o sustento, é nela que temos abrigo e é a partir dela que formamos nossas identidades individuais e coletivas (Terra de Direitos, [20--?]).

Não fazem nada! Eu acho que nem pra procriador ele serve mais. Mais de 1 bilhão de reais por ano é ‘gastado’ com eles” (Xavier, 2022). Houve representação contra sua fala por “prática de racismo e violação da dignidade indígena e quilombola”, e Bolsonaro foi condenado. Não há como negar que a maneira como uma gestão federal considera a garantia e o exercício dos direitos dos povos tradicionais irá influenciar diretamente a condução do acesso ou não a esses direitos, no caso, a titulação das terras. A morosidade dos processos implica muitas questões, entre elas: a especulação imobiliária, conflito com fazendeiros e empresas, avanço do agronegócio, entre outros.

*“[...] seja de 1500 até o governo Lula, no governo Bolsonaro e agora novamente no governo Lula: Qual a família quilombola que realmente recebe terra? E quais comunidades quilombolas tem as suas áreas de fato demarcadas? Quantas no Brasil? Aí entra uma questão profunda: distribuir terras no Brasil, não é mole. A demarcação territorial das terras quilombolas também não vai ser uma coisa só. O que eu quero dizer com isso? Cada cidade ou cada localidade vai ter as suas especificidades [...] vão ser atores diferentes, brigas diferentes, interesses diferentes. Mas resumindo, me parece que **sem tocar nessa questão da terra, nós não vamos conseguir avançar no mundo nas outras coisas**. Porque lá no interior, eles continuam sendo vistos realmente como inferiores, subalternos. [...] Eu vou continuar seguindo o meu trabalho aqui para que as famílias tenham cidadania, para que acessem tudo o que chegue para eles, mas isso não vai ser o suficiente para mudar a realidade dessas famílias. Eles vão talvez ser um pouco mais cidadãos, mas está bem longe de serem cidadãos de fato. Não só eles, também qualquer outro brasileiro que também muitas vezes está longe de ser um cidadão de fato. Muitos cidadãos, inclusive, brancos em questão de pensar em graus de cidadania. Então acho que a gente consegue levar, se tudo correr bem, levar mais cidadania lá, mas realmente transformar, mudar, eu vejo que sem terra não vamos conseguir isso”. (Inf03, 2025, grifos meus).*

A reflexão da pessoa entrevistada demonstra o quanto a luta pela terra se faz importante para as comunidades quilombolas, principalmente ao se tratar de quilombos rurais, uma vez que a ausência da titulação coloca as comunidades numa condição de subalternidade. Além disso, outro ponto a ser destacado na entrevista é a diversidade de realidades, tendo em vista que cada localidade possui as suas especificidades, com diferentes atores e interesses. Entretanto, a garantia da terra representa um avanço na cidadania quilombola no que se refere à sua autonomia e reconhecimento.

A partir de uma perspectiva da dimensão de sociedade, com base em van Dijk, o depoimento reflete a distribuição desigual de terras no Brasil, que também se traduz em

entraves econômicas e políticas, como parte de um longo processo histórico de negação de direitos aos quilombolas e outros grupos vulnerabilizados no país. A percepção do/a entrevistado/a se contrapõe a uma visão assistencialista, por entender que a territorialidade é parte da construção da dignidade das comunidades atendidas. Também em seu discurso, constata-se o quanto as políticas públicas são insuficientes para as comunidades quilombolas sem garantia da terra, para serem “cidadãs/ãos de fato”.

Escolher estudar, nesta tese, sobre realidades distintas entre quilombos rurais e urbanos, possibilitou compreender um pouco mais sobre o que move as práticas de resistência entre eles. Enquanto no quilombo rural a questão da terra é uma demanda central, na realidade urbana, a luta envolve a disputa pela permanência na territorialidade, com os quilombos ameaçados pela especulação imobiliária e pelos processos de gentrificação, conforme o relato a seguir:

“O quilombo urbano se difere porque ele está dentro do perímetro urbano da cidade. Ele tem essa ancestralidade dos seus antepassados, mas a forma de preservar é diferente. Porque em primeiro lugar, não tem espaço, não tem um espaço ao qual a gente possa, como uma área enorme rural, a gente não tem, né? Então, tudo o que a gente tem é a ancestralidade, é através da oralidade”. (Dandara, *Quilombo do Areal*, 2023).

A fala evidencia a importância da transmissão de saberes ancestrais por meio das gerações e a resiliência das comunidades quilombolas urbanas em preservar a identidade quilombola.

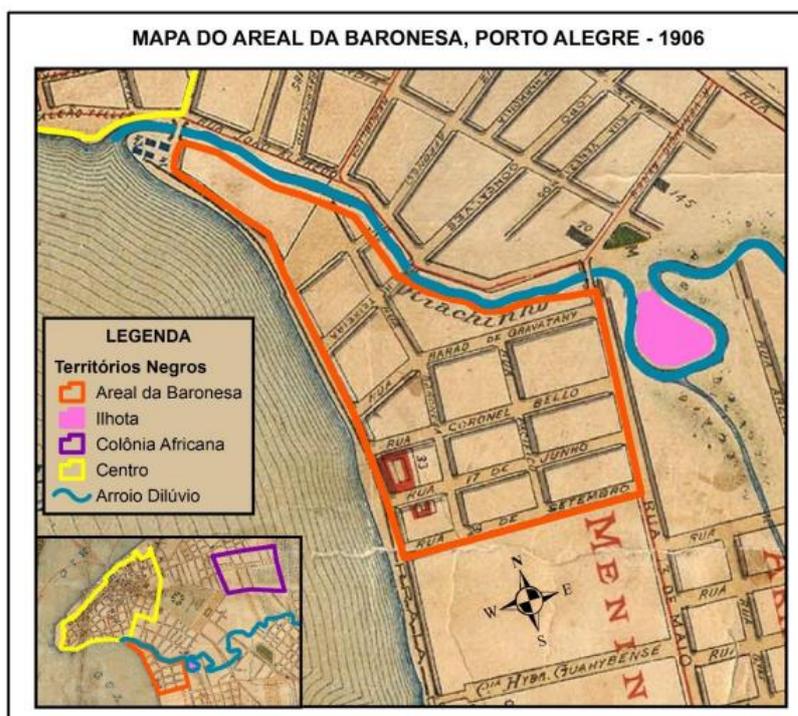
“[...] eu sinto que a gente por ser um quilombo urbano, a gente está presente mais centralizado. A gente, por exemplo, não tem uma horta no Areal, né? As casas não têm pátio, o espaço verde dentro do território ele não existe entre aspas. O Areal vem de um matagal, mas esse matagal com a questão também da especulação imobiliária, dessa necessidade das casas se estruturarem. Exatamente pelo território a gente não tem essa horta comunitária. É um desejo de daqui a pouco de trazer de volta esse movimento e esse olhar, mas que as pessoas pontualmente, vamos dizer assim, mantêm ainda um pouco dessa questão dos chás, das ervas e. as próprias mães e pais de Santo, trabalham com essa perspectiva também”. (AS03, *Porto Alegre*, 2025).

Essa realidade proporciona uma contextualização importante para compreender o cenário urbano no qual se insere o Quilombo Areal da Baronesa.

“O Quilombo do Areal é certificado e reconhecido, em vias de titulação. Só a única coisa que falta é a gente receber o documento final de todo o processo. **Este processo durou 20 anos**, desde 2003 o encaminhamento. Depois do estudo antropológico, a comunidade esperou dez anos para ser reconhecida pelo Incra. Depois de ser reconhecido pelo Incra, a gente começou uma outra batalha porque como a área é aqui do município, e o município nunca tinha feito este tipo de doação, teve que ser feito um projeto de Lei, ser aprovado na Câmara, a própria sanção do prefeito. **Tudo isso levou um tempo bem grande que acabou postergando muito o tempo do processo**. Então, hoje a gente tem só que levar alguns documentos que estão faltando, para a gente obter a declaração final. São documentos da associação assim mesmo, atas, essas coisas assim, só isso que está faltando e a gente já está encaminhando”. (Dandara, *Quilombo do Areal*, 2023).

Localizado no centro de Porto Alegre, entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus, emerge o Quilombo Areal da Baronesa, testemunha viva da resistência cultural afro-brasileira. Suas origens remontam ao século XVIII, a área, antes conhecida como Areal da Baronesa devido à antiga propriedade da Baronesa do Gravataí, era uma chácara semirrural, transformando-se ao longo do tempo em um reduto de resistência que preserva tradições ancestrais (Aguiar; Reinholz, 2022b).

Figura 8. Mapa do Areal da Baronesa, Porto Alegre – 1906



Fonte: Elaboração de Vieira (2017) sobre Mapa de Porto Alegre – 1906.

O cerceamento do território do Areal da Baronesa teve início na década de 1960, com programas de urbanização e higienização denominados "Remover para Promover". Sob a justificativa de urbanizar e "branquear" a região, a Prefeitura de Porto Alegre iniciou a remoção de construções, impactando diretamente a comunidade (Pires et al., 2021). O quilombo resistiu e, nos anos 1970, Sônia Xavier, mãe de uma das atuais lideranças, fundou o Clube de Mães, um espaço destinado para cuidar das crianças no turno inverso da escola, dar aulas de artesanato e reforço escolar. Além disso, os autores afirmam que “Articuladas, a partir do Clube de Mães, as famílias do Areal foram progressivamente se organizando, originando, na década de 1980, a Associação de Moradores da Avenida Luís Guaranha” (Pires et al., 2021, p. 137).

Posteriormente, em 1980, a Associação dos Moradores da Avenida Luiz Guaranha foi estabelecida, tornando-se a Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal. O referido quilombo, há muitos anos, é reconhecido como um dos principais e mais antigos redutos negros de Porto Alegre, principalmente pela influência de seus moradores na música popular, pela religião e pela tradição de seu carnaval de rua. O carnaval no Areal da Baronesa é uma celebração única de resistência e identidade quilombola. As festividades carnavalescas tornaram-se uma expressão vibrante de cultura, envolvendo a comunidade em atividades que destacam a riqueza da herança afro-brasileira. Manifestações como danças tradicionais, música e a criação de símbolos próprios tornam o carnaval do Areal uma celebração carregada de significado, além de uma resistência cultural diante dos desafios contemporâneos (Pires et al., 2021).

Além das manifestações carnavalescas, o Areal da Baronesa se destaca pelo resgate e preservação de saberes ancestrais. Oficinas culturais, transmitidas de geração em geração, tornam-se espaços onde a oralidade se mescla com a prática, mantendo vivas tradições que contam a história do quilombo. A produção artesanal, seja na confecção de objetos ou nas práticas agrícolas tradicionais, é uma forma de resistência que conecta o presente ao passado, consolidando a identidade quilombola. É imprescindível destacar o papel central das mulheres quilombolas no Areal da Baronesa. Ao longo das décadas, elas têm desempenhado papéis fundamentais na preservação da cultura e na luta pelos direitos da comunidade. Fundadoras de espaços como o Clube de Mães, essas mulheres foram pioneiras em iniciativas que promovem o cuidado, a educação e o fortalecimento da comunidade (Pires et al., 2021).

“[...] a luta comunitária da minha mãe, para fundar a associação na época dos moradores, depois junto com a Duda para fazer a associação comunitária cultural Quilombo do Areal, acompanhar toda a caminhada, fazer as coisas acontecerem. Até a Nice e as gurias eram muito ligadas a ela, porque ela era uma líder nata, no sentido de puxar todo mundo ‘vamos fazer, vamos fazer, vamos lá eu estou aqui, vamos fazer’”. (Dandara, Quilombo do Areal, 2023).

A busca pelo reconhecimento e legitimidade é uma constante na trajetória do Areal da Baronesa. O processo de autorreconhecimento, certificado pela Fundação Cultural Palmares em dezembro de 2004, é um marco que reforça não apenas sua existência física, mas também a importância cultural e histórica que representa. Esse reconhecimento é uma resposta institucional à luta da comunidade, consolidando sua identidade e contribuição para a diversidade cultural do Brasil.

Figura 9. Associação Comunitária e Cultural Quilombo da Baronesa



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Em fevereiro de 2014, a Portaria nº 0076/2014 reconheceu e declarou o território do Areal da Baronesa como terra de Comunidades Remanescentes de Quilombos. O reconhecimento formal, além de marcar uma vitória legal, estabelece bases para o futuro, consolidando a região como Área Especial e de Interesse Cultural, com posse coletiva. Esse marco legal não apenas legitima a posse do território, mas também

protege a comunidade contra pressões externas e contribui para a preservação de suas tradições e modos de vida.

“[...] nós tivemos, um movimento, na verdade, se não me falha a memória do ano passado ou ano retrasado, agora não, não me recordo bem. Ao qual os quilombos estavam sendo invadidos, digamos assim. Não sei se vocês viram alguma notícia com referência a isso aqui em Porto Alegre, o Areal foi um deles. O Areal da Baronesa tem dentro da território, famílias de militares que moram também dentro do Quilombo. Ali próximo ao shopping Praia de Belas, o primeiro batalhão de polícia militar, o nono, então é uma área militar. O Fórum Central, então, é uma região onde a brigada militar é presente dentro da comunidade. Temos moradores e brigadianos que residem, enfim. Mas teve esse episódio de tentativa de invasão e teve um óbitos, teve uma morte dentro do quilombo, que nunca tinha acontecido, pelo menos nos meus 33 anos sendo moradora de Quilombo, nunca tinha presenciado um episódio como esse dentro do território, dentro do Areal. A partir de então se tem na esquina do Areal, no que chega pela Baronesa do Gravataí, a polícia tem sempre uma patrulha ostensiva 24 horas. Desde seu ocorrido e já tiveram alguns episódios, inclusive com as crianças. Os meninos jogando bola bem em frente ao conselho nesse prédio que eu que eu mencionei a vocês, teve enchente, tem um, espaço onde a vida toda nós jogamos bola, brincadeiras de rua, né? Joga taco, joga bola, pé na bola e tal. E as crianças estavam jogando bola e a brigada fez uma revista de rotina nas crianças colocou essas crianças na revista e só estou dizendo meninos de 11, 12, 13 e 14 anos. E eu me lembro foi bem a época de final de ano. Teve toda aquela, aquela comoção, aquela mobilização e tal e 2 ou 3 dias depois a brigada foi lá com uma camionete cheia de brinquedos para fazer uma distribuição de brinquedos para a comunidade”. (AS03, município de Porto Alegre, 2025).

O Quilombo Areal da Baronesa compreende as complexidades das comunidades quilombolas em suas diversas manifestações ao longo do território gaúcho, além de um capítulo marcante na história afro-brasileira, é um testemunho vivo da resiliência e identidade quilombola. Nos últimos dez anos, localizei algumas matérias na mídia sobre o Quilombo Areal da Baronesa:

Quadro 6. Matérias referentes ao Quilombo Areal da Baronesa

Data	Título da Matéria	Link de Acesso
2015	Quilombo do Areal da Baronesa e a Festa do Preto Velho (Albino, 2015)	https://www.nonada.com.br/2015/05/quilombo-do-areal-da-baronesa-e-a-festa-do-preto-velho/

2021	Conheça a história de resistência de um quilombo no bairro Menino Deus (Weber, 2021)	https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/07/conheca-a-historia-de-resistencia-de-um-quilombo-no-bairro-menino-deus-ckrfgnc5e009y013bq4i2630m.html
30/11/2022	Quilombo Areal da Baronesa: conheça a história do berço do samba na capital gaúcha (Aguiar; Reinholz, 2022b)	https://www.brasildefato.com.br/2022/11/30/quilombo-areal-da-baronesa-conheca-a-historia-do-berco-do-samba-na-capital-gaucha
21/05/2024	Berço do samba, o quilombo Areal da Baronesa tenta se reconstruir após a água baixar (Fernandes, 2024)	https://www.jornaldocomercio.com/geral/2024/05/1155609-berco-do-samba-o-quilombo-areal-da-baronesa-tenta-se-reconstruir-apos-a-agua-baixar.html
29/05/2024	Conheça mulheres quilombolas que mobilizam territórios para enfrentar tragédia climática no RS (Reinholz, 2024)	https://www.brasildefato.com.br/2024/05/29/conheca-mulheres-quilombolas-que-mobilizam-territorios-para-enfrentar-tragedia-climatica-no-rs
05/06/2024	‘O rio só quer passar’: novo documentário do BdF mostra ponto de vista dos atingidos pelas enchentes no RS (2024)	https://www.brasildefato.com.br/2024/06/05/o-rio-so-quer-passar-novo-documentario-do-bdf-mostra-ponto-de-vista-dos-atingidos-pelas-enchentes-no-rs
10/06/2024	SUS leva atendimento a quilombolas e a aldeias indígenas do RS (2024)	https://www.brasildefato.com.br/2024/06/10/sus-leva-atendimento-a-quilombolas-e-a-aldeias-indigenas-do-rs

Fonte: Sistematização da autora (2025).

A análise das matérias sobre o Quilombo Areal da Baronesa evidencia sua presença crescente na mídia, especialmente a partir de 2022, com maior concentração em 2024, ano marcado pelas enchentes no Rio Grande do Sul. As publicações abordam três principais eixos: memória e cultura afro-brasileira, com destaque para o papel do quilombo como berço do samba em Porto Alegre; luta por direitos territoriais, com

denúncias sobre a morosidade no processo de titulação; e situações de vulnerabilidade, agravadas por desastres climáticos. Observa-se que mídias alternativas como *Brasil de Fato* e *Nonada* são as principais responsáveis por essa visibilização, o que evidencia o papel dessas plataformas na valorização de narrativas quilombolas, frequentemente silenciadas pela grande imprensa.

Além disso, é preciso considerar que as matérias também destacam o protagonismo das mulheres quilombolas do Areal da Baronesa como lideranças ativas na defesa do território, na organização de atividades culturais e na articulação política da comunidade. Elas figuram como vozes fundamentais na denúncia das injustiças sociais e ambientais, assumindo posições de liderança tanto nos enfrentamentos cotidianos quanto nas ações institucionais por reconhecimento e titulação das terras. As matérias evidenciam que essas mulheres não apenas preservam saberes ancestrais e práticas culturais, mas também protagonizam a luta por direitos, articulando passado e presente em estratégias de resistência coletiva. Ao emergirem como referências públicas em um contexto historicamente marcado pela invisibilidade, reafirmam a centralidade das mulheres negras quilombolas na condução das lutas por justiça social e dignidade.

Ao pesquisarmos tanto os quilombos rurais quanto os urbanos, enriquecemos nosso entendimento das diversas experiências e contribuições das comunidades afrodescendentes em suas lutas por justiça e emancipação. A decisão desta tese de destacar as mulheres como participantes centrais desse processo consiste numa afirmação da relevância de suas vozes e experiências na construção do conhecimento. Conforme liderança quilombola entrevistada, há uma questão de gênero que precisa ser analisada. Ao se referir ao esposo como presidente da associação do quilombo há vários anos, ela diz: *“O meu marido é o presidente da Associação. Eu faço tudo, ele só assina os documentos de vez em quando e me ajuda a organizar alguma coisa”*. A fala ainda é complementada por outros dois pontos: *“Eu prefiro ficar mais nos bastidores ajudando”* e ainda *“É só ele de presidente que é homem, o resto da diretoria é todo de mulheres. Secretária é mulher, vice é mulher, tesoureira é mulher, conselho fiscal da associação é só mulher. Ele é cercado de mulher”*. Ao analisarmos essas falas, constata-se um certo desafio quanto ao título formal de liderança ser atribuído a um homem, quando, na prática, são as mulheres que exercem um papel mais ativo e significativo. Também contribui com esta análise, a entrevista com a assistente social do município de Pelotas:

*“Geralmente todas as lideranças atualmente são homens. **Já tiveram mulheres que eram lideranças em alguns quilombos, mas hoje são homens e nisso elas discutem muito com eles.** Quem é que tem o registro, quem não tem, porque que tal pessoa tem. Acontece muita migração deles, as vezes mora em Pelotas e migra para Canguçu. Então já não é mais o limite e eles querem acessar os benefícios do Município e o líder da comunidade remanescente quilombola, ele quer beneficiar aquele que conhece. Então vem essas mulheres e elas acreditam que está errado porque ele já saiu do limite do município. Então **são elas que lutam para que as coisas sejam corretas.** Então eu percebo quando a gente faz o contato na comunidade, eles discutem muito então, daí **elas pegam o celular e dizem: ‘não! Tu podes gravar aqui a informação porque eu quero colocar no grupo?’** Daí a gente vai colocando a informação. A gente pensa bem o que vai colocar, para não dar briga entre eles, né? Mas vai informando também”.* (AS02, Pelotas, 2024, grifos meus).

O relato acima indica que as mulheres desempenham um papel significativo na defesa dos interesses da comunidade e na busca pela equidade. A importância das mulheres quilombolas reside no fato de serem identificadas como mediadoras e facilitadoras do diálogo e da organização comunitária. Suas vozes e ações desempenham um papel essencial na construção de uma gestão mais inclusiva e democrática dentro dos quilombos. Logo, ao estudar sobre mulheres negras quilombolas, já se parte do pressuposto de que a compreensão da voz feminina, muitas vezes marginalizada, emerge como uma força vital na preservação das tradições e na construção de um futuro resiliente para essas comunidades.

Antes de passar para a apresentação da estrutura desta tese, também gostaria de registrar nesta introdução que, ao final do doutoramento, em fevereiro de 2025, tive a oportunidade de realizar a experiência de doutorado-sanduíche junto ao Centre for Research on Latin America and the Caribbean (Cerlac), sediado pela York University (YU), para pesquisa inter e multidisciplinar sobre a América Latina e o Caribe, suas diásporas e suas relações com o Canadá e o resto do mundo. O Cerlac fornece um espaço de encontro para professores, alunos e visitantes descobrirem interesses comuns; apoia seus projetos facilitando a administração de bolsas, a formação de parcerias e a coprodução e compartilhamento de conhecimento; e treina novas gerações de acadêmicos regionais. Nessa experiência que durou exatos 30 dias, tive a oportunidade de conhecer o Harriet Tubman Institute, um centro interdisciplinar preeminente para pesquisa tanto histórica quanto contemporânea sobre a África e suas diásporas globais.

Coincidentemente, minha experiência junto a YU ocorreu no Mês da História Negra no Canadá, o que me oportunizou participar de painéis de discussões sobre política e trabalho, justiça racial e trabalho, além de participar do *workshop* on-line "Quem (não) é contado: encontrando dados publicados sobre populações étnicas e racializadas no Canadá", organizado pelas bibliotecas da York University. A conclusão da minha experiência foi apresentar, junto ao Cerlac, meus estudos realizados a partir desta tese e seus resultados preliminares. Essa experiência enriqueceu ainda mais o olhar sobre este trabalho que ora se apresenta.

A tese está estruturada em três capítulos, sendo o primeiro deles a introdução, elaborada para apresentar a aproximação com o tema da tese, a construção metodológica da pesquisa e o lócus e participantes da pesquisa do processo investigativo. O segundo capítulo, intitulado "A história brasileira vestida de pele negra", está subdividido em três partes, que tratam sobre o inverso da história brasileira eurocêntrica, a proteção social para as comunidades quilombolas a partir dos terreiros e o racismo estrutural e a resistência das mulheres quilombolas. No terceiro capítulo, denominado "Comunicação pública no âmbito da proteção social e os discursos antirracistas", aborda-se a "comunicação pública no âmbito da proteção social e dos discursos antirracistas", tratando sobre a intercambialidade entre comunicação e cultura, a comunicação pública como ferramenta para a participação e o lugar do discurso antirracista. Na sequência, tem-se a conclusão, que retoma os elementos centrais abordados ao longo deste estudo e a tese resultante do processo investigativo, revisitando as reflexões realizadas ao longo deste processo e realizando propostas que possibilitem contribuir para os processos de resistência das mulheres quilombolas. O trabalho conta ainda com as referências que nortearam todo o trabalho, os apêndices e anexos que também fizeram parte deste estudo. Considero ainda importante informar que não destinamos um capítulo específico para trazer as falas e análises das entrevistas, tendo em vista que elas estarão presentes no decorrer dos capítulos, a exemplo desta introdução, assim como se estende por toda a tese o processo de análise crítica do discurso fundamentada em Teun van Dijk.

Cabe ressaltar que a realização deste trabalho e as metodologias escolhidas para a realização de pesquisa foram apresentadas à Plataforma Brasil, aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisas – CEP sob o parecer nº 5.825.598/20222 e também aprovadas no processo de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS.

2 A HISTÓRIA BRASILEIRA VESTIDA DE PELE NEGRA

“E a população negra? A população negra não tem registro, não tem documento, de quando entrou essas populações para cá, não tem o registro de quando vieram os primeiros imigrantes para cá. Nós não temos porque a gente não veio voluntariamente, né? Então a gente não tem como ter. Até é horrível tu ter isso documentado, seria bom para mostrar, esfregar, escrachar, para todo mundo essa coisa horrenda que foi a escravização. Mas aí o Ruy Barbosa foi lá e queimou todos os documentos. Então não se tem nada, então tudo o que a gente tem a gente guarda dentro da oralidade, daquilo que a gente aprendeu com os nossos antepassados”.

(Dandara, Quilombo do Areal, 2023).

O segundo capítulo desta tese tem como objetivo apresentar elementos importantes da história brasileira, a partir de autorias afrodescendentes que revelam o inverso da história brasileira eurocêntrica. Nesse sentido, estarão presentes autoras como: Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck, Magali da Silva Almeida, Ana Paula Procópio da Silva, entre outras. Este capítulo também aborda a proteção social e o terreiro como espaço de acolhimento e resistência nas comunidades quilombolas. Considera-se que o ideário de ter um sistema de proteção social público surge no século XIX, frente ao processo de industrialização e às consequências decorrentes disso, como a vulnerabilidade e a insegurança social, agravadas à medida que as relações de trabalho assalariadas se expandiam.

Importa destacar que, após a abolição da escravatura, os/as negros/as foram “disponibilizados” na sociedade sem nenhuma proteção social, sem qualquer auxílio ou qualificação que lhes permitissem condições dignas de vida. A constituição do processo de industrialização levou Florestan Fernandes a compreender que era perceptível que o/a negro/a não tinha a mesma inserção que o branco. Inclusive, havia notória prioridade dada a este último, no sentido de que novos trabalhos eram destinados para fazendeiros brancos, os quais estavam se adaptando à nova realidade do capitalismo, como também para imigrantes italianos e alemães.

Segundo Fernandes (2008), um dos caminhos para alterar a situação de exploração da população negra é que esta esteja cada vez mais presente na formação de movimentos sociais, na exigência e luta pelos seus direitos, bem como políticas governamentais mais sólidas para que se alcance uma sociedade mais justa.

[...] como determinante da não inserção dos(das) negros(as) no mercado de trabalho formal. Tal determinação deixa essa parcela de trabalhadores(as) à margem da “cidadania regulada”, impedindo-a de ter acesso à proteção social e aos processos organizativos a que se vincularam as respostas do Estado às expressões da “questão social”. (Martins, 2014, p. 115).

Historicamente, no Brasil, a insuficiência estatal caminhou lado a lado com a benesse religiosa, marcando de forma definitiva a prática assistencial destinada aos mais pobres. O não acesso ou mesmo o desconhecimento de serviços públicos voltados à garantia de assistência contribui para que a população vulnerável ainda procure junto às instituições religiosas algum tipo de apoio às suas demandas. Uma das mais antigas práticas assistenciais na história brasileira e que se tornou muito importante para os/as negros/as escravizados/as são os terreiros, sobre os quais trataremos neste capítulo.

O último item deste capítulo discorre sobre o racismo estrutural e a resistência das mulheres quilombolas. Essa parte contará com autores como Dennis de Oliveira, Silvio Almeida, Aníbal Quijano e outras referências.

2.1 O INVERSO DA HISTÓRIA BRASILEIRA EUROCÊNTRICA

Tradicionalmente, a história predominantemente contada e reproduzida nos bancos escolares carrega em si uma perspectiva eurocêntrica, que desconsidera as vozes e experiências advindas especialmente daqueles que foram vítimas do processo de colonização e escravização. Quijano (2005) argumenta que o eurocentrismo não se restringe a uma visão de mundo, mas se constitui como um sistema de dominação do saber e das relações sociais. Como sustenta o autor “O eurocentrismo é, antes de mais nada, um modo específico de produção e controle do conhecimento [...]” (Quijano, 2005, p. 227). Além disso, Oliveira (2021, p. 66) também assinala que o eurocentrismo é uma narrativa ideológica que estabelece “[...] um padrão normativo racional que sustenta a hegemonia da ‘branquitude’”. Para além da dominação colonial na economia e na política, o conhecimento europeu foi imposto por meio de instituições como a escola, a ciência e a religião cristã, desconsiderando indígenas, africanos e asiáticos, tratando-os como “primitivos” ou irracionais. Urge, portanto, direcionarmos o olhar

para a diáspora africana¹⁹, para deixar vir à tona uma história invisibilizada ao longo de séculos.

Uma das formas de conhecer sobre a diáspora africana global foi retratada por Sheila S. Walker, a partir do seu documentário intitulado: *Rostos familiares, lugares inesperados: uma diáspora africana global* (2017). Esse documentário narra a dolorosa história de como centenas de milhares de africanos foram forçosamente arrancados de suas terras natais ao longo de séculos, para alimentar o comércio escravagista global. A obra expõe como a escravização resultou no espalhamento do povo negro por diversas partes do mundo, incluindo o Caribe, as Américas e outras regiões, e como essas populações se adaptaram e resistiram, preservando suas culturas e conhecimentos adquiridos na África.

No documentário, observa-se que as pessoas afrodescendentes espalhadas em várias partes do mundo foram constituindo suas comunidades e não só mantiveram suas tradições, como desempenharam papéis fundamentais na formação das novas sociedades. A partir dos conhecimentos e habilidades trazidos pelos africanos escravizados, sociedades foram se desenvolvendo cultural e economicamente e assim se constituindo, baseadas na opressão de populações negras. Walker (2017) destaca que populações negras escravizadas contribuíram significativamente para a construção das sociedades que as receberam, mantendo suas identidades e tradições vivas ao longo das gerações. Isso significa que a força de trabalho foi motriz para o desenvolvimento econômico, mas, por trás dela, também a construção de identidades nacionais, mediante a religiosidade, a música, a dança, a culinária e as formas de organização comunitária, foi constituindo expressões culturais híbridas entre as sociedades.

Na formação latino-americana, as populações afrodescendentes também constituíram a base para a sua identidade:

A ideia de América Latina se forma a partir de uma identificação inevitável entre a formação dos modernos Estados-nação nas Américas e as suas histórias imperiais que, ao sul, remetiam a uma civilização europeia, latina e católica. É assim que, inicialmente, esse conceito reproduz relações de poder e exclusão que se iniciaram no período colonial e que marcam sua ligação com as noções de Colonialidade e Modernidade. (Braga; Prates; Lanari,

¹⁹ “A Diáspora Negra, assim concebida, é marcada por vários processos genocidas antinegros, não apenas predominantes, mas fundantes do Estado-Nação. Talvez uma concepção alargada de Diáspora Negra, que relativize as particularidades de cada realidade social (e suas nacionalidades), permita identificar os processos de genocídio vividos pela população negra, bem como as alternativas políticas que se abrem no confronto e na luta por direitos com vistas à libertação dessa população” (Almeida, 2014, p. 145).

2023, p. 6).

Para os autores, desde o início, o conceito de América Latina reproduziu relações de poder e exclusão, em conformidade com o período colonial, ou seja, mantendo estruturas de desigualdades baseadas em raça, etnia e classe social. Gonzalez (2020) salienta que a hierarquização construída no período colonial marcado pelo escravismo já estabelecia as determinações de lugares para brancos/as e negros/as, mesmo sem a explicitação legal do racismo. Com vistas a um modelo eurocêntrico de progresso e civilização, era preciso marginalizar os saberes das populações indígenas e afrodescendentes, para que a exploração e a hegemonia do poder fossem preservadas.

A diáspora negra trouxe para quase todas as regiões da América Latina africanos, que com seus descendentes contribuíram na construção dos países latino-americanos. E ainda que as pessoas de ascendência africana não sejam numericamente superiores em toda a região, a presença negra marca experiências históricas específicas que são compartilhadas por quase todas as sociedades latinas: a agricultura de *plantation* e a escravidão africana. (Procópio, 2019, p. 677).

Ao destacar que africanos e seus descendentes tiveram um papel significativo na construção da identidade latino-americana, a autora reflete sobre a centralidade da presença africana na formação social, cultural, econômica e política desses países. Além disso, a menção de agricultura de *plantation*²⁰ evidencia como a mão de obra africana foi essencial para economia colonial, sustentando um modelo produtivo baseado na exploração e na desigualdade.

Dessa forma, não se trata de pensar a questão da diáspora como uma questão demográfica, mas sim como fator determinante das identidades latino-americanas e das desigualdades sociais.

Apesar de a América Latina compartilhar, de modo geral, as marcas da produção colonial a partir do trabalho forçado e da escravização, o Brasil se distingue pela intensidade e durabilidade do sistema escravista. Ainda que, oficialmente, em 1888 o negro tivesse conquistado o direito de ir e vir, a maioria dos ex-escravizados permaneceu trabalhando para seus antigos donos, na *plantation*, com a novidade da

²⁰ Gorender (2016, p. 123-124) propõe a substituição do nome *plantation* por plantagem. Conforme o autor, “Foi ela a forma de organização dominante no escravismo colonial. Dela o trabalho escravo irradiou a outros setores da produção e se difundiu na generalidade da vida social. [...] Juntamente com a escravidão, a plantagem constitui categoria fundamental do modo de produção escravista colonial”.

remuneração precária, mas sob a forte humilhação de sempre (Barcellos et al., 2004).

No caso brasileiro, o modelo *plantation* era caracterizado pela produção de monocultura voltada para a exportação e com mão de obra escravizada. Por quase quatro séculos, a escravização no Brasil foi a maneira de consolidar a dominação, marginalizando e precarizando as condições de vida das populações negras e indígenas até os dias atuais.

Tais processos de violência foram utilizados no capitalismo contra a população negra e povos indígenas em várias partes do planeta: a escravidão acompanhada do desterro; a imposição do uso da língua do colonizador; a demonização e destruição material e simbólica dos complexos e diversificados sistemas de crença seguido a cristianização; a separação familiar; o estupro e outras formas de violência sexual perpetrada contra as mulheres negras são algumas expressões do processo de objetificação do corpo negro. Todos esses atos atrozos eram precedidos da captura e venda desses seres humanos que foram totalmente animalizados no regime escravista e essas práticas persistiram no pós-abolição e nos dias atuais sentimos sua presença. (Almeida, 2017, p. 40).

O sistema de produção baseado na escravidão existiu em razão da demanda do mercado durante a fase mercantilista do capitalismo. A economia brasileira estruturada na exportação de produtos agrícolas para atender ao consumo externo, se fortalecia através da utilização do trabalho escravizado. Para sustentar esse modelo produtivo, os senhores de terras precisavam adquirir constantemente novos escravizados, garantindo assim a continuidade da produção. Nesse contexto, o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas era o principal meio de obtenção dessa força de trabalho, de objetificação do corpo negro.

Mesmo após a abolição como ato institucional (1888), as dinâmicas de exploração e exclusão foram e são constantemente ressignificadas e expressas através do racismo na nossa sociedade.

“Nós vivemos num país, em que apenas. 136 anos foi abolida a escravidão. E a questão de que nós vivemos um processo histórico em que nós negros éramos no período colonial, impedidos de acessar até as escolas públicas. Essa questão ela é nos é muito cara. E essa questão de que esse argumento dessa democracia racial, esse controle até da qualidade do ensino, né? Acho que a gente vai bater diretamente na qualidade do ensino. A gente não é visto como parte do desse processo civilizacional, desse país. Nós não somos desejáveis, desejados e não fazemos parte, então tudo isso vai ter repercussão nas nossas vidas, né? Nós nunca tivemos ao final do desse processo, que era um processo legal da escravidão, que era um processo juridicamente legal, nós nunca tivemos

nenhuma perspectiva de acolhimento na formação desse estado. E como cidadãos, nós, por incrível que pareça, a luta do movimento social negro é para reafirmar nossa dimensão humana. E que essa dimensão humana, no momento em que as condições básicas essenciais não são garantidas pelo estado, nós sempre tivemos por nossa conta e nossas espécies, e aí a própria solidariedade dos demais grupos que compõem o processo civilizatório. Quer dizer, o que nos garantiu a sobrevivência foi essa questão dessa resiliência e a solidariedade entre os grupos e até com todo o processo”. (INF02, 2024).

O relato do entrevistado traduz a constante desigualdade da população negra no Brasil, mas não só isso, ele enfatiza a negação do pertencimento dessa população na construção do país, e, mesmo após o marco legal da abolição da escravização, permaneceu o caráter excludente no projeto de nação. O relato apresenta como exemplo a questão do não acesso à educação como fator limitante na formação da dignidade humana, reforçando o que Quijano (2005) denomina de colonialidade do poder – em que, mediante a perpetuação de hierarquias raciais, é estruturado o acesso aos direitos e oportunidades. Outro exemplo pode ser analisado a seguir:

“[...] a gente aprendia coisas na escola sobre escravos e a gente não podia questionar porque as vezes a gente via ali nos livros ‘Essa mucama que está aqui no livro de história é bem parecida com a minha vó, com a minha bisavó, com a minha mãe’. E às vezes a gente questionava assim, sabe, e a gente era proibido de questionar alguma coisa. De perguntar alguma coisa, a gente era só aquela coisa receptora, a gente só ouvia”. (Anastácia, mulher quilombola, 2025).

Diante deste relato, constata-se que não se trata apenas de acesso à educação, mas a diferenciação, ou melhor a discriminação entre crianças negras e não negras. O tratamento de exclusão reitera o racismo estrutural. Por outro lado, a solidariedade e a resiliência, como estratégias de enfrentamento diante da negligência estatal, se manifestam a partir da resistência da população negra, desde a formação dos quilombos até as redes de apoio e organizações contemporâneas. Ainda sobre a abolição da escravatura,

“A gente fala muito de escravidão. E aí a gente tem que pensar que a questão do ‘Te vira Negão, te vira Negona’, né? O 13 de maio acaba com um período de escravização. Onde éramos obrigados uma situação pela força. Aí veio o 14 de maio, que nós chamamos o dia do ‘te vira Negão, te vira negona’. Nesse dia, eles criaram aí a escravidão, porque a partir daí nós nos tornamos cativos com

a necessidade de sobrevivência. A gente deixa muitas vezes para lá algumas coisas que não porque tem que sobreviver ou porque alguém diz pra gente que isso não vai nos ajudar. Se eu não fizer do jeito que eles querem, né? [...] Estou falando em termos de história, porque 1835 por ali ou 1850, antes mesmo da Abolição da Escravatura, eles já sabiam que em certo momento a abolição chegaria. Começaram a criar leis, leis que proibiam os negros de estudar, leis que proibiam os negros de ter, ser dono de alguma coisa. Leis proibiam até de todas as formas de nos reunir para nos aquilombar [...]. Então, o 14 de maio vem com abandono”. (Entrevistado Articulador 02, 2024).

Nas palavras do entrevistado, é possível tecer uma reflexão crítica de que o processo de abolição da escravatura no Brasil não significou a emancipação de forma alguma da população negra, pois a libertação não foi acompanhada por qualquer medida estatal reparatória ou integradora que promovesse a igualdade social ou que garantisse direitos básicos. O Estado, ao não garantir o acesso a direitos fundamentais, manteve as pessoas negras nas condições de subordinação e exclusão, não mais pela escravização formal, mas pela desigualdade estrutural.

A história colonial e republicana não é linear. É a história da luta de classes e, nesse contexto, a hegemonia dos padrões civilizatórios euro norte-americanos tem provocado silenciamentos, invisibilidades e dores para aqueles (as) que não escolhem ou vivenciam a supremacia branca como expressão de sua existência. Tal processo, contraditoriamente, criou as condições de enfrentamentos e resistências frente à dominação através do jogo da dialética opressão/liberdade. (Almeida, 2017, p. 34).

Conforme Almeida, o movimento da história reflete a luta de classes não somente no processo de provocar silenciamentos e invisibilidades, mas no fomento de processos de resistência e luta por direitos. A história brasileira é envolta de desigualdades estruturais que relacionam acesso à terra, à saúde, à educação, assistência social, para o alcance da dignidade humana. A materialização desse acesso deveria vir por meio da proteção social, de políticas afirmativas e de reparação pelos danos seculares sofridos, principalmente pela população negra em nosso país.

2.2 A PROTEÇÃO SOCIAL PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS A PARTIR DOS TERREIROS

Conforme Ferreira (2023), antes e após a extinção legal do trabalho escravizado no Brasil, houve organizações coletivas que consistiam em espaços de resistência de

escravizados e libertos, nas quais eram estabelecidos laços de solidariedade, ligação com o sagrado e diálogo com referências ancestrais do continente africano. Conforme a autora, é possível identificar diferenças fundamentais entre as iniciativas auto-organizadas, por exemplo, pelas comunidades negras em diáspora, daquelas propostas pela iniciativa privada e posteriormente pelo próprio Estado (Ferreira, 2023). Outra questão apresentada por Ferreira (2023) é o fato de que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão (1888), mas o primeiro na América Latina a criar uma sociedade em defesa da eugenia. Inacreditável que em 1918 – um pouco mais de cem anos atrás –, existiu a Sociedade Eugênica de São Paulo, composta por médicos e advogados, com o objetivo de divulgar os princípios da eugenia.

Na década de 1940, a obra de Florestan Fernandes intitulada *A integração do negro na sociedade de classes* contribui para uma leitura crítica da formação da sociedade brasileira. Anterior a Florestan Fernandes, no campo da Sociologia e da Antropologia, prevalecia a ideia de uma democracia racial vivida após a abolição da escravatura brasileira. Existia a ideia de que pessoas brancas e pessoas negras estariam convivendo bem e que a miscigenação seria algo benéfico e que iria conduzir a uma etapa seguinte que seria, então, a democracia racial. Ocorre que Florestan Fernandes, como sociólogo marxista, ao estudar sobre as pessoas negras, constata que não existem condições de igualdade para brancos/as e negros/as, por exemplo, nas oportunidades de trabalho, nas condições de mobilidade social, moradia, entre outras. Para o referido autor, a igualdade racial seria um mito. Frente a isso, é preciso compreender que, para garantir políticas que promovam a equidade, faz-se necessário levar em conta as desigualdades históricas e estruturais que afetam a população negra, ou seja, a proteção social no nosso país precisa ser racializada (Sabino, 2018). Do trabalho sob o regime escravista ao denominado “livre”, “[...] as práticas discriminatórias baseadas na raça criam constrangimentos e obstaculizam a emancipação desses sujeitos sociais, pois, no capitalismo o trabalho é alienado e, portanto, não há lugar para a realização plena desses sujeitos” (Almeida, 2017, p. 34). Isso reflete as condições materiais da luta de classes, a partir da leitura com base marxiana.

Poucos anos após a abolição da escravatura, quando o Brasil deixa de ser monarquia e passa a se tornar república, nosso país passa por um importante momento, nomeadamente, a Era Vargas (1930-1945), que estava atrelada à modernização capitalista da sociedade brasileira. Foi nessa época que surgiram as primeiras iniciativas

de proteção social, mediante Caixas de Aposentadoria e Pensões e Institutos de Aposentadoria e Pensões.

Ante aos conflitos racializados, entre trabalhadores e patrões o Estado agiu com violência, mas buscou também consensos. Se antecipou e se apresentou como representantes de todas as classes e raças. Tomou para si a “questão social”, no Brasil intrinsecamente racializada. E ao fazer isso, se encarregou de manter todas as hierarquias raciais e de classe. A linguagem eugênica presente na legislação social e na política social institucional até 1950 revelam essa posição, inclusive os serviços financiados pelas CAP e os IAPs. (Ferreira, 2023, p. 48).

Segundo a autora, o Estado incorporou o discurso sobre a valorização do trabalhador, assumindo o controle das caixas e institutos que já eram frutos da auto-organização dos trabalhadores, incluindo aqueles ligados à diáspora africana. Paralelamente, incentivou a imigração europeia e a mestiçagem, flertou com ideias eugênicas e definiu quais elementos deveriam compor a identidade nacional, promovendo uma narrativa de uma suposta harmonia entre as raças na formação do Brasil. Para Almeida (2014), o Estado brasileiro sempre agiu de forma deliberada e sistemática para tentar destruir as estratégias coletivas de cuidado.

Ao considerarmos que, na década de 1930, o processo de industrialização brasileiro requereu políticas sociais para atender às necessidades do mercado de trabalho urbano-industrial, o sistema de proteção social começa a ser implantado como um instrumento para preservar o crescimento econômico e industrial. Mas a questão é: para quem eram destinados os benefícios da proteção social nascente? Aos trabalhadores formais. Quem eram os trabalhadores formais na época? Pessoas brancas e/ou imigrantes. E a população negra? A maioria estava em empregos informais, serviços domésticos e subempregos, à margem dos direitos previdenciários e assistenciais da época.

De forma plena, pode-se compreender o sistema de proteção social como “[...] conjunto organizado, coerente, sistemático e planejado de políticas sociais que garantem a proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais, nas áreas de emprego, saúde, previdência, habitação, assistência, educação” (Boschetti, 2012, p. 756). Apesar de ser um conceito plenamente satisfatório, é necessário considerar que, no contexto brasileiro, a proteção social assume especificidades históricas. Quando a proteção social surge no Brasil, em meio ao processo de industrialização, havia um

significativo aumento da vulnerabilidade e da insegurança social. Tudo isso foi agravado à medida que se expandiam as relações de trabalho assalariadas.

Com a industrialização e a urbanização das sociedades modernas, ampliou-se o risco de as famílias de trabalhadores caírem na miséria em decorrência da impossibilidade de obter um salário no mercado de trabalho. As causas poderiam ser múltiplas – doença, velhice, desemprego, morte – e passaram a ser chamadas de “risco social”. (Jaccoud, 2009, p. 58).

Segundo a autora, frente aos riscos sociais que estavam surgindo, o Estado precisava se impor na tarefa de ofertar proteção social, instituindo mecanismos que possibilitassem a garantia de renda quando da impossibilidade de acessá-la pela via do trabalho e, posteriormente, garantindo uma oferta de serviços e benefícios associados a certo patamar de bem-estar. Para Costa (2016), as políticas públicas nas áreas de educação, saúde, habitação, trabalho ou assistência social, por exemplo, quase sempre excluem os grupos tradicionais. A exclusão ocorre, inclusive, por não considerar às particularidades socioculturais que conferem tradição a tais coletividades. Segundo Silva (2022), trata-se de

Uma estratégia incorporada pelo Estado que ao mesmo tempo nega o racismo nacional e abafa o debate sobre o papel das políticas públicas na reparação às populações historicamente oprimidas e exploradas, pois amortece o antagonismo fundante da sociedade brasileira (Silva, 2022, p. 176)

Frente a essa questão, Werneck (2013) salienta que, no caso brasileiro, uma forma para enfrentar as iniquidades estruturais está em considerar também como parte da proteção social as seguintes políticas: promoção da igualdade racial; políticas para as mulheres; políticas de promoção de direitos humanos; políticas para a juventude; acesso à terra e regularização fundiária; políticas para os povos indígenas. Essas políticas, à medida que são qualificadas, abrem a possibilidade de uma nova cultura governamental e para a sociedade.

Neste cenário, algumas conquistas dos movimentos negros são garantidas através da implantação de políticas de ações afirmativas para a população negra na educação (educação básica, ensino fundamental, médio e superior), no mercado de trabalho, na política de saúde etc., em consonância aos preceitos constitucionais e dentro dos limites jurídicos normativos do Estado de Direito. Longe da garantia de atendimento às suas necessidades mínimas, a população negra é o segmento populacional que ocupa, maciçamente, a

base da pirâmide social, e sua presença no topo é quase inexistente. (Almeida, 2014, p. 132-133).

O não acesso à proteção social é uma expressão de racismo estrutural, que naturaliza as condições desiguais para os/as negros/as e que reitera o fato de a questão social ser racial. Neste sentido, a realidade brasileira mantém esses sistemas discriminatórios que “[...] proporcionam inserções inferiorizadas da população negra, e particularmente quilombola, em diversos espaços da sociedade, mediatizados por relações de gênero, raça/etnia e classe social” (Grossi et al., 2020, p. 134). O amparo às populações mais vulneráveis muitas vezes é proporcionado por instituições religiosas, as quais se tornam importantes rede de acolhimento e apoio, provendo não somente suporte material e espiritual, mas também atuando como mediadoras no acesso a direitos fundamentais frequentemente negados. Uma das mais antigas práticas assistenciais na história brasileira e que se tornou muito importante para os/as negros/as escravizados/as foram os terreiros, considerados como:

Suporte territorial de comunidades litúrgicas no qual se afirma a cultura do antigo escravo africano diante da produção simbólica hegemônica. O terreiro (de candomblé) apresenta-se como o lugar de materialização, construção e reconstrução do modo cultural negro-brasileiro ou afro-brasileiro. (Coelho, 1999, p. 354).

O terreiro consiste numa maneira de preservar a memória ancestral, uma forma de manter vivas tradições, costumes, valores, mitos, línguas, e tudo mais que remete às formas de vida de matriz africana. Conforme Tramonte (2001), no início do século XX, os terreiros eram buscados pelas famílias de baixa renda que não podiam contar com os recursos da ciência e da medicina ocidental. Famílias negras e pobres buscavam nos terreiros uma forma de pertença e resistência frente aos ataques aos modos de vidas marginalizados pela hegemonia racista e eurocentrada. Naquele momento histórico, havia uma perseguição à religião de matriz africana oriunda da Igreja Católica e da medicina ocidental. Nascimento (2006) argumenta que, historicamente, comunidades negras desenvolveram formas autônomas de resistência e organização social, especialmente por meio da territorialidade quilombola, que deve ser compreendida não apenas como espaço físico, mas como espaço simbólico de proteção e insurgência (Nascimento, 2006). Ainda na atualidade,

O trabalho social realizado no campo religioso de matrizes africanas possui práticas assistencialistas como também provém ações sociais que visam a garantia de direitos, a ampliação da cidadania, através de práticas políticas e de ações afirmativas de combate ao racismo, de gênero e de combate a intolerância religiosa. (Cardoso, 2015, p. 29).

Nesse sentido, os terreiros desempenham um importante papel de proteção social junto às suas comunidades, oferecendo suporte material, emocional e espiritual que propicia a educação e a conscientização sobre questões socioculturais. Para ilustrar, apresenta-se abaixo a fala de uma mulher quilombola entrevistada em 2023:

*“Então eu acho que isso é uma coisa muito importante e é, sim, um sistema de proteção. Um sistema de proteção próprio do terreiro que se assemelha de alguma forma, claro que não existe um comparativo com sistema de proteção governamental, mas existe uma semelhança, que é o **cuidado** com todas aquelas pessoas que batem na tua porta voluntariamente buscando um caminho, uma ajuda”. (Dandara, Quilombo Areal da Baronesa, 2023, grifo meu).*

O relato acima reforça a solidariedade presente nesses espaços, e, certamente, para que possam seguir desempenhando suas funções, necessitam do devido reconhecimento e apoio tanto da sociedade quanto da esfera estatal. Associada a essa perspectiva de trabalho social, Gomes (2020) destaca a potência do terreiro enquanto um espaço de calor e de acolhimento que favorece a proteção e revitalização da identidade negra e da religião de matriz africana. Esse espaço propicia uma conexão afetiva e política entre seus frequentadores, revelando-se como um rico espaço de reinvenção da existência coletiva.

“É um espaço de muito respeito com as pessoas. A pessoa que é de terreiro é uma pessoa muito espirituosa e muito cheia, de saberes. Saberes naturais que vem da terra, que vem, do ar, que vem dos chás também vem de dentro da terreiro. Então a coisa muito espiritual, muito boa. Tu tá ali no terreiro é o lugar espiritual, é um lugar assim, de muito respeito, de muita de muita humildade. Pessoa que estão terreiro, essa pessoa muito humilde, porque as pessoas que tinham terreiro, que gerou a terreiro foram as nossas pessoas negras, africanas que foram alforriadas no meio do mato, para se esconder dos feitores e fizeram essa terreiro. Eles não podiam rezar nas igrejas, entrar nas igrejas para rezar. Então eles fizeram esse refúgio para eles, fizeram essa terreiro dentro do espaço deles para poder trabalhar com os espíritos, trabalhar com os deuses deles, que são os espíritos”. (Zeferina, mulher quilombola e informante-chave, 2024).

A fala de Zeferina nos aproxima da análise crítica do discurso ao nos permitir identificar, no aspecto da sociedade, a leitura de que os terreiros nascem como espaços de resistência criados por pessoas negras que foram impedidas de praticar sua fé nos espaços religiosos hegemônicos, sendo considerados até hoje como espaços de cuidado, acolhimento e suporte diante da exclusão social. No campo cognitivo, revela que os terreiros preservam e transmitem os saberes ancestrais, desafiando a visão eurocêntrica que tenta deslegitimar os conhecimentos tradicionais afrodescendentes. E no nível do discurso, a entrevistada desenvolve uma narrativa que reforça a importância dos terreiros como espaços de respeito e humildade.

Torna-se inquestionável a exclusão da população negra na construção da proteção social brasileira, o quanto as políticas foram estruturadas a partir de um modelo que privilegiava uma pequena parcela da população no nosso país. Frente a esse processo, é possível identificar o quanto espaços como os terreiros foram importantes, para além da questão da religiosidade, como espaços de acolhida e cuidado de pessoas que o Estado que se constituía negligenciava. Tal processo de exclusão não se restringe ao passado, mas persiste nas estruturas sociais até o tempo presente, materializando o racismo estrutural, conforme veremos na próxima seção.

2.3 O RACISMO ESTRUTURAL E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS

Enquanto escrevo esta tese, penso o quanto precisamos avançar como humanidade. É tão sem sentido o ser humano ser valorizado/tratado a partir da cor da sua pele. Não é só sem sentido, é tão cruel. Na caminhada desta pesquisa, muitos conceitos foram sendo trabalhados dentro de mim. Parecia tão “claro” o meu entendimento sobre o significado de “sociedade democrática”. Porém, “clara” era minha ignorância, porque até a palavra “claro” pode carregar em si o conceito racista de que para ser bom, tem que ser claro. E quanto a “sociedade democrática”, meu entendimento parecia tão perfeito, relativo a uma sociedade na qual as pessoas teriam a oportunidade de decidir, de participar daquilo que diz respeito ao bem comum etc. Mas o que aprendi foi: que “sociedade democrática” é essa em que as desigualdades imperam sem limites? Na qual o que vale é a mercadoria, seja ela objeto ou pessoa na esteira de produção do sistema capitalista opressor. Ao relacionar essa perspectiva de análise societária com o

materialismo dialético-crítico, compreende-se que, sejamos brancos, pretos, pardos etc., somos todas/os classe trabalhadora. Porém, não somos vistos nem tratados de maneira equitativa. Reina entre nós o racismo estrutural, o preconceito, a discriminação, também expressos por meio da disparidade nas oportunidades educacionais e profissionais, na violência policial desproporcional contra grupos racializados e na sub-representação de pessoas negras nos espaços de poder. Há tantas coisas a serem mudadas para que possamos ser minimamente uma sociedade melhor. E não adiantam – não adiantam – os discursos democráticos, os marcos legais que enfatizam a igualdade racial... o racismo estrutural é um dos nossos maiores desafios contemporâneos, pois ele se recicla com o movimento da sociedade.

Para Almeida (2021, p. 20), “[...] a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de ‘raça’ e ‘racismo’”. Ao fazer referência à compreensão de raça, o autor assegura que esta “[...] ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (Almeida, 2021, p. 31). Essas situações são decorrentes do colonialismo e da escravidão enraizados na história da sociedade. “Na perspectiva da colonialidade, as antigas hierarquias coloniais, que foram agrupadas na relação europeu versus não europeu, continuaram arraigadas e enredadas na divisão internacional do trabalho e na acumulação do capital à escala global” (Assis, 2014, p. 614).

A colonialidade precisa ser considerada em seu contexto sócio-histórico, nas suas formas de dominação e subalternização de que os europeus fizeram uso para manter sujeitos dominados. Segundo Eurico (2017, p. 415), “A noção deturpada da formação social brasileira ainda permeia o imaginário social e favorece a reprodução acrítica de valores que continuam a inferiorizar e a desqualificar a população negra, a partir de um referencial branco europeu”. Neste sentido, a dominação afeta o trabalho, o conhecimento e a autoridade expressos na sociedade capitalista, a exemplo da ideia de raça, que manifesta um determinado padrão de poder.

Quijano (2005, p. 117) afirma que “[...] raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população”. O autor aborda a colonialidade do poder a partir da composição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado desde a criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como seres inferiores aos

colonizadores. Ao encontro desse entendimento, a concepção de raça, para Madeira e Gomes (2018, p. 464), é definida com densidade histórica e política:

Não se tem o interesse de recorrer à questão sanguínea, mas compreender as determinações que constituem o sistema político, econômico e sociocultural hierarquizador entre povos, garantindo privilégios de todas as ordens para povos não negros (brancos), numa perspectiva biologizante/naturalizante cujo interesse alimenta um discurso racista e segregador, enquanto seu uso em termos políticos vem como reivindicação de direitos historicamente suprimidos, como denuncia a militância negra e os cientistas sociais.

Tal entendimento apresentado pelas autoras acima revela o quanto a questão racial não se configura como uma questão sanguínea, mas sim como uma determinação que implica fatores de ordem política, econômica e sociocultural. Fatores esses que são privilégios para não negras/os (brancas/os) e que segregam historicamente os povos negros. O racismo, no entendimento de Almeida (2021, p. 32) “[...] é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem”.

O racismo gera desvantagens na vida de todos os membros do grupo social afetado por ele, ou seja, reduz as chances de ascensão social, de reconhecimento e sustento material, além de questões subjetivas de ordem emocional e de tantos outros fatores que estão diretamente associados à vida em sociedade, a partir de práticas que denotam uma espécie de superioridade racial e que, para Almeida (2021), implicam a necessidade de mudanças profundas nas relações sociais, econômicas e políticas. Isso pressupõe, para além de denúncia ou repúdio moral, a tomada de postura e adoção de práticas antirracistas. Também são esses fatores que o mesmo autor considera para a compreensão do racismo estrutural como algo que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade. Em perspectiva semelhante, Oliveira (2021, p. 65) afirma que “Entender o racismo estrutural é conceber o racismo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riqueza. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural”.

Segundo Oliveira (2021), o racismo está enraizado nas estruturas materiais que organizam a produção e a distribuição da riqueza. Frente a uma perspectiva dialético-crítica, essa materialidade envolve a luta de classes e a reprodução das desigualdades sociais próprias do sistema capitalista.

[...] o racismo estrutural é nítido e não demanda grande esforço para ser visualizado. Ele está difundido na sociedade, na ordem social vigente e a serviço dos privilégios que demarcam as classes sociais. Enfrentá-lo é uma forma de discriminação positiva e necessária, e não um racismo na mesma intensidade, ao contrário do que muitos dizem, pois trata-se da busca por mecanismos que promovam a desconstrução da ideologia que se traduz em inúmeras práticas discriminatórias diariamente, chancelando a exclusão de um grupo social específico. (Bersani, 2018, p. 194).

Perceber o racismo estrutural nas práticas discriminatórias cotidianas e enraizadas na sociedade é um dos primeiros passos para enfrentá-lo, para a desconstrução da ideologia que exclui um grupo social em prol de outro. Cabe ressaltar que o racismo estrutural afeta com mais intensidade as mulheres negras quilombolas, que enfrentam cotidianamente as múltiplas camadas de opressão resultantes não somente das desigualdades socioeconômicas, mas também de gênero, raça, sexualidade, nacionalidade e geração.

A vida das mulheres negras é constituída historicamente por múltiplas opressões que além de relegar essas mulheres aos piores índices sociais, invisibilizaram seus contextos de opressão. A pobreza é comumente analisada desconsiderando o racismo e as relações patriarcais que a conformam. Assim, perde-se de vista que a articulação entre racismo e as relações patriarcais é essencial para o processo de reprodução do capitalismo periférico. É preciso se distanciar da lógica dos recortes para a apreender a totalidade das relações sociais. (Lima, 2022, p. 243).

Segundo Lima (2022), os lugares sociais das mulheres negras na sociedade escravocrata se reatualizam constantemente, e sua materialidade pode ser facilmente identificada através da pobreza, do desemprego, do emprego informal, da morte materna, das barreiras de acesso à saúde, da insegurança alimentar, da hipersexualização, da sua marginalização nas esferas políticas, do controle da sexualidade e, ainda, imagens de controle²¹.

²¹ Imagens de controle são representações simbólicas estereotipadas que servem para justificar e manter sistemas de opressão, especialmente o racismo, o sexismo e o classismo. Essas imagens naturalizam a dominação ao representar certos grupos sociais – como mulheres negras – de maneira desumanizante, inferiorizada ou funcional às estruturas de poder. A expressão "imagens de controle" (em inglês, *controlling images*) é um conceito teórico cunhado pela socióloga e filósofa Patricia Hill Collins, especialmente em sua obra fundamental *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (1990). Trata-se de um conceito central para os estudos feministas negros, da interseccionalidade e da crítica à construção social de estereótipos raciais e de gênero.

“Ainda tem nas fazendas um pensamento por parte dos donos das fazendas, os fazendeiros, que eles são donos dos empregados. Isso não é nas fazendas lá no Nordeste, no Maranhão, no Piauí, é aqui no Rio Grande do Sul. Eles têm esse sentimento de que são proprietários de seus empregados. E se a mulher, com certeza se é mulher negra, e aí as mulheres de forma geral estou falando, mas eu estou aqui porque eu tenho relatos de mulheres negras, ela já foi assediada pelo patrão. Porque o patrão se sente proprietário, né? Tem uma menina que relatou para nós. Essa também é minha parente lá da comunidade quilombola. É minha prima. Essa a gente convenceu e ela foi registrar, ela registrou. O patrão assediou ela na primeira semana que ela foi trabalhar. Ela foi colher fumo, porque eu não sei se você sabem, mas a colheita do fumo é um trabalho muito árduo, né? Sol a sol como se diz, mas que pagam razoavelmente bem a diária. A pessoa terminou o dia vai lá e já recebe o pagamento. Já sai com o dinheiro na mão. Mas ela foi assediada na segunda semana, ela estava trabalhando e foi assediada pelo patrão na lavoura. E aí, ela reagiu, obviamente, né? Aí o que que ele fez? Ele não despediu ela, mas ele dava carona – porque tem uma caminhonete – ele dava carona para todos os empregados que trabalharam durante o dia para levar em casa, porque é difícil acesso, né? Vai passando por uma comunidade vai largando o fulano, tem que largar o fulano adentrando lá na outra comunidade. E ela ele não dava carona, então eles passavam de carro, de caminhonete por ela na estrada, ela indo a pé para casa e eles passavam de carro. Ele voltava depois com a caminhonete vazia, depois de largar todos os empregados, porque é um trabalho duro durante o dia e ele tinha esse combinado de dar carona para o pessoal, principalmente os que não tinham carro, moto, né? A maioria não tem carro no interior e aí eles passavam por ela. Passavam por ela na estrada. Então, o que é isso, né? É um abuso de poder pelo fato de ser o patrão, por ser é uma menina negra”. (Esperança, mulher quilombola negra e informante-chave, 2025).

Nesse relato, é nítido o abuso de poder e exploração racial no contexto rural, principalmente envolvendo mulheres negras. O patrão se sente “proprietário” de seus empregados, usa a sua posição para cometer assédio e ainda se acha no direito de punir mediante a negação de benefícios, como a carona, demonstrando uma forma de vingança e opressão. Uma outra situação foi relatada por INF04 (2025):

“[...] chamaram para limpar a banheira de gado, onde dão banho no gado, chamaram a quilombola e um outro cara que ia ajudar. Buscaram ela às cinco da manhã. Levaram para lá e devolveram elas às nove da noite. E deram setenta reais para ela. O outro cara não foi e não deram um copo d’água para ela. Ela chegou passando mal. Então assim, ela fez o trabalho sozinha e não deram um copo d’água e aí tu vai dizer que uma pessoa dessas não gosta de trabalhar? Eu não sairia de casa para fazer um trabalho desse um dia inteiro por setenta reais. Eu ficaria com meus filhos, né? Então, até hoje acontece muito assim”.

Esse relato expõe a exploração, a submissão a condições desumanas, abuso de poder e, principalmente, o racismo estrutural, que marginaliza e viola os direitos das comunidades quilombolas no país.

No momento em que finalizava esta tese, fui surpreendida por uma matéria intitulada: “Apartheid em SC? Vereador denuncia segregação racial em escola pública”, que tratava sobre crianças que estavam sendo separadas pela cor da pele em turmas distintas. Conta a matéria que a Secretaria de Educação do município tentou justificar a segregação, alegando “problemas nas declarações de raça dos alunos” (Apartheid..., 21 fev. 2025). Os espaços educativos são campos férteis para a manutenção do racismo estrutural, como veremos na sequência dos relatos obtidos neste estudo.

Na vivência junto ao Conselho Gestor Quilombola de Pelotas/RS, muitas foram as vezes que os conselheiros quilombolas trouxeram para a pauta a questão do racismo nas escolas. E não só trouxeram para a pauta, como cobraram da própria Secretaria Municipal de Educação (SMED):

“E a questão do racismo também em algumas escolas tem acontecido muito. Muito racismo com os nossos quilombolas, dentro das escolas aqui na zona rural. Em todas escolas onde tem quilombola acontece o racismo. Então tinha esse debate também dentro do comitê, sobre a questão da educação”. (INF05, 2024).

Mesmo com a própria representação da SMED de Pelotas no Comitê Gestor Quilombola, a questão nunca avançava, até que, numa determinada reunião, um dos membros do CGQ informou que tinha levado a denúncia para o Ministério Público. Esse tema é reiterado na fala a seguir:

“Tu acompanhou ali as questões das escolas, o quão forte é o racismo nas escolas e, ao mesmo tempo que isso era levado para dentro do comitê pelas lideranças, tu debes ter percebido que de certa forma a própria Secretaria não avançava ou não queria avançar. E aí, tu viu ali que o próprio [nome preservado] falou na última reunião: ‘Levei para o Ministério público’. Então assim, olha o racismo, ele está aí, ele está presente. E aí, vai de quem? Ele é institucional, ele também está em quem assume, em quem está nos postos de comando naquele momento, quem tem a possibilidade ou não de levar ou de executar a política pública, como tem que ser feita. Aí também vai muito do momento ali de quem está com o poder da caneta na mão. E lá nas comunidades, há muito racismo”. (INF03, 2025).

“É muito grave, sabe? Porque tem muitos. E aí a coisa aconteceu isso, né? E aí tem muito também que o que o pai ou a mãe não é, não pode fazer muita coisa porque trabalha com cara que é patrão dele, né? Então ficava meio difícil fazer a denúncia, então é, é uma loucura. E o racismo aqui é muito forte ainda na zona rural de Pelotas, né? E o pessoal acha que não tem muito, tem muito racismo aqui”. (INF05, 2025).

Nesses relatos também fica evidenciado o quanto o racismo vai se materializar ou não a partir de quem detém o poder; e em se tratando de relação entre quem detém o poder *versus* quem detém a força de trabalho, a “corda” sempre arrebenta para o lado mais frágil. Além disso, mais uma vez, a escola acaba sendo uma semente para o futuro, quando tudo começa na mais tenra idade:

“[...] eu me lembro assim que os professores eles ficavam incomodados até pelo meu jeito de sentar, eu não podia sair da cadeira eu tinha que levantar a mão para pedir e às vezes era comigo, não era com aquela criança que era branca. Eu me lembro que as professora pegava, não foram todas as professoras, beijavam e abraçavam outras crianças e não me beijavam e abraçavam”. (Anastácia, Quilombo Vó Elvira, 2025).

Nota-se o quanto esse relato traz à tona a experiência de discriminação racial vivenciada enquanto criança, no ambiente escolar. A diferenciação no tratamento, mesmo em gestos simples, revela um padrão de exclusão que muitas vezes é invisível, mas profundamente marcante. O racismo estrutural pode ser sutil, mas deixa o seu recado, e isso se reflete na perpetuação de desigualdades raciais no ambiente escolar. Essa mesma mulher quilombola complementa sua fala sobre a experiência escolar vivida na infância:

“[...] as crianças sempre acabavam nos colocando apelidos ‘negra do cabelo duro’ e esse tipo de coisa e o professor achava que aquilo ali era normal, ‘é criança’. Na verdade, acho que naquele tempo a palavra racismo não estava incluída no dicionário deles. Então meu ensino fundamental foi praticamente assim, eu lembro que foi muito difícil porque eu não queria ir para aula. E quando eu ia para aula era por causa da merenda, porque a gente comia algo diferente na escola que a gente não comia em casa. Nunca era aquele prazer de ter que estudar, de ter conhecimento. Porque a gente sempre era visto com uns bichinhos. Os diferentes. Eu me lembro de uma situação que a minha professora falou para minha tia que ela não iria ser ninguém na vida. A gente escutava coisas assim pesadas dos professores. E tem dois professores que me deram aula que ainda estão dando aula para o meu filho”. (Anastácia, Quilombo Vó Elvira, 2025).

A escola, que deveria ser um ambiente de acolhida e respeito, se tornou campo aberto para a violência simbólica para a criança negra da época. Não bastassem os apelidos racistas, os próprios professores normalizaram o racismo, minimizando as atitudes discriminatórias com argumentos de que “é coisa de criança” ou mesmo dizendo que os/as estudantes racializados/as “não seriam ninguém na vida”. O que se diz para uma criança pode ser determinante para a internalização de estereótipos raciais e pode ser devastador para a formação da identidade e autoestima delas.

“Olha, é, eu sofri muito racismo na escola. Na época de escola, mas depois de um certo tamanho, não. Na escola eu tinha as colegas brancas, que tipo eram pobres. Eu não era pobre, eu era miserável. Pobre eu sou agora, eu acho. Então, acabava indo com uma roupa mal, um calçado mal, né? A questão de não ter não ter verba, os pais não terem dinheiro. Aí o cabelo também já não era bem arrumado. Então a gente sofria porque era negra, porque era escabelada, porque andava mal. ‘Ah, eu não vou me sentar com aquela negra ali’ ‘Eu não sento com ela porque ela é negra’”. (Eva, mulher quilombola, 2025).

O relato de Eva explicita que o racismo vai além da questão de pele, ele também envolve a pobreza e a exclusão social. A rejeição social opera por meio de estigmas associados à aparência racializada e à precariedade econômica, evidenciando a interseção entre racismo e classismo nas formas de exclusão. Quando se pensa sobre a principal função do racismo, pode-se recorrer ao que diz Oliveira (2021, p. 69): “[...] é estabelecer as hierarquias de ocupação nos sistemas produtivos, sejam eles de modo de produção escravista colonial ou assalariado”. Desta forma, raça e classe estão intimamente relacionadas e fundamentadas numa perspectiva histórico-crítica do racismo estrutural (Oliveira, 2021).

Esse mesmo racismo estrutural também se manifesta em outros níveis educacionais. Para mulheres negras quilombolas, alcançar ascensão profissional – seja por meio da formação técnica ou acadêmica – implica enfrentar múltiplos desafios impostos pelas desigualdades raciais, sociais e territoriais.

“[...] a minha irmã que trabalha num município que é muito racista, se formou em técnica de enfermagem. Ela se formou e foi numa farmácia que estavam precisando de uma menina, de uma pessoa para trabalhar, para ser atendente. Ela chegou lá, a guria que atendeu ela era gringa. Ela era filha do patrão do

meu marido, da comunidade ali, que criou aquela guria no colo. Daí perguntou pra minha irmã assim, ‘do que é que tu é formada no quê? Tem formação no quê?’. Aí a minha irmã disse, ‘eu sou técnica de enfermagem’. ‘Ah, eu não sabia disso’. Minha irmã pegou o currículo dela debaixo do braço e foi embora. Porque pessoas negras não pode ter estudo, né? Não pode saber nada. É só lavar a louça, a limpar banheiro, esse tipo de coisa, tem muito racismo nesse mundo aí. Muito racismo”. (Zeferina, mulher quilombola e informante-chave, 2024).

A fala da entrevistada deixa evidente não somente o racismo estrutural como também as próprias barreiras interseccionais enfrentadas por mulheres negras no mundo do trabalho. Nesse contexto, raça, classe e gênero interagem para limitar o reconhecimento da capacidade intelectual e profissional. E o que é pior, esse não é um caso isolado, como veremos a seguir:

“[...] eu acho que isso é um das formas com que o racismo age também. Ser quilombola é ruim? É estranho? ‘Eu não sou isso’. O que é o ‘isso’? Não tem um conhecimento. Eu sempre digo que a educação e o conhecimento, eles são a chave da emancipação humana. E quando um grupo não tem esse entendimento, é esse o resultado que a gente colhe, né? Eu sou quilombola para tomar a vacina e para chegar a vacina, e para isso e para isso. Mas eu não sou quilombola e não me enxergo como quilombola, socialmente falando, né? Então isso que as meninas da minha idade, as gurias que se criaram nas comigo ali dentro do território, né? Ela se veem assim, ‘eu não sou aquela mulher quilombola, eu não’. Como se isso fosse ruim, no sentido pejorativo, e isso é um dos resultados que o racismo age. Esse não pertencer esse não se auto identificar”. (AS03, política de saúde de Porto Alegre, 2024).

Considero essa uma fala bastante relevante da entrevistada, principalmente por ser assistente social e mulher quilombola negra. Pode-se perceber como o racismo estrutural age de maneira insidiosa, levando as pessoas a se distanciarem da sua origem e identidade cultural por considerá-las “ruins” ou inferiores. Mas, além disso, também chama atenção o fato de que muitas vezes pode ser conveniente ser quilombola, para o acesso a políticas públicas, como no caso das vacinas na época da pandemia de covid-19.

O racismo também se manifesta no âmbito da formação universitária:

“Às vezes, a gente acaba pegando uns professores que não levam em consideração as nossas dificuldades, a gente aposta no diálogo, a gente acaba se reunindo para chamar alguém do colegiado para levar as nossas demandas,

ou até para se queixar de algum professor. Porque é como eu te falei, racismo não é só em falar, sabe? Às vezes, até assim na forma de olhar. Tinha uma professora que ela me colocava nos piores procedimentos, sabe? E eu questionava ‘Eu quero ter oportunidade de fazer todos os procedimentos’. Claro que nem todos eu vou gostar mas eu quero ter a experiência de fazer todos os procedimentos. E uma professora que pegou e me colocou só a dar banho de leito. Pelo que eu acho, foi racismo por parte dela, porque se ela deu oportunidade para os outros colegas fazerem outras coisas, deveria ter dado oportunidade para mim. Como eu sempre falo, às vezes eu não vou conseguir fazer assim, mas eu estou aqui para aprender e quero ter as mesmas oportunidade dos meus colegas. Eu sei das minhas dificuldades, mas eu estou aqui para aprender e sou uma pessoa esforçada. E com essa professora, porque a gente acaba conversando com outros estudantes quilombolas e essa professora foi sempre assim com estudantes negros. A universidade de Pelotas, eles não querem negros, tanto é que a Universidade de Pelotas foi uma das últimas a aderir o processo específico para os indígenas e quilombolas. A forma como é feito o processo seletivo, a estrutura... Agora que a gente está tomando a frente porque é uma coisa assim: tem que ir lá, tem que fazer e deu. Não tem planejamento nenhum. Quando eu fiz o meu processo seletivo, que foi em 2019 ou 2020 não recordo o ano que eu fiz, a gente ficou na rua e estava chovendo. Inverno, no Capão do Leão. É o tratamento que tem assim, tanto para as comunidades quilombolas quanto para outras comunidades tradicionais. A gente vê que tem um tratamento diferente. Não é todos, tem pessoas que são muito acolhedoras. Acham interessante, perguntam algo sobre a nossa cultura, mas o racismo é muito forte”. (Anastácia, Quilombo Vó Elvira, 2025).

A entrevistada relata que, já no processo seletivo, as dificuldades apareceram, demonstrando a falta de apoio institucional; mas, para além disso, a marginalização dentro da educação superior também aparece no tratamento diferenciado e nas oportunidades limitadas, que denotam o racismo estrutural. No âmbito do trabalho, também não é diferente:

“Na minha comunidade mesmo, um jovem me relatou – também vou preservar o nome dele – ele me relatou que ele trabalha com lavoura de arroz. Agora ele está trabalhando em Alegrete. Foi para lá porque arrumou uma proposta melhor e foi. Foi lá e levou a família, inclusive, agora. Ele foi primeiro, depois agora veio para buscar a família. E ele sofria muito abuso de poder e racismo por parte do patrão dele. Eu por várias vezes conversei com ele, ‘A gente está contigo. Nós vamos lá, registramos’. ‘Não, não. Eu não quero registrar porque eles vão me queimar. Eu não vou conseguir mais nada aqui na região. Aqui eles todos se conhecem, eles são uma rede’. Então se eu denunciar, tipo primeiro de praticamente um trabalho análogo a escravidão, de sol a sol, como se diz. O primeiro a chegar na lavoura e o último a sair. De pedir para esquentar uma comida, uma vianda e eles dizerem ‘não vocês podem comer comida fria mesmo está quente tem que sol, deixa no sol a vianda a marmita’. Então, assim, casos

muito, muito, muito desrespeitosos, de palavras mesmo, palavras de baixo calão, de assédio moral”. (Esperança, mulher quilombola negra e informante-chave, 2025).

No caso acima, o jovem, mesmo ao ser confrontado com abusos de poder e condições desumanas, não denuncia por temer represálias, colocando-se na condição de submissão a práticas análogas à escravidão. A luta pela sobrevivência o coloca nessa situação, por vezes, sem escolha.

Outra entrevistada, também assistente social, fez o seguinte relato:

“Nós temos um colega que é quilombola e ele esteve como servidor também e várias vezes ele foi discriminado no ambiente de trabalho, quando ele falava alguma coisa assim, não era levado em consideração. Ele fez bastante, ele estava na gestão aqui na Secretaria. Em seguida quiseram tirar ele da gestão e mandaram ele para um CRAS. E daí a gente já viu assim, ele tinha formação de ensino superior e colocaram ele para fazer uma horta. Ele aceitou de forma submissa, sempre agradecendo sempre de forma gentil. Sem se dar conta do que era”. (AS01, política de assistência social de Pelotas, 2024).

Nessa fala, observa-se que não se trata de uma questão de ter ou não formação superior. O racismo estrutural impera de qualquer forma. O relato trata de um quilombola que foi deslocado para funções subalternas, sendo suas contribuições desvalorizadas, e ainda ressalta a aceitação submissa de se mostrar grato pelas condições injustas impostas a ele. Sobre essa questão da gratidão, tem-se outro relato:

“E essa relação econômica, quanto menos as famílias pagarem, tem mais dinheiro no bolso. É uma relação de exploração, né? Só que aí vem o paradoxo, se não tiverem essas famílias, as políticas públicas hoje não dão conta de ‘sustentar’ estas famílias quilombolas, então as famílias quilombolas, ao mesmo tempo, são muito gratas, por estes ‘empregos’ gerados por essas famílias brancas. Não vão ver essas famílias brancas como exploradores, pelo contrário, ficam com o sentimento favor por ter chamado para trabalhar ou se não ‘Esta família sempre me chama para trabalhar lá’. E as coisas pioram ainda mais nessa relação paradoxal, quando essa família presta algum favor fora da agricultura. O principal deles: alguém sofreu alguma coisa, ficou doente ou sofreu um acidente lá. E essa família então oportuniza o transporte para chegar no hospital. Aí o sentimento de gratidão desta família quilombola vai ser eterno. Mas, apesar de que não foi assim um sentimento, não foi um transporte altruísta, porque essa família, depois ela cobra o transporte na hora de trabalho. Mas mesmo assim, a família quilombola fica com um sentimento de ‘Se não fossem eles, não tinha chegado no hospital, não estava vivo, então, devo

tudo a eles’. Então eles mesmos ‘Oh, te levei lá, tem que me pagar esse trabalho’”. (INF03, 2025).

Os relatos obtidos descrevem a complexidade das relações de trabalho entre as famílias quilombolas e seus empregadores. Há uma dinâmica de exploração econômica e dependência afetiva expressa através da gratidão das famílias quilombolas. Entretanto, a gratidão é manipulada para justificar a exploração e perpetuar o ciclo de subordinação. Não existem favores, e sim estratégias para a cobrança posterior, o que gera a sensação de dívida, que se intensifica com a dependência econômica. Nesses casos, fica bem mais difícil as famílias quilombolas reconhecerem as relações abusivas às quais são submetidas.

O que se pode constatar a partir dos relatos acima é como as experiências refletem um sistema de opressão estrutural, evidenciando a necessidade da implementação de políticas públicas e sociais efetivas, que promovam a equidade racial, reconhecendo tanto os direitos étnico-raciais como as especificidades de cada grupo, de maneira a combater a violência estrutural presente no contexto brasileiro. E há opressão, mas também há resistência, como podemos verificar nas falas abaixo:

“Eu sempre bato na mesma tecla com o pessoal aqui do quilombo. A gente que é pobre, a única arma que a gente tem é o conhecimento, e a gente tem que parar de ficar muito acomodado. Porque às vezes, o novo dá medo, sabe? Mas vai com medo mesmo. Tu não estás sozinha. E eu sempre falo para eles, incentivo bastante ‘vamos estudar gente, que a única arma que a gente tem é o conhecimento’. Amanhã ou depois alguém te fala que é sal e tu falas que é açúcar, tu vais ter argumento para dizer que é açúcar. E eu sempre falo, gente vamos estudar, não importa a idade, vamos estudar. Vamos correr atrás. Vamos articular, uma andorinha não faz verão, vamos nos unir. Cada um por seu lado, todos vão acabar perdendo”. (Anastácia, Quilombo Vó Elvira, 2025).

Essa fala destaca a importância do conhecimento como ferramenta de resistência diante do racismo estrutural. Evidencia o incentivo à educação como forma de transformação social e empoderamento das comunidades quilombolas. Nesse sentido, a união e busca pelo aprendizado são apresentados como caminhos para o enfrentamento da opressão. Entende-se que a educação e a articulação coletiva fortalecem a comunidade e a potencialidade de romper com ciclos históricos de exploração.

“[...] então agora eu estou começando a entender mais, as coisas sobre os direitos da mulher. Antes eu pensava que mulher era para estar dentro de casa, era para estar ali trabalhando, fazendo negócio. Não. A mulher tem o direito dela, a mulher tem o direito de ir e vir, a mulher tem direito de jogar futebol. Mulher tem direito de se divertir né? E outra: na opção nossa, da negra. Eu sempre pensava que a gente não teria muitas chances. Que eu não conhecia as chances que a gente tem hoje. E eu converso com as pessoas ‘eles liberam só para mulheres negras’. Né? Eles não entendem que a mulher negra sofreu muito lá atrás. Não só a mulher como os homens também, não é? E aí hoje sim, deve de ter as cotas, deve dizer respeito, sim, porque antigamente eles não tinham o respeito com a gente e agora eles têm. Eles estão começando a ter, né? Por causa dessa regra aí não tivesse a regra, aí a gente seria continuaria a mesma coisa”. (Eva, Quilombo Alto do Caixão, 2025).

A partir dessa outra entrevistada, identifica-se o processo de conscientização sobre os direitos das mulheres negras, destacando o quanto a falta de acesso à informação pode limitar as perspectivas e reforçar as desigualdades. A reflexão sobre o direito de ir e vir, ao lazer e ao esporte evidencia a luta contra estereótipos de gênero, raça e classe. O reconhecimento desses direitos demonstra um caminho trilhado na percepção sobre direitos humanos. A mesma entrevistada ainda complementa:

“Eu era muito envergonhada, né? Logo estava meio com medo, não estava muito querendo, né? Pensando assim ‘será que eu desisto? Será que eu continuo?’ Porque eu sou muito tímida, eu sempre fui muito tímida, mas hoje eu me vejo bem feliz. Eu consigo falar mais, né? Eu já falo mais, eu já me represento mais, eu já estou mais espontânea. Eu não tenho mais tanta vergonha, né? Eu não sou tão tímida mais do que eu era antes. Eu me represento bem e estou gostando muito. Quero continuar nessa representação e quero também depois agora, quando a gente voltar lá, acho que a gente volta em março de volta, eu quero voltar a trazer algum projeto para nós mulheres aqui, pessoal aqui de fora, alguma coisa para nós. Mostrar que eu fui em busca de alguma coisa e realmente eu estou conseguindo, né? Não estou só participando, mas estou conseguindo trazer alguma coisa”. (Eva, Quilombo Alto do Caixão, 2025).

A fala traz uma mulher quilombola negra que há pouco tempo integrou o Comitê Gestor Quilombola de Pelotas. Nota-se o empoderamento feminino e a transformação que não visa apenas ao crescimento individual, mas a importância da coletividade no processo de emancipação.

“A importância, é muito grande porque mais é mulher né? Não se desfazendo dos homens né? Mas as mulheres têm que tomar conta pra poder levar pra

frente. Tem muitas pessoas, muitos homens são muito machistas, né? Na nossa comunidade, minha gente é muito machista e a única pessoa que podia ir pra lá era eu. Então a gente tem que trabalhar essa parte também da mulheres e que tem muitas mulheres que têm medo, que não quer fazer, que não pode, que é isso e aquilo, mas a gente tem que fazer quebrar esse gelo, né? Pra pessoa aprender a falar e cobrar, né”. (Zeferina, Mulher Quilombola e informante-chave, 2025).

Essas mulheres não apenas resistem a um sistema que historicamente é opressor, racista e patriarcal, como também lutam por serem reconhecidas como agentes de transformação, cujas trajetórias inspiram e fortalecem a luta contra as desigualdades de outras mulheres. Outra experiência foi relatada por uma informante-chave, sobre o processo de construção de espaços de organização coletiva, como se observa a seguir:

“Eu nunca esqueço que tinha uma jovem. Ela comecei a atender ela tinha 17, 16 anos, depois ela ficou maior de idade, ela casou, já tinha filho. E aí tu vai vendo elas se tornarem, né, mulher e elas também adotarem posturas assim, de maior protagonismo. Aí um dia ela chegou pra mim assim, ‘tá, e aí, quando é que a gente vai fazer a nossa associação? Nós queremos nossa associação’. Eu fiquei ali, não. Não. E aí ela pediu agora? E aí? Sei lá quantos meses estava formalizada a associação. Uma mulher era presidente, a outra era vice, assim, a diretoria era só mulheres. E na outra comunidade quilombola, que era mais próxima da sede, elas ainda eram evangé. Então tem muito essa questão da subservência da mulher, mas mesmo assim também assumir a presidência da associação. E aí? E aí as coisas foram andando. Olha, organizadas em reunião, organizar o espaço. E se não sei quê, tal reunião eu vou, vou fazer para vender. A gente já faz. Curso de produção de mudas para elas. É, foi evoluindo assim, né? A medida eu acho que vão tendo acesso à informação, né? As oportunidades a espaços e hoje eu acho que ela elas, ainda que descontam, sabe que estão na frente”. (INF04, 2025).

O relato acima demonstra o quanto o processo de construção do protagonismo feminino leva tempo; no caso, de uma adolescente a uma liderança de uma associação comunitária. De uma postura passiva para uma postura propositiva e que possui forte contribuição da atuação técnica, educativa e de mobilização comunitária que a Emater/RS-Ascar desenvolve junto a comunidades rurais e quilombolas. A extensão rural, nesse contexto, ultrapassa sua função técnica e assume um papel de mediação cidadã. Ao incentivar a criação de associações e a autogestão das mulheres, a Emater atua como instrumento de fortalecimento organizativo, contribuindo para a articulação entre comunidades tradicionais e políticas públicas.

A consolidação dessas formas de organização, no entanto, está diretamente relacionada ao modo como as comunidades acessam, produzem e compartilham informações. A comunicação, nesse contexto, emerge como um elemento central — não apenas como instrumento de divulgação, mas como prática social que fortalece identidades, amplia a capacidade de incidência política e potencializa os processos de organização comunitária. É sob essa perspectiva que o próximo capítulo se dedica a refletir sobre a comunicação pública como dimensão constitutiva da cidadania quilombola e como ferramenta estratégica para o enfrentamento das desigualdades históricas que marcam esses territórios.

3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL E OS DISCURSOS ANTIRRACISTAS

Este capítulo aprofunda-se na complexa relação entre comunicação pública e proteção social, destacando, em particular, a importância dos discursos antirracistas. A análise conduzida visa a desvelar a ação que a comunicação desempenha na promoção da igualdade, na desconstrução de estigmas e no fomento de discursos capazes de confrontar o racismo estrutural. A primeira seção aborda a indissociabilidade entre a cultura e a comunicação, evidenciando como as práticas comunicativas se entrelaçam com valores culturais, identidades e narrativas das mulheres negras quilombolas. Na sequência, a análise se volta para a comunicação pública como ferramenta para a participação, explorando seu papel em ampliar o acesso à informação, promover a participação ativa das/dos cidadãs/ãos nos processos decisórios e fortalecer as relações dentro das comunidades quilombolas. A seguir, avança para a relação intrínseca entre Comunicação e a construção do discurso antirracista, com vistas ao desenvolvimento de uma narrativa que reconheça e confronte as estruturas de poder que perpetuam a discriminação racial. E, por fim, trata sobre a política do pé no barro, que reforça a necessidade de um trabalho e comunicação pública próximos das comunidades quilombolas, para uma comunicação que leve em consideração os modos de vida dessas comunidades.

3.1 A INDISSOCIABILIDADE ENTRE A CULTURA E A COMUNICAÇÃO

“A mulher negra é responsável pela formação de um inconsciente cultural negro brasileiro. Ela passou os valores culturais negros; a cultura brasileira é eminentemente negra, esse foi seu principal papel desde o início”.
(Lélia Gonzalez, 2020)

Conforme Chauí (2018), no Brasil as pessoas identificam cultura como a posse de conhecimentos e saberes. A ideia é que existem pessoas cultas e pessoas incultas. As que possuem saberes e conhecimentos e as que não possuem. Não é isso a cultura. De acordo com a autora, a palavra “cultura” deriva do verbo latino *colere* e, em sua origem, refere-se ao ato de cultivar e cuidar. Inicialmente, foi associada ao cultivo e ao cuidado

da terra, e também ao zelo pelas crianças, resultando na agricultura e na puericultura, além do culto aos deuses e ao sagrado, originando a palavra “culto”.

Com o passar do tempo, o significado de “cultura” vai se reconstruindo, seguindo os contextos intelectual e político.

[...] o termo cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo agora entendida como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. (Chauí, 2008, p. 57).

Essa visão mais abrangente e integrada da palavra “cultura” transcende as definições tradicionais e estende-se por uma variedade de domínios da experiência humana. Ao ampliar o escopo da cultura, a autora suscita uma reflexão aprofundada sobre como a cultura não apenas influencia, mas está profundamente entrelaçada com a formação de valores, normas e práticas em todos os aspectos da vida cotidiana e social. Chauí (2018) propõe um entendimento da cultura como sendo a capacidade dos seres humanos de se relacionar com o ausente, ou seja, através de símbolos. Os primeiros elementos que formam a cultura são a linguagem, por meio da qual se torna presente o que está ausente, e o trabalho, por meio do qual se faz surgir no mundo o que não existia, ou seja, o que estava ausente. Uma forma vital de linguagem e que se caracteriza como uma das expressões fundamentais de comunicação é a oralidade.

A oralidade se apresenta como a forma de repassar os ensinamentos, o conhecimento, a história ancestral; é ela que garante a continuidade de saberes que foram construídos no passado e que chegam até os dias atuais. O respeito a essas particularidades significa assegurar o direito à preservação de valores que, por vezes, se diferenciam dos nossos. (Rosa; Fonseca, 2021, p. 155).

Os autores enfatizam a importância intrínseca da oralidade como modo de transmissão na preservação da identidade cultural das comunidades quilombolas. Ao respeitar essas particularidades, abre-se o caminho para garantir o direito à preservação de valores que, muitas vezes, divergem dos padrões estabelecidos. Sobre isso, tem-se o seguinte depoimento: *“Então não se tem nada, então tudo o que a gente tem, a gente guarda dentro da oralidade, daquilo que a gente aprendeu com os nossos*

antepassados. A cultura, cada família tem a sua cultura, tem uma forma de fazer a sua comida, [...] cada um tem as suas tradições” (Dandara, Quilombo do Areal, 2023).

A entrevistada demonstra a importância da preservação e perpetuação dos valores mediante a utilização da oralidade para o repasse das práticas culinárias e das tradições das comunidades quilombolas, maneira pela qual transmitem seus conhecimentos, histórias e práticas de geração em geração.

A cultura se constitui, em grande medida, na capacidade de situar-se temporalmente, articulando a memória do passado, a experiência do presente e a construção simbólica do futuro nas práticas sociais cotidianas. Chauí (2018) assinala que a nossa percepção e a nossa maneira de definir as coisas como boas/más, belas/feias, justas/injustas, verdadeiras/falsas são o que compõe o mundo da cultura. Isso está diretamente relacionado à maneira como nos colocamos e nos manifestamos nesse mundo. Logo, para a autora, trata-se de um engano acreditar que a cultura se reduz a um conjunto de conhecimentos ou de práticas.

“É aquela coisa que a gente tem que prestar atenção com quem a gente está falando, sabe? Porque às vezes, aquela forma que tu estás falando não é para a pessoa. A pessoa não está entendendo. E às vezes, assim, não tem nenhuma preocupação, sabe? A gente vai lá e é o ‘receptor’, tipo assim tu vai receber aquela mensagem e deu. O passivo e o ativo. Um vai falar, falar e outro vai ficar quieto. Não tem aquela coisa, eu conversar contigo, dar um tempo para a pessoa processar e perguntar para aquela pessoa o que que ela entendeu. Porque às vezes a pessoa entendeu alguma coisa completamente diferente. E às vezes o receptor fica intimidado de perguntar. Como eu sempre falo: ‘não é porque tu tens o ensino fundamental e a outra pessoa tem o ensino superior que a pessoa sabe mais que você. Aproveita que é uma pessoa que tem estudo e pergunta. Tira as tuas dúvidas, do teu jeito. Pergunta, tu estás aprendendo! A gente vai ter sessenta, setenta anos e a gente sempre vai aprender. E eu também sempre digo que é uma troca de conhecimentos, tu podes ter certeza, tu não sabes nada sobre gramática, mas tu sabes muito sobre plantas medicinais, é uma troca de conhecimentos. Eu tento incentivar eles, não é porque tu não tens estudo que tu não sabes, claro que sabes! A gente tem um senhor na nossa comunidade que tem oitenta e oito anos, e ele sabe muito sobre as plantas medicinais, faz xarope caseiro. Eu digo ‘o senhor tem muito que contribuir para a sociedade. O senhor pensa que o senhor é um coitadinho, mas o senhor não é: olha o conhecimento que o senhor tem’”. (Anastácia, Quilombo Vó Elvira, 2025).

Em um dos seus primeiros trabalhos apresentados sobre o significado da cultura e suas repercussões na vida social, Cogoy (2018) assinalou a importância de estudos

sobre cultura e comunicação que aproximem as experiências sociais vividas no cotidiano de maneira a desvendar visões de mundo, modos de vida, hábitos e crenças referentes às classes populares. Foi também nesse estudo que a autora apresentou a perspectiva de Raymond Williams como significativa contribuição para o entendimento da cultura como expressão intrínseca da vida social. Em suas obras, Williams. A partir da abordagem materialista da cultura, enfatiza a importância de compreender a cultura a partir das experiências cotidianas das pessoas. Para ele, a cultura não é apenas um conjunto de obras artísticas ou intelectuais, mas um "modo inteiro de vida", que se manifesta nas práticas diárias, nas relações sociais e nas formas de expressão das diferentes classes sociais. Essa perspectiva valoriza a riqueza e diversidade dos modos de vida das classes populares, reconhecendo que suas experiências e práticas culturais são fundamentais para a compreensão da sociedade como um todo. De acordo com Cogoy (2018), Williams buscou compreender a cultura como espaço de luta e de transformação a partir das bases materiais e históricas. Isso reforça a relevância de a cultura ser agregada aos estudos que se utilizam do método dialético-crítico, a partir das leituras fundamentadas em Karl Marx. Nesse sentido, Cogoy e Figueiredo (2023) apontam para a cultura como fruto de lutas e resistências dos povos, carregada de potencialidades, trajetórias históricas e experiências de sujeitos sociais ao manifestarem suas múltiplas determinações (classe, gênero, raça e etnia, geração e nacionalidade).

“Elas são repassadas pelo grupo de WhatsApp, né? A gente tem um grupo de WhatsApp da comunidade e aí todas as informações das reuniões ou horários, tudo certinho. Os benefícios quando chegam é tudo repassado no grupo, a gente tem um grupo lá e não é nada escondido de ninguém. O grupo ali é aberto para todo mundo, né? E aí todo mundo ficou sabendo pelo grupo de WhatsApp”. (Eva, Quilombo Alto do Caixão, 2025).

Ao aproximarmos cultura e comunicação, torna-se imprescindível considerar a teoria latino-americana das mediações, de Martín-Barbero, uma vez que este foi um dos pioneiros sobre o assunto. A sua obra *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia* (Martín-Barbero, 2009) traz uma grande contribuição para a América Latina comunicacional, analisando a relação entre comunicação, cultura e política. Para tanto, o autor propôs

[...] uma política a partir da comunicação, identificando o local estratégico que esta ocupa na sociedade atual, onde introduziu os novos sentidos de social e os novos usos sociais para os instrumentos de ensino para o desenvolvimento do poder político de converter a cidadania e de reconstituir a sociedade. (Cogoy et al., 2018, p. 2).

A comunicação, nesse contexto, não é apenas um meio de divulgar ou repassar informações. A comunicação é, além disso, uma força que pode capacitar as/os cidadãs/ãos a promover a cidadania e remodelar a própria estrutura da sociedade. Dito de outra forma, é preciso entender a comunicação não apenas enquanto técnica, mas como força dinâmica que influencia e também é influenciada pelos processos políticos, sociais e culturais que estão sempre em transformação na sociedade.

“Porque o telefone do posto de saúde, a internet lá não é tão boa. Na real a gente não tem acesso à internet, aí quando a gente precisa é pelo telefone, aí a gente acaba ligando pro posto. Saúde não tem, né? Aí acaba tendo que ir no posto de saúde, não sendo bem atendido, porque de repente é um posto saúde pequeno o pessoal não consegue. Não consegue, vou te dizer acho que eles não tem força de vontade muitas vezes de atenderem, né? Claro, não é todos, mas é mais ou menos isso. Então as informações do posto de saúde são bem difíceis”. (Eva, Quilombo Alto do Caixão, 2025).

Martin-Barbero (2009) referencia a relação da mediação inserida entre a produção e a recepção, a qual ocupa um espaço na cultura cotidiana e interfere na maneira como os receptores recebem os conteúdos comunicacionais. Os estudos desse autor tornam-se importantes na medida em que identificam o lugar que a comunicação ocupa no receptor da informação, pois deve-se considerar a sua bagagem cultural adquirida a partir de suas práticas culturais enraizadas em um contexto social e cultural.

Cogoy e Figueiredo (2023) destacam que o conceito de “mediação” foi abordado por Williams, que explorou a conexão entre a mediação e a teoria dos reflexos, examinando as possíveis modificações nas produções culturais em relação à realidade, ou seja, uma análise das interações entre a arte e a sociedade. No entanto, ao longo do tempo, o autor abandonou o conceito de “mediação”, tornando-se um dos pioneiros nos estudos culturais britânicos. Sendo assim, o autor passou a compreender a cultura como categoria-chave para a realização da investigação social. Como formulação de uma nova teoria da cultura, a proposta de Williams se centra na dimensão material e produtiva da cultura, ou seja, compreender a cultura como espaço de luta e de transformação a partir das bases materiais e históricas. Nesde sentido,

[...] compreende que a necessidade da análise materialista da cultura tem como parte central a história do desenvolvimento e uso social dos meios. Isto convoca a entender a relação entre eles e as formas sociais nas quais são usados e as relações entre os meios, as formas sociais e a forma mais propriamente artística. (Cogoy; Figueiredo, 2023, p. 7-8).

A perspectiva materialista de Raymond Williams sobre a cultura enfatiza a importância histórica dos meios de comunicação como formas socialmente situadas de produção e circulação de significados. Para além de uma observação superficial de seus conteúdos, Williams propõe uma análise que aprofunda a compreensão das dinâmicas entre os meios, seus modos de uso e os contextos sociais que os conformam. Sendo assim, a contribuição de Williams não apenas complementa, mas também transcende as abordagens tradicionais, marcando uma expansão significativa e inovadora nos estudos marxistas sobre comunicação e cultura.

Segundo Cogoy (2018), para avançar nos estudos sobre experiências sociais vividas no cotidiano, é preciso buscar a compreensão da significação social, identificando as relações estabelecidas e suas causas para encontrar as estratégias de transformação. Sobre essa perspectiva, a presente tese escolhe compreender a cultura e a comunicação que se desenvolvem nas comunidades quilombolas, tanto na realidade urbana quanto na rural. Nos alicerçamos em Williams (1989, p. 387), para quem “[...] o contraste entre o campo e a cidade é de modo claro, uma das principais maneiras de adquirirmos consciência de uma parte central de nossa experiência e das crises de nossa sociedade”. A obra *O Campo e a Cidade na história e na literatura*, de Raymond Williams, favorece a análise das transformações decorrentes do rural e do urbano, na busca por uma compreensão mais profunda do presente, revelando a oposição entre campo e cidade como um reflexo da sedimentação do mundo capitalista, pautada pelo mercado e pelo lucro. O resultado dessa dinâmica demonstra que esses espaços não são propriedade da massa operária, dos camponeses ou das camadas mais desfavorecidas da sociedade; ao contrário, pertencem à elite burguesa capitalista, evidenciando a estruturação socioeconômica subjacente à divisão entre campo e cidade. Diante desse cenário, é imperativo expandir essa compreensão para a relação intrínseca entre comunicação e cultura nas comunidades quilombolas, tanto urbanas quanto rurais.

Uma das questões norteadoras desta tese consiste em investigar se a comunicação pública nos serviços públicos de proteção social leva em consideração as

realidades socioculturais das comunidades quilombolas. Sobre isso, foi interessante constatar que:

“Em partes porque o pessoal ainda não está preparado, o pessoal das instituições não está preparado para trabalhar com as comunidades quilombolas e ter um entendimento de que a comunidade quilombola não é uma comunidade diferente, ela é uma comunidade como outra qualquer mas ela tem as suas especificidades de ser quilombola. Então ela tem que ter uma atenção, um cuidado, um trato que não é nem diferenciado, mas com questões que são diferentes. Não é a comunidade que é diferente, são as questões que envolvem a comunidade que são diferentes”. (Dandara, *Quilombo do Areal*, 2023).

Sob o ponto de vista da entrevistada, as instituições nem sempre estão preparadas para trabalhar com comunidades quilombolas, o que acarreta políticas públicas inadequadas para atender às demandas específicas. Nesse sentido, importa considerar os modos de vida e reivindicações que partem das comunidades. A entrevistada ainda exemplificou que a população negra enfrenta desafios específicos na área da saúde, como a alta prevalência de doenças silenciosas, como a hipertensão, diabetes e anemia falciforme, e que a presença de profissionais do CRAS na comunidade é destacada como essencial para o acompanhamento e suporte das famílias no quilombo. Nesse caso, estamos nos referindo ao quilombo urbano, que, segundo a entrevistada,

“[...] a assistente social do CRAS ela é bem presente aqui dentro da comunidade. A minha mãe vai fazer quatro anos que morreu este mês e eu acho que a (nome preservado) já está há mais de dez anos no CRAS. Ela conhece toda a comunidade, conhece as pessoas e atua assim. Eu ainda acho que poderiam ter mais ações voltadas para a comunidade dentro do CRAS, apesar de eu saber que a atuação do CRAS é muito ampla, são muitos bairros, não é só a comunidade quilombola”. (Dandara, *quilombo do Areal*, 2025).

Na opinião da assistente social referência no Quilombo Areal da Baronesa, o sistema de proteção social leva em consideração a realidade sociocultural dessas comunidades, conforme o relato que segue:

“Sim, com certeza. O cadastro único fez essa mudança há uns anos atrás, na questão da informação das famílias, povos tradicionais, da importância desse recorte, de estar informando ali no cadastro. Foi um trabalho que a gente fez em 2023 com as famílias do quilombo, de estar organizando um atendimento

específico no CRAS, com o cadastro único para uma atualização do cadastro e a importância dessa informação nesse cadastro de ser povos tradicionais, né? Informar porque existia muito isso assim, falando do Areal, as famílias, elas não se identificavam como quilombola dentro do cadastro. É, não tinham esse entendimento e essa informação o quanto isso gera informação para a política, pensar as políticas para pensar os recursos, benefícios, direitos para comunidades, mas muitas não tinham esse entendimento. E conseguimos organizar isso um pouquinho ali em 2023. Agora a gente está fazendo os dois anos de novo para poder atualizar novamente. Mas assim, pensando o público o que a gente percebe da questão do cadastro é que muitas vezes o cadastro ele está só o nome das mulheres e de seus filhos. A gente percebe muito isso assim também nas famílias, não só dentro do quilombo. Em geral, muitas vezes, as famílias têm outra composição: elas têm o companheiro que às vezes, pela fragilidade da relação, por ser um companheiro atual, não ser o pai dos seus filhos, enfim, tem 'n' situações, né? Ele não está compondo esse cadastro, assim, essa informação, então as nossas informações ainda as formais, digamos tanto no cadastro como no GESUAS dentro da política, ela acaba não sendo a real. Quando a gente faz essa visita, quando a gente faz essa aproximação com a família, mas assim, com certezas, são mais mulheres chefiando ainda temos isso dentro da comunidade, as mulheres chefiando as famílias lá". (AS04, política de assistência social de Porto Alegre, 2025).

Nessa abordagem, a assistente social demonstra o quão importante é a inclusão da identificação de pessoas quilombolas no Cadastro Único, para fins de conhecer e propor acesso às políticas públicas de maneira a considerar as particularidades das comunidades quilombolas. E ainda ressalta algo que é bastante instigante, que consiste na composição da dinâmica familiar, a qual nem sempre corresponde ao que está registrado.

Passos (2020) destaca que a política de assistência social, para ser efetiva, precisa ser atravessada por uma concepção ampliada de cuidado (*care*), compreendendo as condições concretas de vida dos sujeitos e suas múltiplas vulnerabilidades. A autora enfatiza que o trabalho dos profissionais do SUAS deve considerar as desigualdades sociais, territoriais e raciais, exigindo posturas éticas e politicamente comprometidas com a garantia de direitos, especialmente em contextos de invisibilidade institucional. Esse entendimento corrobora a análise da narrativa em questão, na qual a presença ativa no território foi fundamental para que famílias excluídas do CadÚnico fossem finalmente reconhecidas pelo Estado como sujeitos de direito. Ainda sobre essa questão, podemos ilustrar um fato relatado por uma das mulheres negras quilombolas entrevistadas:

“Tem um caso aqui na nossa comunidade, que a companheira foi embora e deixou o ex-companheiro com três filhos. A guriazinha mais nova agora tem um ano e pouco, e ela levou o cartão do Bolsa Família. O rapaz teve que parar de trabalhar para cuidar das crianças e a ex-companheira levou o cartão do Bolsa Família. E aí para ele conseguir receber o Bolsa Família, porque geralmente quem fica responsável é a mulher, no cadastro. Daí para ele conseguir, e eu nem sei se agora ele conseguiu. Então assim, são coisas que deveriam ser para ontem e é muita burocracia. E aí ele queria cesta básica e ele não conseguiu”. (Anastácia, Quilombo Vó Elvira, 2025).

As informações para o CadÚnico são declaradas pela pessoa responsável pela unidade familiar, preferencialmente do sexo feminino, amparando-se na percepção de que a transferência direta de recursos à mulher favorece o seu emprego em benefício da família. O fato é que, no trecho da entrevista acima, a burocracia limita o acesso a uma necessidade emergente que ocorre no caso de o homem ter permanecido junto com a família e não dispor de acesso ao Bolsa Família por este estar no nome da ex-companheira. Seria muito leviano da minha parte reduzir a análise dessa situação, apenas a tomo como exemplo para demonstrar que particularidades são possíveis na condução ou gerenciamento desses recursos, e precisam ser consideradas.

Ainda, sobre a relação entre a comunicação pública e os modos de vida, também se apresenta a realidade do quilombo rural em estudo, a qual se mostra distinta da realidade do quilombo urbano, conforme é possível identificar no relato de outra entrevistada:

“Toda a sexta-feira, o CRAS ali onde tem acesso a assistente social, aonde faz ali o cadastro único, é destinado para o pessoal da zona rural. O que acontece, às vezes o pessoal acaba se programando, se deslocando para ir e chega lá e às vezes o sistema está fora do ar, às vezes eles acabam não entendendo que a pessoa não tem todos os documentos em mãos, porque às vezes faltou alguma informação por parte deles. Às vezes acaba ‘Ah, fulana não está aqui hoje, pode vir na outra semana?’ Isso acaba dificultando bastante o acesso porque as pessoas não têm condições nem tempo de deslocar. E quando acontecem esses empecilhos, a pessoa acaba assim ‘Ah, corri, corri, corri e sempre que eu vou lá acaba tendo uma desculpa, não vou mais’”. (Anastácia, Quilombo Vó Elvira, 2025).

Segundo a entrevistada, o atendimento para os moradores da zona rural enfrenta diversas dificuldades devido a problemas no sistema, ausência de documentos necessários e até mesmo pela indisponibilidade dos agentes públicos, levando as

peessoas, muitas vezes, a desistirem do atendimento. Sem falar que o próprio deslocamento também é um fator que precisa ser levado em conta, afinal, além da aquisição de vale-transporte como recurso financeiro, ainda existe a questão dos agendamentos, que muitas vezes não consideram os horários limitados dos transportes no meio rural: “[...] é por número de ficha e acaba não conseguindo ter ficha. Ou às vezes tem pessoas que estão desempregadas e aí querem conseguir a cesta básica, falta tal documento...” (Anastácia, *Quilombo Vó Elvira*, 2025).

“Outra coisa, agora acho que não está vindo cesta básica para a comunidade, eu consigo assim, pelo que eu ganho e meu marido, eu com a bolsa do MEC e o Bolsa Família, eu consigo me manter, sabe? E às vezes eu acabo pegando a cesta básica e a gente acaba se dividindo com outras pessoas que não tem e precisam, tipo ‘Ah, o meu filho não toma mais esse leite, pode pegar esse leite’, porque se a gente não der o nosso jeitinho assim, teriam pessoas em condições bem piores”. (Anastácia, *Quilombo Vó Elvira*, 2025).

O relato acima ainda demonstra que, apesar de toda a dificuldade vivenciada no quilombo, ainda prevalecem os laços de solidariedade, que parecem ser bastante propícios em ambientes como a zona rural, onde muitas vezes as pessoas, além de se conhecerem pela proximidade, mantêm também um convívio e incentivo para melhores condições de vida. Nesse sentido, a própria comunicação molda as relações estabelecidas na comunidade, sendo importante nas tramas culturais, como um fator-chave na preservação e transmissão da solidariedade, dos saberes e das identidades. Nas comunidades quilombolas, onde a oralidade muitas vezes desempenha um papel central, a comunicação se estabelece como um veículo essencial para a preservação de tradições, histórias e práticas culturais. Seja nas comunidades quilombolas urbanas, onde as ferramentas de comunicação contemporâneas podem desempenhar um papel significativo, ou nas rurais, onde a tradição oral persiste, a interação entre comunicação e cultura é fundamental.

“A gente traz um café ou uma vizinha chama a outra, né? Muitas vezes também. Essa dificuldade, esse vínculo, a questão do vínculo no território é algo ou tu vincula, outro não vincula de jeito nenhum, né? E eu por nascer dentro do Areal, eu sempre fomento muito isso. Eu estou a todo o momento no Areal, estou sempre conversando com as pessoas e dizendo da importância de eu estar dentro da unidade de saúde. Porque se a gente vai falar sobre a questão dos direitos, né, como é que tu vai requerer um direito do que tu não acessa aquele

lugar, aquele espaço, né? Como é que tu vai entender como é que são os fluxos se tu nunca foi lá? Então estou sempre fazendo esse trabalho de sensibilização com os moradores, numa conversa, numa ida de tarde, buscar algum documento na casa da minha irmã ou tomar um café. Eu sempre paro para conversar. Sabe, eu acho que esse essa aproximação, eu sempre digo que eu sou uma raiz dentro do meu território, mas eu tenho as minhas folhas eu tenho o meu caule, para poder fazer essa ponte, essa interlocução entre a comunidade e os lugares aonde estou”. (AS03, política de saúde de Porto Alegre, 2024).

Uma questão interessante é que a referida assistente social é também mulher quilombola, nascida e criada no Quilombo Areal da Baronesa, como percebemos quando ela diz: “[...] eu sempre digo que eu sou uma raiz dentro do meu território, mas eu tenho as minhas folhas eu tenho o meu caule, para poder fazer essa ponte, essa interlocução entre a comunidade e os lugares aonde estou”. A fala revela seu vínculo com o território, a rede de comunicação estabelecida para facilitar a mediação no acesso a serviços e políticas públicas. Reconhecer essa inter-relação é determinante para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas culturais, destacando a resiliência, a diversidade e a importância dessas comunidades no cenário sociocultural mais amplo. A seguir, apresento mais algumas considerações sobre a importância da comunicação pública como parte desta construção.

3.2 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO FERRAMENTA PARA A PARTICIPAÇÃO

“Então essa comunicação ela é assim, pelas redes sociais, pela oralidade, a gente passando os recados. Por exemplo: o horário de funcionamento do CRAS que mudou, que eles fizeram uma alteração, já avisamos todo mundo, os dias que tu podes ir lá, para acolhida coletiva e particularizada, enfim. Então assim que a gente faz. A gente vai avisando os moradores de forma individualizada”.
(Dandara, Quilombo do Areal, 2023).

A abordagem relatada no trecho de entrevista que inicia esta seção demonstra a adaptação das comunidades quilombolas às tecnologias contemporâneas, como as redes sociais, ao mesmo tempo em que valoriza e preserva a tradição da oralidade como um meio eficaz de comunicação dentro da comunidade. Sob essa perspectiva, a linguagem pode ser considerada como meio essencial para transmitir conhecimentos, influenciando

a trajetória da humanidade desde os tempos antigos até a era digital. A comunicação desempenha um papel fundamental na construção das identidades, das subjetividades e do imaginário da população, reforçando a necessidade de compreendê-la como um direito humano.

A concepção da comunicação como um direito humano é uma discussão de origem recente. As normativas e declarações que fundamentam tal direito emergiram no século XX. O artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ao afirmar que “[...] todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão”, foi um marco inicial. Nas décadas seguintes, a Unesco aprofundou essa discussão, culminando no relatório *Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação da nossa época* (Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, 1983) na década de 1970, que reconhecia a comunicação como um direito humano independente, ultrapassando a simples liberdade de expressão.

“A gente tem grupos no WhatsApp, mas geralmente o que acontece: a gente acaba se falando no dia-a-dia, passa na casa de fulana ‘Ah vai ter tal coisa’ tipo ‘vai ter vacinação para as crianças’, uma acaba avisando a outra. Porque às vezes, assim como eu te falei, o acesso aqui à internet é precário, e eu acho que aqui é mais aquela coisa mais tradicional de ir lá e falar com a pessoa. Uma vai acabar avisando a outra. Eu posso dar o exemplo de quando vieram umas cestas básicas para as comunidades quilombolas. A gente não precisava ligar para ninguém. A gente avisava uma pessoa ‘Oh, tal dia vai chegar a cesta básica’, quando vê tinha fila. E é isso que acontece. A gente se comunica por WhatsApp ou acaba ligando. Mas o que funciona assim mesmo é ‘eu vou para tal lugar, já passo lá na casa de fulano e já falo’”. (Anastácia, Quilombo Vó Elvira, 2025).

A compreensão da comunicação como um direito humano fundamental não apenas enfatiza a liberdade de expressão e o acesso à informação, mas também reforça a importância da comunicação pública.

“Sobre vacinação, sobre campanhas quando tem, nós temos a nossa agente de saúde. Em compensação, a nossa agente de saúde é muito boa, né? Ela é bem prestativa, ela tem um grupo de WhatsApp, aí ela coloca ali, quando a médica não pode estar presente também, ela coloca ali cedo a enfermeira essa parte assim, a agente de saúde faz tem um grupo de WhatsApp. É mais fácil para a gente, para não chegar até o postinho e não ter o atendimento ou não ter a vacina, né? Ela faz isso”. (Eva, Quilombo Alto do Caixão, 2025).

“Comunicação pública” também é uma expressão relativamente jovem, que carrega concepções difusas e errôneas, principalmente quando associadas com propagandas governamentais. Destaca-se que, durante o período do regime militar no Brasil (1964-1985), a comunicação pública se caracterizava pelo viés autoritário, era direcionada para a divulgação das ações governamentais da época (Matos, 1997). No entanto, com o advento da democracia, nos anos noventa, a comunicação pública insurge com novas perspectivas, relacionadas ao interesse público²². Considerando essa transição de entendimento, é elementar afirmar que comunicação pública não é sinônimo de comunicação de governo. A primeira, a comunicação pública, busca garantir que todos os membros da sociedade tenham acesso equitativo à informação, à expressão e à participação nos processos comunicacionais que dizem respeito ao interesse coletivo. Já a segunda, a comunicação de governo, está relacionada à prática instrumental dos governos em busca de legitimação da gestão estatal (Gil; Matos, 2012).

Por ser ainda muito recente em termos históricos, Weber, Coelho e Locatelli (2017) afirmam que a comunicação pública ainda está sendo construída, e a sociedade ainda está aprendendo sobre a sua participação, sobre a promoção da transparência, sobre a diversidade de vozes e a inclusão nos espaços que fortalecem os pilares democráticos de uma sociedade.

Garantir o acesso a informação da população como receptores críticos, capazes de problematizar as informações recebidas, elaborar mecanismo que permita a socialização da informação, permitir a expressão das lutas dos movimentos sociais pela concretização dos direitos requer entre outras ações a democratização da comunicação. (Cogoy et al., 2018, p. 6).

Frente a isso, compreende-se a importância da democratização da comunicação como um meio para empoderar a população, promover uma recepção crítica de informações, permitir o compartilhamento efetivo de conhecimento e garantir a expressão das lutas dos movimentos sociais. Na prática, a realidade demonstra materializar-se de maneira diferente. Quando indagada sobre o seu entendimento a

²² Conforme Figueiredo (2018, p. 27): “A ideia da Comunicação Pública como meio e meta para o desenvolvimento da democracia tem sua origem, no Brasil, no momento deflagrado, nos anos 1980, pela Frente Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação (FNLDC) que teve o auge da sua atuação durante a elaboração da Constituição Federal de 1988 (CF -88)”.

respeito do que significa comunicação pública, a assistente social respondeu da seguinte forma:

“Entendo que é tudo que chega a todos, né? Quando se fala de público é tudo o que todo mundo tem acesso. A gente fala muito da questão da transparência, só que isso não chega a ser público porque nem todas as pessoas acessam o portal da transparência. Já que a pesquisa trata sobre comunidades quilombolas, o que que nós temos hoje? temos um grupo de WhatsApp, que foi criado pelo Comitê Gestor Quilombola”. (AS02, política municipal de saúde de Pelotas, 2024).

A fala da entrevistada manifesta pouco entendimento sobre a dimensão do conceito de comunicação pública, afinal, não se trata apenas de repassar informações, tampouco de classificar um grupo de WhatsApp como única ferramenta de comunicação na relação entre cidadãos e políticas públicas. Outra assistente social também falou sobre o seu entendimento de comunicação pública:

“O que eu entendo? ... Fiquei pensando agora. Acho que é tudo que é direcionado à população como um todo. Penso que seja isso. A comunicação pode se manifestar de diversas maneiras, tipo, o que eu vejo aqui por nós. A gente recebe informações por todos os meios, celular, então a comunicação se dá por essa maneira. Eu não estou conseguindo ser mais específica, para ti, mas eu entendo que a comunicação pública pela gestão pública ela acontece por todas as maneiras. Não só por documentos oficiais como também por meios de WhatsApp. Hoje eu vejo que o WhatsApp é uma ferramenta que é utilizada direto”. (AS02, 2024).

A entrevistada revela uma compreensão de que a comunicação pública é tudo que está direcionado à população usuária e que pode ocorrer por diferentes meios, desde documentos oficiais até ferramentas digitais, como o WhatsApp. Entretanto, percebe-se sua dificuldade em definir o conceito de uma maneira mais estruturada, o que demonstra o quanto é preciso maior aproximação teórica com o tema.

Ao aproximar o conceito de comunicação pública das políticas públicas, Figueiredo (2017, p. 17) assim o define: “[...] processo de comunicação que se instaura por meio de um atendimento público qualificado, mediado por agentes públicos, inseridos nas políticas sociais, no âmbito do Estado”. Essa definição oferece uma perspectiva da comunicação pública que integra a comunicação como uma ferramenta

vital para a eficácia das políticas públicas e, conseqüentemente, para o acesso aos direitos de cidadania. É essa a compreensão que prevalece para nortear esta tese.

De acordo com Weber, Coelho e Locatelli (2017), existem desafios conceituais e práticos para o entendimento da comunicação pública como instância do debate público capaz de mobilizar a comunicação institucional do Estado, a comunicação mediática e a comunicação da sociedade nas democracias contemporâneas. Além disso, compreender a perspectiva pública da comunicação na sociedade democrática²³ pressupõe elementos como informação e participação, os quais possibilitam o entendimento, a reflexão, a argumentação, posicionamento e deliberação por parte dos sujeitos envolvidos.

A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita que a pessoa se tome sujeito de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo [...]. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos a sua cultura. (Peruzzo, 2000, p. 661).

A construção de um debate sobre a participação na comunicação desafia e coloca a importância de instigar a sociedade como um todo a participar desse processo. Propõe-se a construção coletiva do pensamento e, ao mesmo tempo, cria-se oportunidades que vão além da comunicação, perpassando a educação, a cultura e a criticidade daqueles que manifestam as suas opiniões.

[...] a ausência de informações sobre o mundo impede o reconhecimento desse mundo, restringindo o entendimento sobre o lugar ao qual pertencemos. [...] sem informação não há argumentação e sem possibilidade de criticar, argumentar, não há comunicação, sobressai a propaganda, a divulgação do poder que tenta se legitimar, portanto, não há comunicação pública. (Weber; Coelho; Locatelli, 2017, p. 28).

Os autores indicam a importância da informação para promover a comunicação pública. Na ausência de um fluxo de informações e interações vinculadas a temas de interesse coletivo, não há comunicação pública. Dessa forma, Weber, Coelho e Locatelli (2017) compreendem a comunicação pública como sendo a capacidade de fazer circular

²³ No decorrer desta tese, foi sendo construído o entendimento de que a qualidade 'democrática' de uma sociedade necessariamente precisa estar relacionada a estrutura de sua comunicação pública, pois é por meio dela que se definem os limites e possibilidades da participação política e do exercício da cidadania. Considerando isso, compreende-se que é um longo caminho a ser percorrido.

opiniões e movimentos ao redor de temas vitais ao indivíduo, à sociedade, ao Estado e à política, de maneira organizada ou espontânea.

A comunicação pública é fruto de uma mudança da sociedade e tem como objetivo a democratização da sociedade. Ela se constitui de debates sobre temas de interesse público, questões sensíveis, polêmicas, morais, vitais, políticas e econômicas (Weber; Coelho; Locatelli, 2017).

Segundo Kunsch (2012, p. 15), “O verdadeiro sentido da comunicação pública estatal é o de interesse público”. A propósito, ao situar o interesse público, Koçouski (2012) o destaca mediante o reconhecimento do direito de cidadania de ser informado/a sobre os atos dos governos/administrações.

Figueiredo (2018) destaca algumas singularidades que propiciam as condições e as estruturas necessárias para a prática da comunicação pública, a saber: 1) criação de estruturas que organizem, que armazenem e que disponibilizem os dados para os usuários; 2) recepção; 3) escuta; 4) diálogo; 5) publicidade dos serviços oferecidos; 6) campanhas de informação de interesse geral; 7) comunicação interna; e 8) valorização da política institucional. Já sobre os *princípios*, destaca-se que o I Congresso Brasileiro de Comunicação Pública elencou os “doze princípios” da comunicação pública, dentre os quais figuravam: 1) garantir o acesso amplo à informação; 2) fomentar o diálogo; 3) estimular a participação; 4) promover os direitos e a democracia; 5) combater a desinformação; 6) ouvir a sociedade; 7) focar no cidadão/ã; 8) ser inclusiva e plural; 9) tratar a comunicação como política de Estado; 10) garantir a impessoalidade; 11) pautar-se pela ética; 12) atuar com eficácia (Medeiros; Chirnev, 2021).

Conforme Cogoy e Figueiredo (2023), os princípios da comunicação pública trazem na sua essência a comunicação como um direito humano, por estar vinculada à liberdade de expressão e à participação política.

A comunicação pública se coloca num campo entre o direito à política social e o direito à comunicação. Novamente, ilustramos algumas falas de assistentes sociais, atores importantes para este processo investigativo:

“A gente vem trabalhando com educação permanente aqui na Secretaria, porque desde a pandemia, ficou muito aquele atendimento pontual e os técnicos meio que esqueceram o que era realmente essa questão de direitos, de garantias, de acesso. E ficou muito assistencialista. Então, retomando a questão da educação permanente, ‘do porquê estamos aqui, o que nós temos para

oferecer, [...] A assistência social é muito mais do que isso, então estamos passando por um processo também de requalificação dos servidores, administrativos, servidores, técnicos, todos entram e nisso é importante porque daí eles vão pensar ‘Ah, o que a gente pode trabalhar dentro de uma comunidade quilombola, dentro de uma comunidade indígena ou outra?’. Abrir as possibilidades porque se não fica só no assistencialismo”. (AS01, 2024).

A fala remete à gestão da política de assistência social do município de Pelotas. Nota-se a preocupação com a educação permanente dos servidores para a condução das atividades de maneira não assistencialista, ainda que, no período da pandemia e, mais recentemente, no período da enchente no Rio Grande do Sul, ela tenha sido necessária nas atividades de emergência para atendimento da população gaúcha. No entanto, fortalecer a concepção de direitos de cidadania, principalmente para quem recebe a demanda das expressões da questão social, é muito importante para a condução dos trabalhos.

Ainda sobre como assistentes sociais avaliam a comunicação pública e o acesso aos direitos sociais, observa-se o relato abaixo:

“Eu saí dela pensando assim, que ser mulher é difícil em qualquer... mas que para elas era mais difícil porque elas estão num ambiente fechado, aonde não tem acesso a tanta comunicação, não tem acesso aos seus direitos e são violados. [...] A gente tem um leque de direitos mas que não chegam nas comunidades. Talvez não seja nem pela falta de comunicação. E eu não consigo entender aonde tem a falha. [...] A gente não consegue fazer o que já tem daí vem uma lei nova que mudar uma vírgula do que já tem e sinceridade? Eu já pensei muito nisso: porque que muitas das mulheres quilombolas ainda sofrem violência doméstica, por exemplo, elas têm entendimento do que está acontecendo, mas o que elas vão fazer? Uma delegacia? É aqui no centro. Uma casa de acolhida? É aqui no centro. E o território delas, é lá. A casa delas, é lá. Isso é um dos exemplos que eu vejo, mas é isso: a gente vai lá e vai dizer para essa mulher: ‘tu tens que denunciar’ e o que a gente vai ofertar para ela?”. (AS02, política de saúde de Pelotas, 2024).

Pode-se visualizar no argumento acima que o discurso da assistente social, tomando por base o referencial de van Dijk, transcende uma mera constatação de acesso aos direitos. Ele vai além e denuncia a falta de políticas públicas eficazes e questiona o aparato estatal no que se refere às mulheres quilombolas, tomando como referência a realidade dos quilombos rurais. O relato evidencia que a questão não está na existência de direitos, mas na forma como eles são operacionalizados dentro de uma lógica

excludente. Nesse caso, a solução deveria passar por mudanças estruturais que venham a garantir o acesso às políticas públicas nos territórios, principalmente no que se refere às políticas de proteção às mulheres quilombolas.

Por outro lado, através da experiência de atendimento da política de assistência social destinada ao quilombo urbano Areal da Baronesa, é possível identificar a comunicação pública com as/os usuárias/os do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da seguinte maneira:

“Se a gente for pensar na questão interna, né, no atendimento específico, eu te digo que sim, que gente tem comunicação com a comunidade, com as famílias que a gente atende, embora todo esse caos que a gente viveu da calamidade, a gente manteve o acesso através das acolhidas coletivas com a população e aonde a gente tem muita informação”. (AS04, política de assistência social de Porto Alegre, 2025).

A fala demonstra a efetiva comunicação que é realizada com a comunidade atendida pelo CRAS, destaca as redes de apoio no acesso à informação e passa a ideia de um trabalho continuado, ainda que em tempos de calamidade, como foi o ano de 2024. Para além disso, outro aspecto que pareceu muito interessante foi o cuidado com os materiais produzidos para os convites aos serviços prestados pelo CRAS:

“[...] a gente, por exemplo, tem um grupo de Whats do serviço, onde inclui os idosos do quilombo. É um serviço que não é específico do quilombo. Já existiu lá dentro um serviço de convivência idosos. Mas quando a gente inaugura a sede do CRAS, ele vai para dentro do CRAS e ele é ampliado para a comunidade do centro. Mas assim os nossos cards, a gente trabalha muito isso com os estagiários, que tem uma estagiário que participa também do serviço na execução, de estar divulgando [...] os encontros mensais, os passeios, tudo. A gente além de falar pra eles, no dia do encontro, a gente envia no card, no Whats, no grupo que a gente tem com eles”. (AS04, 2025).

A assistente social disponibilizou um desses cards, conforme a Figura:

Figura 10. Card de convite para atividades do CRAS



Fonte: Criado e disponibilizado para esta autora pelo CRAS Centro, de Porto Alegre (2024).

A respeito do que comunicar através do card, a entrevistada responde:

“[...] na organização do card sempre tem a questão da cor, da raça e, nos bonecos, se trabalha a diversidade de gênero também, porque a gente também tem um grupo que se trabalha a questão da diversidade, trabalha a questão da mobilidade, da deficiência. Então, os cards são sempre com a diversidade trabalhando em si. É muito legal assim, porque daí eles se enxergam, né? Nesse, nesse lugar, nesse espaço. E a participação, a gente percebe esse resultado, esse retorno deles. Tanto que eles às vezes olham e dizem ‘Ah, esse aqui sou eu, esse aqui é o fulano’, começam a se identificar nessa divulgação, né? Então isso é bem legal assim”. (AS04, 2025).

Dessa forma, a comunicação pública possui muitas possibilidades de atuação numa sociedade que se entende como democrática. Com isso, cabe pensar sobre a relação entre comunicação pública e a defesa da cidadania, o que envolve a interação com a sociedade por meio da abertura de canais de diálogo em torno de questões problemáticas, para ouvir o que a população tem a dizer. Um exemplo disso é o Comitê Gestor Quilombola, conforme a fala a seguir:

“Comunicação pública, bom, aí eu vejo uma importância do comitê. Por quê? Porque o comitê tem permitido esta visibilidade das comunidades. Mesmo que não seja algo constante, forte, mas volta e meia teve uma notícia do comitê no jornal ‘Olha, comitê, se reuniu e tratou de tal tema’, ‘Ah uma notícia sobre o PA e o comitê falando da importância’. O próprio decreto do comitê, ganhou a visibilidade no jornal. O início do comitê, o primeiro mês do comitê propiciou

audiência pública na Câmara de vereadores. Ou seja, nesse sentido, então, o comitê ser um instrumento também de comunicar os próprios quilombolas e as próprias comunidades dizendo ‘Olha, nós estamos aqui, nós existimos. Os nossos problemas são esses e nós estamos querendo encontrar a resolução para estes problemas’. Então, nesse sentido, o comitê ele foi e é uma ferramenta de comunicação”. (INF03, 2025).

A fala do entrevistado revela a importância do protagonismo das comunidades quilombolas na resolução dos seus problemas, demonstrando o quanto o Comitê Gestor Quilombola consiste numa ferramenta de autonomia e busca por acesso aos direitos de cidadania, na construção da luta antirracista.

3.3 COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ANTIRRACISTA²⁴

“Em termos de movimento negro e no movimento de mulheres se fala muito em ser o sujeito da própria história; nesse sentido eu sou mais lacaniana, vamos ser os sujeitos do nosso próprio discurso. O resto vem por acréscimo”.

(Lélia Gonzalez, 2020)

A comunicação tem cor. Esta afirmação provoca e denuncia: os fluxos comunicacionais, as estruturas midiáticas e os regimes de visibilidade que compõem a esfera pública brasileira são atravessados por relações de poder racializadas. Ao longo da história nacional, os meios de comunicação não foram apenas reprodutores de conteúdos neutros ou técnicos, mas atuaram ativamente na manutenção de hierarquias sociais, de estigmas e da exclusão simbólica de amplos segmentos da população – especialmente da população negra. Nesse sentido, refletir sobre comunicação exige reconhecer que há diferentes tradições, epistemologias e práticas comunicacionais em disputa, muitas das quais foram sistematicamente marginalizadas ou invisibilizadas.

Dentre essas tradições, destaca-se a imprensa negra, cujas origens remontam ao século XIX, quando sujeitos negros livres começaram a criar seus próprios espaços discursivos como forma de resistência à opressão racial. Em 1833, Francisco de Paula Brito fundou o jornal *O Homem de Côr*, no Rio de Janeiro, considerado o primeiro

²⁴ Originalmente, esse material foi utilizado em Cogoy, Grossi e Oliveira (2023). No entanto, diante da relevância contínua do assunto, optei por incorporar parte do conteúdo nesta obra, mantendo a consistência e a atualidade das informações.

periódico brasileiro a ter como missão central o combate à discriminação racial e a defesa da cidadania da população negra. Décadas depois, jornais como *O Progresso* e *A Pátria – Órgão dos Homens de Côr* continuaram essa trajetória, promovendo debates sobre direitos, trabalho, educação e território a partir de uma perspectiva negra (Brasil, 2023a). Tais iniciativas evidenciam que os sujeitos negros sempre produziram comunicação – ainda que fora dos aparatos institucionais e comerciais – e que essas produções comunicacionais constituem um legado fundamental de crítica, mobilização e construção coletiva.

A imprensa negra, portanto, antecede e tensiona as definições mais restritas de comunicação pública, ao operar como um instrumento de democratização da palavra, de representação contra-hegemônica e de construção de redes sociais e políticas entre sujeitos subalternizados. Sua atuação se insere no campo mais amplo da comunicação popular e alternativa, cujo compromisso ético e político reside em dar visibilidade a vozes historicamente silenciadas, inclusive quando isso ocorre em oposição direta à mídia tradicional.

A emergência da internet e das plataformas digitais ampliou as possibilidades de ação comunicacional para coletivos negros, periféricos e quilombolas, permitindo novas formas de expressão, articulação política e circulação de saberes. No entanto, os dispositivos de exclusão simbólica não foram superados; eles apenas se reconfiguram em novas arquiteturas tecnológicas e discursivas. Assim, a compreensão crítica da comunicação, hoje, demanda instrumentos teóricos capazes de desvelar as estruturas linguísticas e ideológicas que operam na naturalização das desigualdades.

Nesse sentido, a análise crítica do discurso (ACD), especialmente nos estudos de Teun A. van Dijk, oferece ferramentas analíticas centrais para compreender como o racismo é reproduzido e legitimado nos meios de comunicação. Ao reconhecer o papel do discurso na produção e manutenção das relações de poder, van Dijk propõe uma abordagem que não apenas interpreta os textos, mas que os insere em contextos sociais mais amplos, revelando os mecanismos sutis de exclusão que atuam sob a aparência de neutralidade comunicacional. Sua perspectiva crítica permite evidenciar que, para além das estruturas institucionais, o racismo também se reproduz cotidianamente nos modos de dizer, de nomear e de silenciar.

Desde a década de 1980, Teun van Dijk adota uma perspectiva crítica sobre a linguagem e o discurso, abordando temas como racismo e sua manifestação em

discursos midiáticos. Além disso, contribuiu significativamente para os estudos do discurso por meio de diversas produções teóricas sobre ideologia, conhecimento e contexto. Uma de suas obras mais recentes, *Discurso antirracista no Brasil: da abolição às ações afirmativas*, apresenta uma análise histórica que contribui de maneira relevante para o campo do Serviço Social, oferecendo reflexões sobre as dinâmicas do racismo e as políticas de ação afirmativa no país.

Conforme van Dijk (2021), obviamente, o antirracismo pressupõe o racismo. De acordo com o autor, o racismo consiste num sistema e prática social que se utiliza do abuso de poder ou da dominação, tomando como base qualquer diferença “racial”/étnica, real ou imaginária, entre grupos ou povos dominantes e dominados. As diferenças vão para além das questões étnico-raciais, incluindo hierarquias sociais, clivagens de classe e de sexo/gênero. Interessante notar que, na perspectiva do autor, o racismo no Brasil, apesar de ser predominantemente contra pessoas de ascendência africana, também ocorre contra povos originários, pobres, mulheres, grupos LGBTQIA+, nordestinos, comunidades periféricas e ribeirinhas. Frente a essas questões, “[...] o discurso é uma interface entre as práticas sociopolíticas e as representações sociocognitivas do sistema de racismo” (van Dijk, 2021, p. 10).

Para tanto, torna-se necessária a compreensão de que a noção de antirracismo “[...] requer análise em termos de oposição, dissidência, luta e outras noções em torno da *resistência* contra qualquer aspecto do sistema de racismo” (van Dijk, 2021, p. 10). A análise da resistência antirracista pode ocorrer através de dois níveis: como prática sociopolítica antirracista (preconceitos racistas compartilhados socialmente) por um lado e, por outro, como cognição pessoal e social antirracista (modelos mentais de experiências). Assim como o racismo não é inato, o antirracismo também não é, eles são aprendidos.

Segundo van Dijk (2021), o referencial teórico para análise do discurso antirracista possui uma estrutura triangular: estruturas sociopolíticas com estruturas de discurso, estruturas sociocognitivas e estruturas históricas. Conceitualmente, compreende-se por antirracismo “[...] um modo de resistência contra formas de abuso de poder étnico-racial e de violações dos direitos humanos de pessoas racializadas como não brancas” (van Dijk, 2021, p. 22).

Diferentemente do racismo, o autor compreende que o antirracismo não consiste num sistema, mas, sim, num movimento social, histórico e global que não se trata

apenas de um movimento de resistência, mas também de solidariedade, e explica: “O antirracismo vai além da luta contra o racismo, mesmo que este seja seu primeiro objetivo permanente. Não é apenas contra o abuso de poder, mas também em favor de uma sociedade democrática, livre de racismo e que respeite os direitos humanos e sociais” (van Dijk, 2021, p. 24).

A teoria sobre antirracismo aponta que é necessária uma transformação sociopolítica para que tantas formas de injustiça e desigualdade étnico-racial possam ser superadas, a favor de uma sociedade democrática sem racismo. Em termos práticos, atitudes antirracistas pressupõem conhecimento das atitudes racistas (van Dijk, 2021).

[...] as atitudes e ideologias racistas implícitas às práticas racistas não são inatas, mas adquiridas socialmente, e que essa aquisição é amplamente discursiva, ou seja, baseada em muitos discursos da mídia, livros didáticos, histórias infantis, debates políticos e propaganda, legislação, políticas e debates acadêmicos. (van Dijk, 2021, p. 38).

As reflexões apontadas pelo autor conduzem ao entendimento de que o desenvolvimento do racismo ocorre de cima para baixo, ou seja, é pré-formulado pelas elites e pelos discursos que elas controlam, que, ao serem seguidos, são reproduzidos e adaptados para os discursos e práticas cotidianas da população em geral.

“Nós temos um colega que é quilombola e ele esteve como servidor também e várias vezes ele foi discriminado no ambiente de trabalho, quando ele falava alguma coisa assim, não era levado em consideração. Ele fez bastante, ele estava na gestão aqui na Secretaria. Em seguida quiseram tirar ele da gestão e mandaram ele para um CRAS. E daí a gente já viu assim, ele tinha formação de ensino superior e colocaram ele para fazer uma horta. Ele aceitou de forma submissa, sempre agradecendo sempre de forma gentil. Sem se dar conta do que era”. (AS01, política de assistência social de Pelotas, 2024).

Esse argumento apresentado pela entrevistada evidencia desafios enfrentados por indivíduos quilombolas no ambiente de trabalho, incluindo discriminação, subvalorização de habilidades. Urge, nesse sentido, a necessidade de abordar e combater práticas discriminatórias em ambientes profissionais, promovendo igualdade e respeito à diversidade, através do antirracismo.

Nessa perspectiva, van Dijk (2021) afirma que o antirracismo também pode ser definido e pré-formulado por intelectuais antirracistas que têm acesso ao discurso público, como líderes políticos, jornalistas, docentes e líderes religiosos. Infelizmente,

são estes que têm o privilégio do acesso à propagação do discurso público, e não as pessoas que são duramente afetadas pelas consequências do racismo. As práticas antirracistas devem ter, como ideia básica, o valor da igualdade social dos seres humanos e a resistência contra qualquer prática social ou política que viole esse princípio. Uma noção muito importante é que qualquer discurso antirracista precisa tomar como base o contexto sociopolítico da época a que se refere.

“E quem poderia fazer isso ou estimular isso, que seria a própria escola, tu também já és conhecedora, que não é um espaço que tem promovido, um enfrentamento, não tem muitas vezes nem colocado em questão a discussão do racismo e realmente gerar o comportamento antirracista. Tá longe disso, né? E na área urbana também nos últimos anos aqui do poder público, não vi também nada no sentido de algo que realmente fosse antirracista”. (INF03, 2025, grifo meu).

Esse entrevistado destaca a omissão da escola no enfrentamento do racismo, apontando que, embora esse devesse ser um espaço privilegiado para promover práticas e discursos antirracistas, isso raramente ocorre. Segundo ele, o ambiente escolar, em muitos casos, sequer problematiza o racismo de forma efetiva, tampouco estimula a construção de comportamentos antirracistas entre estudantes e educadores. Além disso, observa que, mesmo na área urbana, as ações do poder público nos últimos anos têm sido marcadas por uma ausência de iniciativas concretas voltadas à promoção da equidade racial. Essa percepção dialoga com a análise de Van Dijk (2021), para quem o racismo contemporâneo não é apenas exercido por ações explícitas de violência ou exclusão, mas é, sobretudo, reproduzido por meio do discurso. Embora, segundo o autor, a noção de racismo nem sempre seja imediatamente associada à linguagem, é justamente na fala e na escrita que se perpetuam ideologias racistas, muitas vezes naturalizadas no cotidiano institucional. Assim, a negligência da escola em promover uma postura ativa e crítica diante do racismo pode ser compreendida como uma forma de reprodução simbólica da hegemonia racial, que silencia as vozes subalternizadas e reforça estruturas de exclusão.

3.4 A POLÍTICA DO “PÉ NO BARRO” E A PROPOSIÇÃO DE UMA COMUNICAÇÃO PÚBLICA PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

“O que eu acho que é importante também, é quando eu trago para as equipes, olha só, a gente tem que ir para território, senão a gente vai ficar enxugando o gelo aqui dentro da unidade, a gente vai estar só gerando números, mas que números, que dados são esses? A gente tem que ir lá na ponta, ver aonde é que estão esses dados, não é? Eu brinco da **política do Pé no Barro**, eu sou Pé no Barro. Eu não posso ficar aqui no consultório esperando, vir a demanda, eu vou atrás dessa demanda para entender, para conversar o porquê que as pessoas não estão vindo, qual é a dificuldade? O que é interessante para essas pessoas que às vezes também foge muito da realidade que a gente vive dentro do território”.

(AS03, política de saúde de Porto Alegre, 2024, grifo meu)

Faço parte de uma geração que estudou, na formação em Serviço Social, sobre desenvolvimento de comunidade, trabalho e organização comunitária. Em meados da década de noventa, ainda existiam resquícios de uma formação e trabalho profissional de defesa de uma práxis comprometida com a transformação das condições de vida da classe trabalhadora a partir da aproximação mais direta com as comunidades, ou, como disse uma das assistentes sociais entrevistadas, “com o pé no barro”. Influenciado pela pedagogia libertadora de Paulo Freire e pelas categorias da tradição marxista, o Serviço Social passou a conceber a intervenção comunitária como espaço de fortalecimento da consciência de classe, da organização popular e da luta por direitos coletivos.

Ao longo do tempo e das transformações sociais, tanto a formação quanto o trabalho profissional em Serviço Social passaram a dedicar-se mais ao trabalho junto a indivíduos e grupos, reduzindo a inserção do/a profissional junto às comunidades. Ademais, as próprias condições materiais levaram a uma institucionalização crescente do trabalho, enfatizando ações que pressupõem o deslocamento das/os usuárias/os aos serviços, em detrimento das práticas de mobilização e atuação comunitária. Uma das entrevistadas, parte do grupo de informantes-chave, menciona uma experiência com uma assistente social:

“[...] eu ia muito na comunidade, aí tinham assistentes sociais que trabalhavam na prefeitura, que elas eram por contratos e cargo de confiança, então ia trocando. A a primeira que eu trabalhei assim, eu convidei ela para ir até a comunidade porque eu vi que as famílias não tinham, não estavam nem no CadÚnico e ela ficou furiosa. Eu lembro que eu fui no carro com ela, ela discutindo, batendo boca comigo: ‘Por que eles não vão lá procurar?’ Eu disse:

‘porque eles não têm nem como ir, eles nem sabem que tem direito’. E aí botei ela no carro, levei ela para fazer o cadastramento das famílias e ela furiosa porque não eram todas. Quem era cadastrada, era quem tinha condições de chegar na cidade. E aí foram abrindo portas para algumas políticas. As políticas também foram surgindo, né? E a gente foi enquadrando as famílias nessas políticas”. (INF04, 2025).

O relato evidencia as barreiras estruturais e institucionais que historicamente limitam o acesso das comunidades quilombolas aos direitos sociais. A ideia de que cabe exclusivamente aos indivíduos "procurar" o Estado reflete uma lógica tecnocrática e excludente, que ignora os efeitos da desigualdade territorial, da desinformação e do racismo institucional na efetivação da cidadania. Esse episódio também revela que a efetivação de direitos sociais requer não apenas estrutura legal e normativa, mas vontade política e sensibilidade social por parte dos agentes públicos. A mediação entre o Estado e os grupos quilombolas – realizada por pessoas que conhecem as demandas locais, como, no caso, a Emater – é fundamental para romper o ciclo de exclusão e promover uma articulação entre as comunidades quilombolas e a proteção social. Um outro destaque a ser feito, a partir da política do pé no barro, é a necessidade de entender que:

“[...] as pessoas, elas só têm um direito alcançado, quando elas sabem que têm, que aquilo é um direito e que elas recebem aquilo, então muitas vezes existem, principalmente as comunidades quilombolas são muito isoladas e elas não têm como saber o que é direito delas ou elas não sabem. Algumas, parece loucura, mas não têm sinal telefônico, mal tem sinal de televisão, ele só tem a rádio e muitas coisas eles nem ouviram falar. Então, quando eles não ouvem falar, eles têm acesso nada, bem poucos direitos, né?”. (INF04, 2025).

A partir desse relato, evidencia-se o quanto a garantia de direitos passa não apenas pela formulação de políticas públicas, mas pela criação de mecanismos de comunicação, escuta e presença efetiva do Estado nos territórios tradicionais. E isso pressupõe o estar presente nas comunidades e estabelecimento de vínculos.

“Eu acho que, mas tem que estar presente lá, né, na vida, porque assim, no geral, os agricultores familiares, né? Mas como eu disse essa mulher que é só espiava enquanto ela não sentiu que eu tinha um vínculo ali, né? Eu estava ali junto com a comunidade, então ela não abriu as portas para mim, né? Então, quando eles sentem confiança, aí tu consegue ir longe, porque tu está dentro da vida deles. Olha, vamos fazer isso, quem sabe fazer aquilo, tu quer acessar

aquilo, né? E aí tu vai conseguindo envolver eles. E aí é uma relação de troca, porque eu tenho um compromisso. Ele senta que eu tenho um compromisso com eles e eles se comprometem comigo”. (INF04, 2025).

O conhecimento sobre os modos de vida e o fortalecimento de vínculos com vistas à emancipação das pessoas, requerem essa proximidade com o território, o estar presente junto a essas comunidades na construção de um trabalho que promova a transformação dessas realidades, e isso passa pela comunicação estabelecida nesses espaços.

“Quando eu falo comunicação direta é no sentido do governo enquanto emissor, utilizando as ferramentas possíveis de mensagens, fazer chegar essa mensagem diretamente para as comunidades. E aí, enfim, os veículos tradicionais e as novas possibilidades que nós temos agora, através da internet. Mas é claro também que aí sempre há a questão de quem, das possibilidades de ter acesso a estas formas de comunicação por parte então dos quilombolas que vão receber essas mensagens. Hoje já é um pouco diferente do que era algum tempo atrás. Antes não se tinha a luz, se passa a ter luz. Não se tinha televisão, se passa a ter televisão. Rádio sempre se teve, né? A internet não se tinha, agora é uma presença. E aí, então o WhatsApp, Facebook, Instagram já é um também uma realidade hoje para a maioria dos quilombolas, né? Eles fazem uso dessas ferramentas. Como fazem uma outra questão é, mas eles já têm acesso ali com a possibilidade que o telefone celular possibilita. Geralmente, sempre pelo telefone celular, não é? Bom, fora isso, me parece que é um dos papéis também da própria extensão rural, né? Porque a Extensão rural ela também tu podes trabalhar ela como um sinônimo de uma atividade de comunicação, né? E aí é o clássico Paulo Freire. A própria extensão, na verdade, seria comunicação e esta relação comunicativa, dialógica com o público atendido, não é? Então o governo ele constrói, né? E seja a nível municipal, estadual ou federal, cada um a sua maneira lançam as suas peças comunicativas, né? Mas daí eu vejo então como uma obrigação, da extensão rural fazer essas políticas públicas chegarem. Ou fazer chegar a informação dessas políticas públicas pra maioria das pessoas que a gente conseguir atingir lá no rural, né? Então eu vejo aí que o nosso trabalho, justamente quando há uma política pública de fazendo com que a maioria então dos quilombolas ou se não todos, fazer com que eles passem a ter o conhecimento da sua existência”. (INF03, 2025).

O relato do entrevistado destaca a importância da comunicação direta do Estado com as comunidades quilombolas, apontando para a necessidade de utilizar diferentes meios – tradicionais e digitais – para garantir que informações sobre políticas públicas cheguem efetivamente a seus destinatários. Embora reconheça avanços recentes no acesso a tecnologias como internet e redes sociais, ele observa que o simples acesso não

assegura, por si só, a compreensão ou apropriação crítica dessas informações. Essa visão amplia a noção de comunicação pública, vinculando-a à efetivação da cidadania para segmentos historicamente marginalizados. Além disso, também alerta para o conhecimento da dinâmica das comunidades quilombolas, como, por exemplo, épocas de safra nas realidades rurais:

“As reuniões são importantes, mas é claro, também não é a todo o momento para qualquer coisa que se marca uma reunião, até mesmo também tendo em vista qual o período do ano para se fazer essa reunião e isso para as famílias quilombolas é importantíssimo, não é? Já fazendo um parêntese, as famílias todas agora elas estão no fim de um ciclo onde elas mais colocam o dinheiro no bolso, não é? Marcar reunião com famílias quilombolas no mês de dezembro, janeiro, fevereiro é fazer com que muitas delas não possam ir, ou quem for vai perder um dia de trabalho e um dia de trabalho é significativo, né? Ou seja, é um dia menos de dinheiro que vai entrar para o bolso das famílias, né? Isso às vezes também tu tem levar em consideração.[...] e a importância também da organização de cada quilombo [...] as comunidades também precisam trabalhar, em todos os sentidos, a sua autonomia. [...] esses espaços online ou em outros espaços, isso é importantíssimo. [...] estarem ativas e participando de vários outros espaços, porque as informações também chegam, né? Em vários locais, então o importante aí também não a própria comunidade participe desses outros espaços e a própria comunidade também tem os seus instrumentos internos de comunicação. Porque seja que política pública for, é importante que o próprio quilombo também esteja preparado para fazer a sua comunicação interna. Por quê? Porque eles também precisam ter a autonomia deles, por exemplo, de ter o seu próprio grupo de WhatsApp [...] Toda a política pública que chega eu pelo menos, imediatamente contato com as lideranças. E aí também as lideranças, achando importante ou não, elas também vão ter lá os seus, as suas formas de se comunicar dentro do quilombo, elas também podem chamar uma reunião, né? É se acharem importante, que deve reunir fisicamente. [...] E um dos papéis da extensão rural é esse, né? É em primeiro lugar fazer chegar para as pessoas o que há o que está disponível para elas acessarem”. (INF03, 2025).

O informante-chave 03 ainda deixa o recado referente ao objetivo do seu trabalho:

“[...] vou sempre dizer para eles: ‘olha eu vou considerar que o meu trabalho, com vocês está sendo importante e frutífero, quanto menos vocês precisarem de mim para alguma coisa. Então quanto menos vocês passarem a precisar de mim, eu vou ficar mais contente e feliz comigo mesmo e com meu trabalho, tá?’. Então eu acredito que esse aí é o grande ganho, um dos grandes ganhos do comitê. Porque no início era isso, a Emater ela era um elemento fundamental. Então, [nome preservado] marca isso. [nome preservado] tal coisa’. E hoje já

não precisamos mais da Emater. A Emater pode até ser retirar do comitê que ele continua funcionando, né? Então isso para mim é uma coisa muito legal, E um sinal de que o trabalho da extensão foi bem feito”. (INF03, 2025).

A fala evidencia uma concepção crítica e emancipatória da extensão rural, na qual o sucesso do trabalho extensionista é mensurado não pela manutenção da dependência das comunidades quilombolas atendidas, mas pela construção progressiva de sua autonomia. Ao afirmar que se sentirá realizado à medida que os participantes do CGQ deixarem de necessitar de sua atuação direta, o entrevistado expressa uma perspectiva que valoriza o empoderamento coletivo e a autogestão. Nesse sentido, a Emater, inicialmente figura central no processo organizativo, cumpre um papel de mediação e estímulo à ação coletiva, até que o grupo alcance um nível de maturidade organizacional capaz de sustentar sua dinâmica de forma independente. Esse relato traduz um dos princípios fundamentais da extensão rural transformadora: a formação de sujeitos autônomos, críticos e protagonistas de seus próprios processos de desenvolvimento.

4 CONCLUSÕES

A presente tese teve como propósito desvendar as experiências interseccionais vivenciadas por mulheres negras quilombolas, marcadas por múltiplas dimensões de opressão e resistência nos desafios enfrentados no âmbito da proteção social e nas dinâmicas da comunicação pública. A abordagem adotada, de natureza crítica, interseccional e cultural, procurou transcender a mera identificação de lacunas institucionais, enfatizando as interações entre raça, gênero, classe, geração, território e cultura que moldam, de forma indissociável, essas realidades.

Frente a esse quadro analítico, o estudo partiu de uma inquietação central: como ocorre a comunicação e o acesso à proteção social entre as mulheres quilombolas no interior de Pelotas/RS e na capital do estado, Porto Alegre/RS? A investigação respondeu a quatro questões norteadoras: 1) De que forma a comunicação pública tem garantido o acesso às informações relacionadas à proteção social para as mulheres quilombolas em Pelotas e Porto Alegre? 2) Quais são os principais canais de diálogo utilizados pelos equipamentos públicos que executam a proteção social nesses municípios? 3) A comunicação pública destinada às mulheres quilombolas leva em consideração as realidades socioculturais dessas comunidades? 4) Como os assistentes sociais que atuam nos sistemas de proteção social avaliam a comunicação pública e o acesso aos direitos sociais das mulheres quilombolas?

Para enfrentar essas questões, adotou-se uma abordagem qualitativa, sustentada pela análise crítica do discurso, com base nos aportes teóricos de Teun A. van Dijk. A pesquisa foi conduzida com mulheres quilombolas, assistentes sociais da rede de proteção social e informantes-chave envolvidos com políticas públicas voltadas a comunidades quilombolas. O objetivo geral consistiu em analisar os processos comunicativos e a proteção social dentro de territórios quilombolas do estado do Rio Grande do Sul, buscando compreender as ações voltadas a esse segmento vulnerabilizado, a partir da perspectiva das próprias mulheres quilombolas e dos profissionais envolvidos.

A compreensão das experiências dessas mulheres exigiu uma contextualização histórica que reconhecesse a herança escravocrata ainda presente nas estruturas sociais e institucionais brasileiras. Essa herança manifesta-se nas desigualdades persistentes, nos mecanismos de exclusão e nas representações sociais que continuam a marginalizar

sujeitos negros, especialmente mulheres quilombolas. As marcas deixadas por esse passado estruturam as vivências atuais, contribuindo para a invisibilização e vulnerabilização desses grupos.

Mesmo sem ocuparem, formalmente, posições de liderança, as mulheres negras quilombolas exercem papéis centrais na organização comunitária. A partir da análise crítica do discurso, foi possível identificar como as estratégias discursivas operam na reprodução e na contestação das hierarquias de poder. As narrativas revelaram uma configuração complexa de lideranças e responsabilidades, marcada por tensões de gênero e dinâmicas socioculturais específicas. Nesse cenário, o discurso não apenas reflete as desigualdades, mas também as sustenta, sendo, portanto, um campo estratégico para a disputa de sentidos e a transformação social.

No que tange à proteção social, a pesquisa evidenciou a insuficiência de políticas públicas voltadas às especificidades das comunidades quilombolas, sobretudo nas zonas rurais. As ações estatais, em geral, adotam abordagens reativas e homogêneas, negligenciando as dimensões culturais, territoriais e de gênero que caracterizam essas populações. A interseccionalidade revelou-se essencial para compreender as múltiplas formas de vulnerabilidade enfrentadas pelas mulheres negras quilombolas, cujas demandas exigem respostas integradas, preventivas e sensíveis à realidade local.

A comunicação pública, por sua vez, mostrou-se como um campo estratégico de análise e ação. Nos territórios quilombolas, os processos comunicativos extrapolam a lógica informacional e incorporam elementos da oralidade, da ancestralidade e das práticas culturais locais. O uso do WhatsApp, por exemplo, evidencia a articulação entre práticas tradicionais e tecnologias contemporâneas. No entanto, persistem barreiras estruturais – como desigualdades geracionais e baixo acesso digital – que comprometem o pleno exercício do direito à comunicação e, por consequência, o acesso à proteção social.

A comunicação pública, nesse contexto, deve ser compreendida como um direito de cidadania, ancorado nos princípios da participação, da escuta qualificada, da autonomia e da equidade. Isso implica considerar as realidades socioculturais, históricas e territoriais das comunidades quilombolas na formulação de estratégias comunicacionais.

Com base nos achados empíricos e teóricos, a pesquisa propõe o desenvolvimento da política pública "Pé no Barro" a partir de oito eixos estruturantes,

que buscam articular a comunicação pública e a proteção social às realidades quilombolas:

1. Criação de estruturas que organizem, armazenem e disponibilizem dados para os/as usuários/as: respeitando as especificidades culturais e territoriais, essas estruturas devem garantir o protagonismo das próprias comunidades na gestão das informações, utilizando meios acessíveis como rádios comunitárias, materiais impressos e, quando possível, plataformas digitais, sempre em linguagem adequada ao contexto local e atentas ao letramento racial crítico.
2. Recepção: o acolhimento deve considerar as especificidades culturais e territoriais de cada comunidade, evitando abordagens homogêneas e padronizadas.
3. Escuta: valorização de processos de escuta qualificada nas comunidades quilombolas, garantindo espaços onde lideranças e moradores possam expressar suas demandas, experiências e saberes. A escuta deve ocorrer de forma presencial e respeitosa, mediada por agentes preparados para compreender os contextos culturais e históricos locais.
4. Diálogo: deve ser construído com base no respeito mútuo, fortalecendo a participação ativa das comunidades na formulação, implementação e avaliação de ações e políticas públicas que as envolvam diretamente.
5. Publicidade dos serviços oferecidos: é essencial que a informação circule de forma acessível dentro do território, respeitando as formas próprias de comunicação e garantindo que todas as famílias saibam quando e como acessar os atendimentos disponíveis.
6. Campanhas de informação de interesse geral: devem abordar temas de interesse das comunidades quilombolas, como saúde, direitos, combate ao racismo, educação e produção rural, utilizando linguagens e canais apropriados ao território. As campanhas devem ser construídas com a participação das lideranças locais e articuladas às formas tradicionais de comunicação e aprendizagem.
7. Comunicação interna: deve valorizar os meios já utilizados pelas comunidades, como reuniões, grupos de WhatsApp, rádios locais e redes de liderança. Uma comunicação interna fortalecida contribui para a mobilização

comunitária, a partilha de informações e o fortalecimento da organização coletiva.

8. Valorização da política institucional: é necessário garantir os direitos das comunidades quilombolas, assegurando o reconhecimento e a escuta de suas demandas nos espaços de participação e decisão. Os órgãos públicos devem respeitar as pautas e formas de organização das comunidades, promovendo o diálogo e a atuação conjunta com suas lideranças.

Para que esses eixos se consolidem de forma efetiva, é necessário que a política “Pé no Barro” esteja atenta à implementação de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas, considerando as especificidades territoriais e as realidades locais. As ações devem ser orientadas por um diagnóstico participativo, escuta ativa, intersetorialidade e flexibilidade na execução. No campo da gestão, destaca-se a importância de definir metodologias sensíveis ao contexto quilombola, estabelecer protocolos adequados e garantir mecanismos contínuos de acompanhamento e devolutiva para as comunidades.

O estudo evidenciou que as mulheres negras quilombolas têm ocupado posições estratégicas como lideranças, cuidadoras, produtoras de conhecimento e articuladoras políticas. Contudo, suas vozes permanecem frequentemente invisibilizadas nos espaços institucionais e nos processos de gestão pública. Reconhecer suas experiências implica adotar uma perspectiva interseccional que valorize os saberes produzidos nas lutas cotidianas por terra, saúde, educação, direitos reprodutivos e dignidade.

Por fim, a **tese da tese** sustenta que, no contexto das mulheres negras quilombolas, a comunicação pública e a proteção social apenas poderão cumprir seu papel emancipador se forem construídas a partir dos modos de vida, das práticas culturais, das territorialidades e das experiências históricas dessas comunidades. Quando desconsideradas tais singularidades – nos contextos urbanos ou rurais –, a desproteção social opera como expressão concreta do racismo estrutural enraizado na sociedade brasileira. É imprescindível, portanto, que os serviços públicos estejam comprometidos com a qualificação dos atendimentos, alinhados aos novos tempos, mas sem descolar-se da história e da realidade de cada território. Assim se constrói uma política pública, centrada no reconhecimento e na valorização dos sujeitos quilombolas.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Izabel. **Racismo, privilégio branco e antirracismo**: para pensar sobre racismo, é também necessário olhar criticamente para o privilégio branco. 13 ago. 2021. Disponível em: <https://bemditojor.com/racismo-privilegio-branco-e-antirracismo/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

AGUIAR, Clara; REINHOLZ, Fabiana. Quilombo da Família Silva: "Antes a gente não tinha direito, toda hora queriam nos tirar daqui". **Brasil de Fato**, 31 dez. 2022a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/31/quilombo-da-familia-silva-antes-a-gente-nao-tinha-direito-toda-hora-queriam-nos-tirar-daqui/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

AGUIAR, Clara; REINHOLZ, Fabiana. Quilombo Areal da Baronesa: conheça a história do berço do samba na capital gaúcha. **Brasil de Fato**, 30 nov. 2022b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/30/quilombo-areal-da-baronesa-conheca-a-historia-do-berco-do-samba-na-capital-gaucha>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ALBINO, Airan. Quilombo do Areal da Baronesa e a Festa do Preto Velho. **Nonada**, 21 maio 2015. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2015/05/quilombo-do-areal-da-baronesa-e-a-festa-do-preto-velho/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

ALMEIDA, Magali da Silva. Bionecropolítica neoliberal: amefricanidade e as lutas das mulheres negras em defesa da vida. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL 50 ANOS DE NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro: UERJ, 6 dez 2023. Disponível em: <https://youtube/JdupG-gEbHg?t=2171>. Acesso em: 3 fev. 2024.

ALMEIDA, Magali da Silva. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. **Revista Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 32-45, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argum..v9i1.15764>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta – Teoria Social e Realidade Contemporânea**, v. 12, n. 34, p. 131-154, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2014.15086>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ALMEIDA, Silvio L. de. **Racismo estrutural**: feminismos plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ALVES, Hayda et al. Rural territories against Covid-19: knowledge, actions and reflections from popular health education. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220260>. Acesso em: 13 mar. 2025.

AMARAL, Marina. Prefeita prestigia ação social no quilombo Vó Elvira. **Portal do Governo de Pelotas**, 19 maio 2022. Disponível em:

<https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeita-prestigia-acao-social-no-quilombo-vo-elvira>. Acesso em: 14 abr. 2025.

APARTHEID em SC? Vereador denuncia segregação racial em escola pública. **Fórum**, 21 fev. 2025. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2025/2/21/apartheid-em-sc-vereador-denuncia-segregao-racial-em-escola-publica-174536.html>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mT3sC6wQ46rf4M9W7dYcwSj/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória: ABEPSS, 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_soc_ial-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

BARCELLOS, Daisy Macedo de et al. **Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BARROS, Aidil de Jesus P. de; LEHFELD, Neide Aparecida de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 175-196, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BONFIM, Joenilton O. et al. COVID-19 pandemic in a Brazilian Afro-derived community (Quilombo). **International Journal of Health Planning and Management**, v. 40, n. 2, p. 405-415, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39690129/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012.

BRAGA, Sabrina C.; PRATES, Thiago; LANARI, Raul. Pensamento latino-americano: identidades, redes e produção de conhecimento. **Revista de Teoria Da História**, v. 26, n. 2, p. 5-14, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/78167>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Biblioteca Nacional. **Celebração: 190 anos de imprensa negra no Brasil.** Brasília, 14 set. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/noticias/celebracao-190-anos-de-imprensa-negra-no-brasil>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023.** Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Brasília, 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/114532.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.** Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. **Plano Plurianual da União 2024-2027.** Brasília: Presidência da República, 2023c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PLN/2023/Anexo/MSG%20428-23-anexo.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 5, de 17 de novembro de 2023.** Institui o Selo Quilombos do Brasil, destinado à identificação de produtos de origem étnica e territorial produzidos por comunidades quilombolas. Brasília, 21 nov. 2023d. Disponível em:

<https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2023/11/selo-quilombos-do-brasil-e-retomado-pelo-governo-federal>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023**. Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor. Brasília, 22 mar. 2023e. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11447.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022**. Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10932.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10252.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014**. Dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação [...] Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113043.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, 2012. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1307/resolucao-cne-ceb-n-8>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007**. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Brasília, 2007a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005a.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003**. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. Brasília, 2003b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003**. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Brasília, 2003c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.678.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº. 8662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BUCHWEITZ, Susanne et al. **Revelando os Quilombos no Sul: um novo olhar no diálogo e convivência com as diversas culturas que compõem o mosaico da agricultura familiar brasileira**. Pelotas: Capa, 2010.

CARDOSO, Tainá Machado. **Religiosidade e discriminação a partir da análise dos Terreiros de Umbanda e Candomblé no Município de Rio das Ostras (RJ)**. 2015. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ, 2015.

CARVALHO, Rayann Kettuly M. de. Lugar de fala entre a experiência e a compreensão: Walter Mignolo, a localização do conhecimento e o direito epistêmico de falar em nome próprio. **Revista de Ciências do Estado**, v. 5, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2020.21389>. Acesso em: 11 abr. 2025.

CHAUI, Marilena. **Escritos de Marilena Chauí. O que é cultura?** 21 ago. 2018. 1 vídeo (10 min 2 s). Publicado pelo canal Grupo Autêntica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-YQcFNoiDMw>. Acesso em: 29 fev. 2024.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación**, v. 1, n. 1, p. 53-76, 2008. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

COGOY, Eliana Mourgues. Aproximações ao debate sobre cultura e Serviço Social na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 16., 2018. **XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**. Vitória/ES, 2018.

COGOY, Eliana M. et al. Comunicação e Serviço Social: uma análise sobre a comunicação no exercício profissional do assistente social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018. **16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória/ES, 2018.

COGOY, Eliana M.; FIGUEIREDO, Kenia A. A comunicação pública e a cultura: transversalidades para o trabalho do/a Assistente Social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2023. **Anais da XI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís/MA: JOINPP, 2023.

COGOY, Eliana M.; MURILLO, Roberth Steven Gutiérrez; GROSSI, Patricia K. O direito à comunicação como instrumento de cidadania: o caso do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas. **SER Social: Comunicações e Políticas Sociais**, v. 27, n. 56, 2025. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/55603. Acesso em: 3 abr. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 1990.

COMISSÃO INTERNACIONAL PARA O ESTUDO DOS PROBLEMAS DA COMUNICAÇÃO. **Um mundo e muitas vozes**: comunicação e informação na nossa época. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

COMUNIDADE Quilombola Vó Elvira. **Museu Afro-Brasil-Sul**, 30 set. 2022. Disponível em: <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/museuafrobrasilsul/mabsul/comunidade-quilombola-vo-elvira/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS DO RIO GRANDE DO SUL (CEDH/RS). **Institucional**. [201-?]. Disponível em: <https://cedhrs.wordpress.com/institucional/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**: Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ). **Quem somos**. c2024. Disponível em: <https://conaq.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

COSTA, Yuri. **Comunidades tradicionais**: pelo direito de existir e de resistir. **Fórum DPU: Jornal da Escola Superior da Defensoria Pública da União**, v. 2, n. 7, p. 1-2, 2016. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/41739_20170630_161223.PDF. Acesso em: 12 abr. 2025.

CURY, Carlos R. J. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 2000.

DAMASCENO, Alycia Lara S. et al. Iniquidades interseccionais no atendimento obstétrico às mulheres negras de comunidade quilombola. **Revista Ciência Plural**, v. 10, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2446-7286.2024v10n2ID34948>. Acesso em: 12 abr. 2025.

DE BELTRÃO, Izabel Cristina S. L. et al. Concepts, beliefs, and traditional treatment for childhood seizures in a Quilombola community in northeastern Brazil: Analysis by the discourse of the collective speech. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/4/1875>. Acesso em: 12 abr. 2025.

DUTRA, Rafael. Prefeita assina Decreto que institui o Comitê Gestor Quilombola. **Portal do Governo de Pelotas**, 05 maio 2023. Disponível em: <https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeita-assina-decreto-que-institui-o-comite-gestor-quilombola>. Acesso em: 14 abr. 2025.

EURICO, Márcia Campos. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia. Brasília: **CFESS**, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>. Acesso em: 26 maio 2025.

EURICO, Márcia Campos. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **SER Social**, v. 19, n. 41, p. 414-427, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.26512/ser_social.v19i41.14947. Acesso em: 14 abr. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar de uma nova era. São Paulo: Globo, 2008. Vol. 2.

FERREIRA, Gracyelle Costa. Uma nação para o Brasil: a eugenia na origem da política social. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALMEIDA, Carla Cristina (Orgs). **Raça, gênero & sexualidade**: perspectivas contemporâneas no serviço social. Curitiba: CRV, 2023. p. 37-56.

FERNANDES, Julia. Berço do samba, o quilombo Areal da Baronesa tenta se reconstruir após a água baixar. **Jornal do Comércio**, 21 maio 2024. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/geral/2024/05/1155609-berco-do-samba-o-quilombo-areal-da-baronesa-tenta-se-reconstruir-apos-a-agua-baixar.html>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FIGUEIREDO, Kênia A. Comunicação pública: um direito humano em conexão com o Serviço Social. **Temporalis**, v. 18, n. 36, p. 162-177, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n36p162-177>. Acesso em: 12 abr. 2025.

FIGUEIREDO, Kênia A. **O/A assistente social e os processos comunicativos**: por uma contra-hegemonia dos subalternos [Palestra]. Poços de Caldas: Núcleo de Assistentes Sociais de Poços de Caldas; Conselho Regional de Serviço Social/MG, 13 jun. 2017.

FIGUEIREDO, Kênia A. **Comunicação pública e assistência social**: um estudo sobre os processos comunicativos nos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2016.

FONSECA, Leandro R. **Mulheres quilombolas**: trajetórias de luta e identidades em construção. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). **Certificação de comunidades remanescentes de quilombos**. Brasília: FCP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 13 abr. 2025.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). Portaria nº 6, de 1º de março de 2004. Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 4 mar. 2004.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Patrícia Guimarães; MATOS, Heloiza. Quem é o cidadão na comunicação pública? In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 141-167.

GOMES, Marcela de A. CRAS e Intervenção psicopolítica: os terreiros como lugar de pertença, acolhimento e resistência política. **Revista Psicologia Política**, v. 1, p. 1, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2020000100008. Acesso em: 14 abr. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GROSSI, Patricia K.; BITENCOURT, João Vitor. As mulheres quilombolas no âmbito da política da assistência social. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 5., 2017. **Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória/ES, 2017.

GROSSI, Patrícia K. et al. Mulheres quilombolas e as interseccionalidades de gênero, raça/etnia e classe social: Violação de direitos humanos e resistências. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON, Beatriz (Orgs.). **Neoliberalismo e desigualdade social**: reflexões a partir do Serviço Social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. Vol. 1, p. 121-146.

GROSSI, Patricia K.; OLIVEIRA, Simone B.; OLIVEIRA, Jairo da L. Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 929-948, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22nEp929-948>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha D.; PAULA, Marlúbia C. de. Análise crítica do discurso de van Dijk: caracterizando alguns conceitos. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha D.; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; PAULA, Marlúbia C. de (Orgs.). **Teorias da análise do discurso**: contribuições de Michel Pêcheux e Teun van Dijk à pesquisa social. São Paulo: Alexa; Manaus: Edua, 2022. Vol. 1, p. 165-178.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**: Quilombolas: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102101>. Acesso em: 16 fev. 2025.

INSTITUTO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (IACOREQ). [Perfil]. c2025. Instagram: @iacoreq. Disponível em: <https://www.instagram.com/iacoreq/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desenvolvimento humano para além das médias**: uma análise do IDHM segundo cor, sexo e situação de domicílio. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9150/1/Radar%20IDHM%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20IDHM%20e%20de%20seus%20%C3%ADndices%20compontes%20no%20per%C3%ADodo.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2025.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS; UNESCO, 2009.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 41-57.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

KUNSCH, Margarida M. K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 13-29.

LEFÈBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEÓN, Lucas Pordeus. Quinze quilombos estão totalmente isolados pelas chuvas no RS. **Agência Brasil**, 16 maio 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/quinze-quilombos-estao-totalmente-isolados-pelas-chuvas-no-rs>. Acesso em: 3 abr. 2025.

LIMA, Joice. Terra é poder” traz pesquisa realizada no Quilombo Vó Elvira. **Portal do Governo de Pelotas**, 3 abr. 2018. Disponível em: <https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/terra-e-poder-traz-pesquisa-realizada-no-quilombo-vo-elvira>. Acesso em: 14 abr. 2025.

LIMA, Nathalia Diorgenes Ferreira. Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 242-251, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84646>. Acesso em: 12 abr. 2025.

LOECK, Robson B. Organização dos quilombolas em Pelotas. **Terra & Campo**, 08 jun. 2020. Disponível em: <https://jornalterraecampo.com.br/noticias/noticia/organizacao-dos-quilombolas-em-pelotas>. Acesso: 12 fev. 2024.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 457-474, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/FmSRPNQZhrqz9mMVWTJnwqP/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MARQUES, Gabriela C. M. et al. Intergenerational transmission between Quilombola mothers and daughters: reproductive autonomy and intervening factors. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 31, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0684>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARTINS, Tereza C. S. Determinações do racismo no mercado de trabalho: Implicações na “questão social” brasileira. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 113-132, 2014.

Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p113-132>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MATOS, Heloiza H. G. de. Desafios da comunicação pública no processo de democratização no Brasil. **Revista Comunicações e Artes**, v. 17, n. 30, p. 22-30, 1997.

MEDEIROS, Armando Medeiros; CHIRNEV, Lilian. **Guia de comunicação pública**. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021.

MESA temática aborda “A População Negra no Sul do Brasil – O Zumbi dos Pampas”. **UFPEL**, 26 out. 2023. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2023/10/26/tematica-aborda-a-populacao-negra-no-sul-do-brasil-o-zumbi-dos-pampas/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MINUZZO, Fabiana A. O. **Acesso e saúde da população negra**: uma pesquisa sob a ótica do pensamento complexo em um quilombo urbano na cidade de Porto Alegre. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MIRANDA, Regina da Silva et al. Compartilhando saberes e aprendizados: Uma parceria da Emater/RS-Ascar com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência, Ética e Direitos Humanos da PUCRS. In: GROSSI, Patricia K. et al. (Orgs.). **Mulheres quilombolas, interseccionalidades e políticas públicas**. Porto Alegre: Faith, 2021. p. 127-151.

MONQUELAT, Adão Fernando. **Pelotas dos excluídos**: subsídios para uma história do cotidiano. Pelotas: Livraria Mundial, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 21-31.

NASCIMENTO, Beatriz. O negro e o pensamento social brasileiro. In: NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento**: textos, entrevistas, imagens. Organização de Alex Ratts. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Instituto Kuanza, 2006. p. 193-210.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Vitória K. **Branquitude e colonialidade**: o planejamento urbano enquanto ferramenta para operar apagamentos em Porto Alegre. 2022. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

OLIVEIRA, Vitória Kramer de. Pesquisa mostra como 'modernização' de Porto Alegre passou por higienização racial. [Entrevista concedida a] Luís Gomes. **Brasil de Fato**, 22 maio 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/22/pesquisa-mostra-como-modernizacao-de-porto-alegre-passou-por-higienizacao-racial/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. 1989. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2025.

‘O RIO só quer passar’: novo documentário do Bdf mostra ponto de vista dos atingidos pelas enchentes no RS. **Brasil de Fato**, 05 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/05/o-rio-so-quer-passar-novo-documentario-do-bdf-mostra-ponto-de-vista-dos-atingidos-pelas-enchentes-no-rs/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

PASSOS, Rachel Gouveia (Org.). **Assistência social, trabalho e care social: implicações e desafios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/13099>. Acesso em: 30 mar 2025.

PAULI, Sílvia et al. Self-reported prevalence of hypertension and associated factors in Quilombola communities in the State of Rio Grande do Sul, Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 9, p. 3293-3303, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.28002017>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PELA PRIMEIRA VEZ no Censo, mais de 360 mil se declaram quilombolas. **Mídia Ninja**, 05 set. 2022. Disponível em: <https://midianinja.org/news/pela-primeira-vez-no-censo-mais-de-360-mil-se-declaram-quilombolas/>. Acesso em: 05 set. 2022.

PELOTAS. **Decreto nº 6.715, de 14 de abril de 2023**. Institui o Comitê Gestor Quilombola no Município de Pelotas, e dá outras providências. Pelotas, 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/decreto/2023/672/6715/decreto-n-6715-2023-institui-o-comite-gestor-quilombola-no-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PEREIRA, Amanda dos S.; MAGALHÃES, Lilian. Life in the Quilombo: work, affection and care in the words and images of quilombola women. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210788>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PERUZZO, Cicilia M. K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Comunicação e Sociedade**, v. 2, p. 651-668, 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1427](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1427). Acesso em: 12 abr. 2025.

PERUZZO, C. M. K. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, Colima, v. 23, n. 3, p. 161-190, 2017.

PIRES, Cláudia Luisa Z. et al. Quilombo do Areal. In: PIRES, Cláudia Luisa Z.; BITENCOURT, Lara M. (Orgs.). **Atlas da presença quilombola em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: Letra1, 2021. p. 129-157.

PORTO ALEGRE. Portaria nº 0076, de 2014. Reconhece o Quilombo Areal da Baronesa como comunidade remanescente de quilombo. **Diário Oficial do Município**, Porto Alegre, 2014.

QUARESMA, Fernando R. Peixoto et al. Quality of primary health care for Quilombolas' Afro-descendant in Brazil: A cross-sectional study. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 68, n. 4, p. 482-489, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9282.20210994>. Acesso em: 12 abr. 2025.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAMOS, Andrea R.; SMANIOTTO, Elaine. Quilombos e quilombolas: a trajetória de resistência e luta na comunidade remanescente do Paredão Baixo em Taquara/RS. **Universo Acadêmico**, v.7, n. 1, p. 215-230, jan./dez. 2014. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/12_quilombos.pdf. Acesso em: 4 fev. 2024.

REINHOLZ, Fabiana. Conheça mulheres quilombolas que mobilizam territórios para enfrentar tragédia climática no RS. **Brasil de Fato**, 29 maio 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/29/conheca-mulheres-quilombolas-que-mobilizam-territorios-para-enfrentar-tragedia-climatica-no-rs/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. **Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul**. [20--?]a. Disponível em: <https://justica.rs.gov.br/conselho-de-desenvolvimento-e-participacao-da-comunidade-negra-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 3 abr. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Solicitar Assistência Técnica e Extensão Rural e Social**. [20--?]b. Disponível em: <https://www.rs.gov.br/carta-de-servicos/servicos?servico=1176>. Acesso em: 3 abr. 2025.

RISCADO, Jorge Luís de Souza; OLIVEIRA, Maria Aparecida B. de; BRITO, Ângela Maria B. B. de. Living racism and violence: A study on the vulnerabilities of black

women and the attempt to prevent HIV/AIDS in a Quilombo community in Alagoas. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. suppl. 2, p. 96-108, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000600010>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ROSA, Ana Suely; FONSECA, Rosângela Cristina Justino. A Política de Assistência Social e as Comunidades Quilombolas: um resgate histórico aos (des)protegidos da Velha República. In: GROSSI, Patrícia K. et al. (Orgs.). **Mulheres quilombolas, interseccionalidades e políticas públicas**. Porto Alegre: Faith, 2021. p. 148-164.

SABINO, Cristiane Cristina. **A proteção social e a desigualdade racial**: um estudo sobre as políticas de assistência social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, Ana Paula Procópio da. Contribuições do pensamento social de Clóvis Moura para o debate contemporâneo das relações de raça e classe na América Latina. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA (ALAS), 32., 2019. Anais do XXXII Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia. Lima: Associação Latinoamericana de Sociologia, 2019.

SILVA, Ana Paula Procópio da. Antirracismo no debate da formação social brasileira e classes sociais: desafio ao Serviço Social contemporâneo. **Revista Kátálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 365-373, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/87758>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA, Givânia Maria da. A luta quilombola em movimento. [Entrevista cedida a] Bárbara Oliveira Souza. **Teoria e Debate**, n. 253, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2021/11/12/a-luta-quilombola-em-movimento/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

SILVA, Sérgio R. da; NASCIMENTO, Lisângela K. do. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos CEDEM**, v. 3, n. 1, p. 23-37, 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/2339>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SOARES, Maria Raimunda P. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. **Em Pauta**, v. 18, n. 46, p. 52-67, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2020.52007>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SUS leva atendimento a quilombolas e a aldeias indígenas do RS. **Brasil de Fato**, 10 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/10/sus-leva-atendimento-a-quilombolas-e-a-aldeias-indigenas-do-rs/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

TERRA DE DIREITOS. **Sobre**. [20--?]. Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/quem-somos/sobre>. Acesso em: 07 abr. 2025.

TRAMONTE, Cristina. **Com a bandeira de Oxalá**: trajetórias, práticas, concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2001.

- URPIA, Ana de Oliveira. “A rua é nós”: sobre a saudade da partilha do comum. **RECIIS**, v. 18, n. 1, 2024. Disponível em: <https://fi-admin.bvsalud.org/document/view/72dzw>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- VAN DIJK, Teun A. **Discurso antirracista no Brasil**: da abolição às ações afirmativas. Tradução de Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi. São Paulo: Contexto, 2021.
- VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- VARGAS, João H. Costa; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Charqueada escravista. In: SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Vol. 1, p. 149-155.
- VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970)**: geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- WALKER, Sheila S. **Rostos familiares, lugares inesperados**: uma diáspora africana global. 2017. 1 vídeo (31 min 51 s). Publicado pelo canal ONU Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g1BceelJiRo>. Acesso em: 16 fev. 2025.
- WANDERLEY, Mariangela B. et al. A atualidade do Código de Ética do/a Assistente Social: 30 anos de construção coletiva. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.342>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- WEBER, Jéssica R. Conheça a história de resistência de um quilombo no bairro Menino Deus. **Zero Hora**, 23 jul. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/07/conheca-a-historia-de-resistencia-de-um-quilombo-no-bairro-menino-deus-ckrfgnc5e009y013bq4i2630m.html>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- WEBER, Maria H.; COELHO, Marja P.; LOCATELLI, Carlos (Orgs.). **Comunicação pública e política**: pesquisas e práticas. Florianópolis: Insular, 2017.
- WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional**: uma abordagem conceitual. Geledés; Instituto da Mulher Negra; Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2013.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- XAVIER, Getulio. Bolsonaro repete ofensa que fez contra negros e quilombolas: ‘Tu pesa mais de 7 arrobas, né?’. **Carta Capital**, 12 maio 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-repete-ofensa-que-fez-contra-negros-e-quilombolas-tu-pesa-mais-de-7-arrobas-ne/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

**APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Mulheres
Quilombolas**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – MULHERES
QUILOMBOLAS**

Nós, Eliana Mourgues Cogoy, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pesquisadora e Patrícia Krieger Grossi, orientadora e pesquisadora responsável pela pesquisa intitulada **“Mulheres Quilombolas e os desafios da comunicação pública e da proteção social na zona rural de Pelotas/RS e na zona urbana de Porto Alegre/RS”** estamos convidando você para participar como voluntária de uma entrevista presencial que será gravada e terá duração aproximada de 1 hora e abordará sobre o tema “As mulheres quilombolas e a proteção social na esfera da comunicação pública em Pelotas/RS e Porto Alegre/RS”. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a comunicação e a proteção social dentro dos territórios quilombolas do Estado do RS, a partir da perspectiva das mulheres quilombolas e de assistentes sociais da rede de proteção social, a fim de avaliar, analisar e qualificar as ações relacionadas às mulheres quilombolas.

Por favor, leia as informações a seguir e, se você não entender ou tiver mais alguma dúvida, poderá entrar em contato pelo e-mail elianacogoy@gmail.com, antes de decidir se irá ou não participar. Esta pesquisa é voluntária e você tem o direito de não responder qualquer item e também de interromper sua participação a qualquer momento por qualquer razão. Os riscos conhecidos pela participação neste modelo de pesquisa, são atribuídos à pequenos desconfortos em responder às perguntas, devido ao tempo a ser dedicado às perguntas. Os benefícios que esperamos do estudo são dar visibilidade aos processos comunicativos e de proteção social destinados às mulheres quilombolas. Caso haja alguma dúvida restante, não hesite em contatar com Eliana Mourgues Cogoy - e-mail: elianacogoy@gmail.com (a qualquer hora) ou à Patrícia Krieger Grossi, orientadora e pesquisadora responsável pela pesquisa, pelo e-mail pkgrossi@puccrs.br. O estudo é gratuito e de forma voluntária e também não haverá qualquer forma de recompensa (pagamento). Nenhuma informação de identificação sobre você será incluída em publicações que possam resultar dessa pesquisa, conforme disposto na Lei nº. 13.709/2018. Lei de Proteção de Dados - LGPD em seu art. 1º que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Essa lei foi criada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. A coleta de informações para este projeto estará concluída até 30 de julho de 2024 e todas as informações obtidas serão armazenadas de forma segura, na sala 204 do Prédio 8 da PUCRS, por um período de cinco (05) anos após esta data, ou até a conclusão do trabalho escrito, segundo a Lei Geral de Proteção de Dados. Ao assinar esse documento, você concorda que qualquer dúvida que você tinha foi adequadamente esclarecida e que você concorda em participar deste estudo.

Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pela responsável pelo estudo.

[Nome da entrevistada]

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista – Mulheres Quilombolas

ROTEIRO DE ENTREVISTA – MULHERES QUILOMBOLAS

Data da entrevista: ____/____/____

Município:

Quilombo:

1) Identificação

a) Nome:

b) Idade:

c) Como se considera:

d) orientação sexual:

e) Deficiência:

f) Escolaridade: () Nenhuma () Sabe ler e escrever () Fundamental () Médio () Superior

g) Religião:

h) Filhos(as):

i) nº de filhos(as):

j) Estado Civil:

l) Trabalha: () sim () não

m) Ocupação:

n) Qual a sua maior fonte de renda:

() Bolsa Família

() Agricultura / Pecuária

() Comércio (artesanato, comida etc...)

() Serviço

() outra _____

2) Há quanto tempo mora na comunidade: () 0 a 10 anos () 10 a 20 anos () + 20 anos

3) Como o quilombo se organiza no enfrentamento da desigualdade e da violência?

4) Você possui conhecimento sobre as políticas públicas para a população negra? Quais?

5) Você está vinculada a algum serviço, programa, projeto, benefícios ou transferência de renda de alguma política pública? Qual (is)?

6) Você participa de alguma associação, fórum, conselho local, movimento social ou rede? Qual (is)?

7) Como acessam estes espaços? Quais os canais de comunicação? Como você compreende a comunicação com os sistemas de proteção social? Como as informações são repassadas para a comunidade?

8) Na relação 'usuárias e serviços de proteção social', quais os principais canais de diálogo você identifica presentes no cotidiano das instituições acessadas:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> materiais impressos informativos | <input type="checkbox"/> redes sociais |
| <input type="checkbox"/> carro de som | <input type="checkbox"/> rádio comunitária |
| <input type="checkbox"/> outros _____ | |

9) Os serviços públicos de proteção social levam em consideração o modo de vida da comunidade quilombola a qual você pertence? Explique.

10) Você já foi convidada a participar de alguma reunião de planejamento ou avaliação junto aos serviços de proteção social? Em caso positivo, como foi essa experiência?

11) Você já identificou ou sofreu alguma situação de abuso de poder em relação aos serviços de proteção social? Pode nos contar um pouco como foi essa experiência?

12) Você já identificou ou sofreu alguma situação de racismo em relação aos serviços de proteção social? Exemplifique.

13) Você já identificou ou vivenciou alguma situação antirracista em relação aos serviços de proteção social? Exemplifique.

14) Você gostaria de acrescentar algo mais?

**APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) –
Assistentes Sociais**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) –
ASSISTENTES SOCIAIS**

Nós, Eliana Mourgues Cogoy, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pesquisadora e Patrícia Krieger Grossi, orientadora e pesquisadora responsável pela pesquisa intitulada “**Mulheres Quilombolas e os desafios da comunicação pública e da proteção social na zona rural de Pelotas/RS e na zona urbana de Porto Alegre/RS**”, estamos fazendo um convite para você participar como voluntária desse estudo.

Esta pesquisa pretende analisar os processos comunicativos e a proteção social dentro dos territórios quilombolas do Estado do RS, a partir da perspectiva das mulheres quilombolas e de assistentes sociais da rede de proteção social, a fim de avaliar, analisar e qualificar as ações relacionadas a este segmento vulnerabilizado. Os objetivos específicos são: compreender as relações estabelecidas entre comunicação pública, mulheres quilombolas e a proteção social; analisar as possibilidades e limites da comunicação pública, no âmbito da proteção social na efetivação dos direitos das mulheres quilombolas; identificar como as mulheres quilombolas acessam as informações públicas, através dos serviços de proteção social e analisar de que forma assistentes sociais utilizam-se dos processos comunicativos para fortalecer a luta por direitos de cidadania das mulheres quilombolas.

Acreditamos que ela seja importante porque, a partir do estudo entre realidades de distintas de mulheres quilombolas, poderemos identificar se o processo de comunicação e a proteção social se aproximam do ideário da Comunicação Pública, a fim de avaliar, analisar e qualificar as ações relacionadas para este segmento vulnerabilizado, no caso, às mulheres quilombolas.

Para sua realização será feito o seguinte: a realização de uma investigação com o enfoque qualitativo entre quilombos rurais e urbanos, a partir da observação participante da pesquisadora e de entrevistas gravadas. Sua participação será voluntária.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos não se sentir à vontade para falar, cansaço ou desconforto. Você não é obrigada a responder nenhuma

pergunta e poderá interromper a entrevista a qualquer momento. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que, comprovadamente, resulte da sua participação no estudo.

Os benefícios que esperamos do estudo são dar visibilidade aos processos comunicativos e de proteção social destinados às mulheres quilombolas, com o intuito de qualificar as ações relacionadas para este segmento vulnerabilizado.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer informação sobre o estudo, bastando para isso entrar em contato, com as pesquisadoras Eliana Mourgues Cogoy (doutoranda) e/ou Patrícia Krieger Grossi (professora orientadora e pesquisadora responsável), a qualquer hora pelos e-mails: elianacogoy@gmail.com e/ou pkgrossi@pucrs.br

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão voluntariamente.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma.

Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas.

Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. Ao assinar e rubricar todas as páginas deste documento, você de forma voluntária e esclarecida, nos autoriza

a utilizar o material decorrente das transcrições das entrevistas. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

Conforme disposto na Lei nº. 13.709/2018. Lei de Proteção de Dados - LGPD em seu art. 1º. que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Essa lei foi criada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Eu, _____, após a deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informada, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto expressei minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo, autorizando o uso, compartilhamento e publicação dos meus dados e informações de natureza pessoal para essa finalidade específica.

Assinatura do participante da pesquisa ou de seu representante legal

Assinatura de uma testemunha

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE OBTEVE O CONSENTIMENTO

Expliquei integralmente este estudo a participante. Na minha opinião e na opinião da participante, houve acesso suficiente às informações, incluindo riscos e benefícios, para que uma decisão consciente seja tomada.

Data: _____

Assinatura da Pesquisadora

Nome da Pesquisadora (letras de forma)

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista – Assistentes Sociais**ROTEIRO DE ENTREVISTA – ASSISTENTES SOCIAIS**

Data da entrevista: ____/____/____

Nome:

Gênero:

Idade:

Área de trabalho:

Há quanto tempo está neste local de trabalho:

- 1) O que você entende por comunicação pública?
- 2) Você já identificou alguma situação de abuso de poder em relação aos usuários (as) do seu local de trabalho?
- 3) Você já identificou alguma prática ou discurso de racismo em relação aos usuários (as) do seu local de trabalho?
- 4) Você já identificou alguma prática ou discurso antirracista em relação aos(as) usuários (as) do seu local de trabalho?
- 5) Quem controla as informações a serem repassadas aos usuários(as) dos serviços do seu local de trabalho?
- 6) Explique como é sua forma de pensar sobre o seu trabalho profissional sobre as comunidades quilombolas.
- 7) Quais as estratégias adotadas para a garantia da participação das usuárias quilombolas nas atividades e serviços no seu local de trabalho?
- 8) Como você avalia a comunicação pública e o acesso aos direitos sociais por parte das mulheres quilombolas atendidas?
- 9) Na sua opinião, quais são as possibilidades e limites da comunicação pública, no âmbito da proteção social na efetivação dos direitos das mulheres quilombolas atendidas no seu local de trabalho?
- 10) Gostaria de acrescentar algo mais que possa contribuir para esta pesquisa?

**APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) –
Informantes-Chave**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) –
INFORMANTES-CHAVE**

Nós, Eliana Mourgues Cogoy, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pesquisadora e Patrícia Krieger Grossi, orientadora e pesquisadora responsável pela pesquisa intitulada “Mulheres Quilombolas e os desafios da comunicação pública e da proteção social na zona rural de Pelotas/RS e na zona urbana de Porto Alegre/RS”, estamos fazendo um convite para você participar como voluntária desse estudo.

Esta pesquisa pretende analisar os processos comunicativos e a proteção social dentro dos territórios quilombolas do Estado do RS, a partir da perspectiva das mulheres quilombolas e de assistentes sociais da rede de proteção social, a fim de avaliar, analisar e qualificar as ações relacionadas a este segmento vulnerabilizado. Os objetivos específicos são: compreender as relações estabelecidas entre comunicação pública, mulheres quilombolas e a proteção social; analisar as possibilidades e limites da comunicação pública, no âmbito da proteção social na efetivação dos direitos das mulheres quilombolas; identificar como as mulheres quilombolas acessam as informações públicas, através dos serviços de proteção social e analisar de que forma assistentes sociais utilizam-se dos processos comunicativos para fortalecer a luta por direitos de cidadania das mulheres quilombolas.

Acreditamos que ela seja importante porque, a partir do estudo comparativo entre realidades de distintas de mulheres quilombolas, poderemos identificar se o processo de comunicação e a proteção social se aproximam do ideário da Comunicação Pública, a fim de avaliar, analisar e qualificar as ações relacionadas para este segmento vulnerabilizado, no caso, às mulheres quilombolas.

Para sua realização será feito o seguinte: a realização de uma investigação com o enfoque qualitativo, adotando quilombos rurais e urbanos, a partir da observação participante da pesquisadora e de entrevistas gravadas. Sua participação será voluntária.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos não se sentir à vontade para falar, cansaço ou desconforto. Você não é obrigada a responder nenhuma pergunta e poderá interromper a entrevista a qualquer momento. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que, comprovadamente, resulte da sua participação no estudo.

Os benefícios que esperamos do estudo são dar visibilidade aos processos comunicativos e de proteção social destinados às mulheres quilombolas, com o intuito de qualificar as ações relacionadas para este segmento vulnerabilizado.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer informação sobre o estudo, bastando para isso entrar em contato, com as pesquisadoras Eliana Mourgues Cogoy (doutoranda) e/ou Patrícia Krieger Grossi (professora orientadora e pesquisadora responsável), a qualquer hora pelos e-mails: elianacogoy@gmail.com e/ou pkgrossi@pucls.br

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão voluntariamente.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucls.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma.

Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas.

Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. Ao assinar e rubricar todas as páginas deste documento, você de forma voluntária e esclarecida, nos autoriza a utilizar o material decorrente das transcrições das entrevistas. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

Conforme disposto na Lei nº. 13.709/2018. Lei de Proteção de Dados - LGPD em seu art. 1º. que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Essa lei foi criada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Eu, _____, após a deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informada, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto expresse minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo, autorizando o uso, compartilhamento e publicação dos meus dados e informações de natureza pessoal para essa finalidade específica.

Assinatura do participante da pesquisa ou de seu representante legal

Assinatura de uma testemunha

APÊNDICE F – Roteiro de Entrevista – Informantes-Chave**ROTEIRO DE ENTREVISTA – INFORMANTES-CHAVE**

Data da entrevista: ____/____/____

Identificação

a) Nome:

b) Gênero: c) Idade:

d) Área de Representação: e) Há quanto tempo está neste local de representação:

- 1) O que você entende por comunicação pública?
- 2) Em que medida a comunicação pública contribui para o acesso aos direitos de cidadania nas comunidades quilombolas?
- 3) Na sua opinião quais são as possibilidades e limites da comunicação pública no âmbito da proteção social?
- 4) Na sua opinião quais são as possibilidades e limites dos discursos antirracistas no âmbito da proteção social?
- 5) Você já identificou alguma situação de abuso de poder em relação as comunidades quilombolas através das suas atividades enquanto liderança/articulador/a?
- 6) Você já identificou alguma prática ou discurso de racismo em relação as comunidades quilombolas através das suas atividades enquanto liderança/articulador/a?
- 7) Como são manifestadas as práticas ou os discursos antirracistas em relação aos quilombolas, a partir da sua representação?
- 8) Como são repassadas as informações para as comunidades quilombolas, a partir da sua representação?
- 9) Explique como é sua forma de pensar sobre o seu trabalho de liderança/articulador sobre as comunidades quilombolas.
- 10) Quais as estratégias adotadas para a garantia da participação das comunidades quilombolas nas atividades e serviços relacionados à sua representação?
- 11) Na sua opinião, quais são as possibilidades e limites da comunicação pública, no âmbito da proteção social na efetivação dos direitos das mulheres quilombolas a partir

da sua representação?

12) Gostaria de acrescentar algo mais que possa contribuir para esta pesquisa?

ANEXO A – Carta de Aprovação no CEP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres Quilombolas e a Comunicação Pública: A (Des) Proteção Social: um estudo comparado entre a zona rural de Pelotas/RS e a zona urbana de Porto Alegre/RS

Pesquisador: Patrícia Krieger Grossi

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64358022.9.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.825.598

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2033150.pdf, de 21/11/2022) e/ou do Projeto Detalhado (documentounificadodoprojetodepesquisa.pdf, de 16/10/2022). O presente projeto de pesquisa de doutorado intitulado "Mulheres Quilombolas e a Comunicação Pública: A

(des) Proteção Social: um estudo comparado entre a zona rural de Pelotas/RS e a zona urbana de Porto Alegre/RS", reúne temas ainda poucos explorados no âmbito das investigações produzidas pelo Serviço Social: a comunicação pública e as mulheres quilombolas, ambas relacionadas ao sistema de proteção social brasileiro. Esta aproximação merece ser investigada no âmbito da comunicação qualificada como estratégia política para a condução dos direitos de cidadania. Compreender a perspectiva pública da comunicação na sociedade democrática, pressupõe elementos como informação e participação, os quais possibilitam o entendimento, a reflexão, a argumentação, posicionamento e deliberação por parte dos sujeitos envolvidos. Este estudo busca compreender: como acontece a comunicação e o acesso à proteção social entre as mulheres quilombolas no interior de Pelotas/RS e na capital do Estado do RS. As questões norteadoras que deverão ser respondidas estão relacionadas a investigar: 1) De que forma a comunicação pública vem garantindo o acesso às informações relacionadas a

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@puors.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 5.625.598

proteção social às mulheres quilombolas em Pelotas/RS e em Porto Alegre/RS? 2) Quais são os principais canais de diálogo com as mulheres quilombolas em Pelotas/RS e em Porto Alegre/RS adotados pelos equipamentos públicos que executam a proteção social no município? 3) A comunicação pública destinada as mulheres quilombolas

nos serviços públicos de proteção social levam em consideração as realidades socioculturais destas comunidades? 4) Como os/as assistentes sociais trabalhadores/as nos sistemas de proteção social destinados às mulheres quilombolas avaliam a comunicação pública e o acesso aos direitos sociais? Para tanto, possui como objetivo geral, analisar os processos comunicativos e a proteção social dentro dos territórios quilombolas do Estado do RS, a partir da perspectiva das mulheres quilombolas e de assistentes sociais da rede de proteção social, a fim de avaliar, analisar e qualificar as ações relacionadas a este segmento vulnerabilizado. O presente estudo orienta-se pelo método dialético-crítico, por estimular a compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, construída por sujeitos históricos. A escolha se dá por compreender sê-lo o mais conveniente ao estudo da realidade social, em função de seu pressuposto ontológico e da perspectiva da totalidade, que, por sua vez, é central para se compreender a dinâmica contraditória do real. No que se refere a sua caracterização, o projeto constitui-se de uma abordagem qualitativa, que privilegiará o contato direto da pesquisadora com o ambiente e a situação que está sendo estudada, por meio do trabalho de campo. O método de análise contempla a Análise Crítica do Discurso (ACD), fundamentada em Teun A. Van Dijk. Através deste projeto de pesquisa, espera-se contribuir para a construção de um conhecimento que gere transformações sociais nas comunidades dos povos originários envolvidos. Como metodologia de coleta de dados será utilizada a observação participante e entrevistadas pelo menos 02 das mulheres líderes das comunidades pesquisadas e pelo menos 01 assistente social do sistema de proteção social destinado às comunidades quilombolas do RS pesquisadas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os processos comunicativos e a proteção social dentro dos territórios quilombolas do Estado do RS, a partir da perspectiva das mulheres quilombolas e de assistentes sociais da rede de proteção social, a fim de avaliar, analisar e qualificar as ações relacionadas a este segmento vulnerabilizado.

Objetivo Secundário: Compreender as relações estabelecidas entre comunicação pública, mulheres

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
 Bairro: Partenon CEP: 90.619-900
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@puors.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 5.625.598

quilombolas e a proteção social.- Analisar as possibilidades e limites da comunicação pública, no âmbito da proteção social e os discursos e práticas antirracistas, na efetivação dos direitos das mulheres quilombolas. Identificar como as mulheres quilombolas acessam as informações públicas, através dos serviços de proteção social.- Analisar de que forma assistentes sociais utilizam-se dos processos comunicativos para fortalecer os discursos e as práticas antirracistas na luta por direitos de cidadania das mulheres quilombolas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: não se sentir à vontade para falar, cansaço ou desconforto. Você não é obrigada a responder nenhuma pergunta e poderá interromper a entrevista a qualquer momento. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que, comprovadamente, resulte da sua participação no estudo.

Benefícios:

Os benefícios que esperamos do estudo são dar visibilidade aos processos comunicativos e de proteção social destinados às mulheres quilombolas, com o intuito de qualificar as ações relacionadas para este segmento vulnerabilizado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa acadêmica de Doutorado em Serviço Social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

TCLE (documento de 21/11/2022): pendência atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS n° 466 de 2012, Resolução n° 510 de 2016 e da Norma Operacional n° 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa Mulheres Quilombolas e a Comunicação Pública: A (Des) Proteção Social: um estudo comparado entre a zona rural de Pelotas/RS e a zona urbana de Porto Alegre/RS proposto pela pesquisadora Patricia Krieger Grossi com numero de CAAE 64358022.9.0000.5336.

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
 Bairro: Partenon CEP: 90.619-900
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@puors.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 5.625.598

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2033150.pdf	21/11/2022 12:34:11		Aceito
Outros	CartadeRespostasaCEP.pdf	21/11/2022 12:33:28	ELIANA MOURGUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEmulheresquilombolas18nov2022.pdf	21/11/2022 12:28:48	ELIANA MOURGUES COGOY	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoassinada.pdf	17/10/2022 11:55:54	ELIANA MOURGUES	Aceito
Outros	LinkLattesPesquisadoras.docx	17/10/2022 11:13:54	ELIANA MOURGUES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	cartadeencaminhamentoaoCEPPUCRS.pdf	17/10/2022 10:59:35	ELIANA MOURGUES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	17/10/2022 10:58:47	ELIANA MOURGUES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	documentounificadodoprojetodepesquisa.pdf	16/10/2022 21:25:35	ELIANA MOURGUES COGOY	Aceito
Outros	InstrumentodePesquisaProjetoassistentesociais.pdf	16/10/2022 21:24:16	ELIANA MOURGUES	Aceito
Outros	InstrumentodePesquisaProjetoMulheresquilombolas.pdf	16/10/2022 21:23:45	ELIANA MOURGUES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartadeAprovacaodaComissaoCientifica.pdf	16/10/2022 21:21:51	ELIANA MOURGUES COGOY	Aceito
Declaração de concordância	cartadeanuencia.pdf	16/10/2022 21:20:32	ELIANA MOURGUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEAS.pdf	16/10/2022 21:15:25	ELIANA MOURGUES COGOY	Aceito
Orçamento	orcamentoprojetoeliana.pdf	16/10/2022 21:14:28	ELIANA MOURGUES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 5.625.598

PORTO ALEGRE, 19 de Dezembro de 2022

Assinado por:
Denise Cantarelli Machado
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-000
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@puors.br



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br